UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

PEDRO FELIÚ RIBEIRO

Comportamento Legislativo e Política Externa na América Latina.

São Paulo

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

PEDRO FELIÚ RIBEIRO

Comportamento Legislativo e Política Externa na América Latina.

Tese apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de doutor em ciência política.

Orientador: Prof. Dr. Amâncio Jorge Silva Nunes Oliveira.

São Paulo

2012

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento desta tese corresponde ao professor Amâncio, orientador de minha dissertação e tese. Parte muito significativa de minha formação acadêmica devo ao professor Amâncio, que além de compartilhar seu conhecimento metodológico e substantivo, sempre incentivou o conhecimento de novos métodos e desenhos de pesquisa, assim como me proporcionou oportunidades muito importantes para o início de minha carreira.

Agradeço muito a professora Janina Onuki, de quem fui aluno na graduação e desde então tive a oportunidade de aprender muito com ela, além de poder participar de pesquisas conjuntas que enriqueceram a minha formação.

Agradeço também aos pesquisadores do CAENI (Centro de Estudos das Negociações Internacionais) e o ambiente de pesquisa que esta instituição proporciona. Foi através do CAENI que foi possível o recolhimento de parte das votações nominais analisadas nesta tese.

Agradeço aos professores Emmanuel Oliveira e Fernando Guarnieri pelos valiosos comentários na banca de qualificação desta tese.

Agradeço a Rosana Miranda e Luciana Nakajima pela ajuda na coleta das votações de Argentina, Paraguai e Peru.

Agradeço também aos funcionários do Congresso Nacional do Paraguai que me ajudaram na coleta das votações nominais do país.

Agradeço aos funcionários da secretaria do departamento de ciência política da USP por todos os serviços prestados e ajuda.

Agradeço aos meus colegas de departamento na UFPB por toda a compreensão e auxílio na elaboração desta tese.

Agradeço ao CNPq por ter concedido uma bolsa de doutorado (utilizada nos primeiros meses do programa) e financiado um projeto de pesquisa que possibilitou a viagem ao Paraguai para recolhimento de votações.

Agradeço a FAPESP por ter concedido uma bolsa de doutorado que foi utilizada no primeiro ano de elaboração da tese.

RESUMO

Como votam os legisladores latino-americanos em temas de política externa? Essa pergunta é norteadada por um longo debate na literatura especializada acerca da especificidade da política externa em relação às demais políticas públicas e sua influência no comportamento legislativo. Por um lado, argumenta-se uma tendência a um comportamento unificado entre os partidos políticos nos temas internacionais, revelando baixa politização da política externa na arena legislativa. O elevado custo eleitoral de se opor à política externa presidencial, o baixo retorno eleitoral dos temas internacionais e a maior capacidade institucional do Poder Executivo conduzir a política externa do país são alguns dos principais argumentos desta perspectiva analítica. Por outro lado, enfatiza-se a importância dos arranjos e coalizões domésticas na formulação da política externa, apontando semelhança entre os comportamentos legislativos nas arenas doméstica e internacional. A diluição entre a fronteira que divide os assuntos domésticos e internacionais, assim como o crescente efeito distributivo advindo da política externa em economias cada vez mais interdependentes são alguns dos fatores explicativos desta perspectiva teórica. Embora haja grande profusão de estudos acerca do comportamento legislativo na política externa cujo objeto é o caso norte-americano, para o caso dos países latino-americanos ainda há um baixo número de trabalhos empíricos, especialmente aqueles que incluem mais de um caso na análise. Assim, a presente tese analisa as votações nominais em temas de política externa em seis países latino-americanos: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Peru. São dois os principais objetivos. Primeiro, comparar o comportamento legislativo em temas de política externa e doméstica a fim determinar semelhanças e diferenças em alguns aspectos centrais: o nível de unidade partidária, a dimensionalidade dos votos e o nível de conflito interpartidário. Segundo, encontrar os fatores determinantes do voto do legislador latino-americano em temas de política externa. Para tanto, calculamos os índices de Rice dos principais partidos políticos dos seis países, comparando-os com os scores da arena doméstica. Fazemos o uso de técnicas de estimação dos pontos ideais dos legisladores latino-americanos em temas de política externa para determinar o nível de conflito interpartidário e a dimensionalidade das votações. Adicionalmente, analisamos o voto do legislador latino-americano em temas de política comercial por meio de regressão logística, incluindo nos modelos explicativos variáveis correspondentes às características socioeconômicas do distrito eleitoral do legislador. Nossos resultados indicam baixa diferenciação entre os níveis de unidade partidária dos partidos

políticos nas arenas doméstica e internacional, além de níveis similares de conflito interpartidário, ainda que haja algumas variações importantes entre os casos. Verificou-se baixa dimensionalidade nas votações de política externa em todos os países, interpretada como a disposição dos partidos políticos no contínuo ideológico direita - esquerda e a dicotomia entre governo e oposição. Finalmente, a análise dos modelos logísticos indica, para o caso específico da política comercial, similaridade nos fatores estruturadores do voto do legislador, mais notadamente a dicotomia entre governo e oposição e a ideologia dos partidos políticos. Concluimos a baixa relevância da especificidade da política externa na influência do comportamento legislativo em plenário, comportamento este muito similar às demais políticas públicas.

Palavras-Chave: Comportamento Legislativo, Votações Nominais e Política Externa.

ABSTRACT

How do Latin-American legislators vote in foreign policy issues? The question addresses a long debate in the specialized literature regarding foreign policy specificity among other public policies and its influence on legislative behavior. On one hand, unified behavior among political parties on international issues is argued to be the standard behavior, revealing low polarization in legislative foreign policy decisions. The high costs of opposing president's foreign policy, the low electoral gains obtained from foreign policy activism and the greater capacity of Executive to conduct international issues are among the main arguments of this perspective. On the other hand, the importance of domestic institutions and coalitions are emphasized as important features of the foreign policy decision-making process, pointing out similarity between legislative behaviors in both arenas. The dilution between domestic and foreign boundaries, as well as the distributive effect from increasing internationalized economies derived from foreign policy choices are some of explanatory features from this theoretical perspective. Although there is a great amount of studies focusing on legislative behavior in foreign policy at the US Congress, there is a lack of empirical research regarding Latin-American countries, especially across cases. The present thesis investigates foreign policy roll call votes of six Latin American countries: Argentina, Brazil, Chile, Mexico, Paraguay and Peru. The main goals are two. First, to compare the legislative behavior in domestic and foreign policies regarding the level of party unity, dimensionality of voting and the level of inter-party conflict. Second, explaining legislative votes in foreign policy. We calculate the rice index for the major political parties of the six countries mentioned above, comparing the scores in both domestic and international arenas. We also apply technics of estimating legislator's ideal points to assess the level of inter-party polarization and the dimensionality of foreign policy votes. We argue that there is no significant difference between legislative behaviors regarding the domestic and foreign arenas. Party unity, the level of inter-party polarization and the dimensionality of policy are all quite similar in both domestic and international issues. Our findings also indicate low dimensionality in foreign policy votes interpreted as the ideological position of political parties and the government opposition dichotomy. Finally, the logistic models also indicate ideology and coalition as the main explanatory variables of legislator's votes in trade policy. The specific nature of foreign policy does not impact significantly legislative behavior in Latin America.

Key-Words: Legislative Behavior, Roll Call votes and Foreign Policy

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	23
2.1 Atores Coletivos: disciplina partidária, coesão partidária e unidade partidária.....	25
2.2 Dimensionalidade da política e Nível de conflito interpartidário	30
2.3 Atores Individuais e Política Externa: ideologia, eleitorado e interesses organizados.	34
2.3.1 Os fatores explicativos exógenos no caso da política comercial	36
2.3.2 A influência dos fatores econômicos e sociais do distrito do legislador na política comercial .	37
2.3.3 A influência dos interesses organizados na política comercial.....	38
2.3.4 O papel da ideologia do legislador nas decisões de política comercial.....	40
2.3.5 Influências endógenas na política comercial: as variáveis institucionais	41
3. METODOLOGIA	44
3.1 O uso de votações nominais	44
3.2 Calculando a Unidade Partidária	48
3.3 A estimação de pontos ideais	52
3.3.1. A Lógica da Estimação dos Pontos Ideais via Votações Nominais	55
3.4 O uso de regressão logística na análise do voto do legislador na política comercial.....	63
3.5 Amostra.....	64
3.5.1 A escolha dos países.....	65
3.5.2 Atribuições Constitucionais em Política Externa.....	67
3.5.3 As votações nominais por técnica de análise.	71
3.5.4 Os subtemas das votações de política externa	72
4. RESULTADOS.....	76
4.1 A Unidade Partidária nas arenas doméstica e externa	76
4.2 Pontos Ideais, Dimensionalidade e Polarização na Política Externa.	88
4.3 Polarização Partidária na Política Externa	123
4.4 Determinantes do voto do legislador latino-americano na política comercial.....	135
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
ANEXO 1	170
ANEXO 2.	174
ANEXO 3	177

Lista de Figuras

1	Estrutura da Revisão Bibliográfica	24
2	Funções Utilidade NOMINATE e IDEAL	172
3	Tipologia Tamanho do Governo x Polarização Partidária na Política Externa	132

Lista de Gráficos

1	Correlação Pontos Ideais NOMINATE x IDEAL	61
2	Dispersão das Unidades Partidárias nas arenas Doméstica e Internacional	77
3	Unidade Partidária nas Políticas Doméstica e Externa	79
4	Índices de Rice Política Doméstica e Política Externa por Partido	91
5	Médias do Índice de Rice por País	83
6	Poderes Legislativos do Presidente	86
7	Dimensionalidade Política Externa Argentina (2001-2010)	91
8	Dimensionalidade Política Externa Brasil (2003-2010)	92
9	Dimensionalidade Política Externa Chile (1998-2006)	93
10	Dimensionalidade Política Externa México (2006-2009)	94
11	Dimensionalidade Política Externa Paraguai (2003-2008)	95
12	Dimensionalidade Política Externa Peru (2001-2010)	96
13	Polarização Argentina por Coalizão	125
14	Polarização Argentina por Ideologia	125
15	Polarização Brasil por Coalizão	125
16	Polarização Brasil por Ideologia	125
17	Polarização Chile por Coalizão	126
18	Polarização Chile por Ideologia	126
19	Polarização México por Coalizão	126
20	Polarização México por Ideologia	126
21	Polarização Paraguai por Coalizão	127
22	Polarização Paraguai por Ideologia	127
23	Polarização Peru por Coalizão	127
24	Polarização Peru por Ideologia	127

Lista de Mapas

1	Pontos Ideais Pol. Externa Argentina (2001-2010)	91
1b	Política Externa Argentina (2001-2010)	100
2	Pontos Ideais Pol. Externa Brasil (2003-2010)	92
2b	Política Externa Brasil NOMINATE (2003-2010)	103
2c	Política Externa Brasil IDEAL (2003-2010)	103
2d	Política Externa Brasil Optimal Classification (2003-2010)	104
3	Pontos Ideais Pol. Externa Chile (1998-2006)	93
3b	Política Externa Chile (1998-2006)	107
4	Pontos Ideais Pol. Externa México (2006-2009)	94
4b	Política Externa México (2006-2009)	110
5	Pontos Ideais Pol. Externa Paraguai (2003-2008)	95
5b	Política Externa Paraguai (2003-2008)	111
6	Pontos Ideais Pol. Externa Peru (2001-2010)	96
6b	Política Externa Peru (2001-2010)	116

Lista de Quadros

1	Síntese da Unidade Partidária dos Países por Tema da Votação	150
2	Síntese dos Níveis de Polarização Partidária nas Política Externa e Doméstica	151
3	Síntese dos principais fatores explicativos do voto dos legisladores em temas de política externa.	153

Lista de Tabelas

1	Principais Regras para a Utilização de Votação Nominal	45
2	Critérios de seleção de votações nominais na arena doméstica	51
3	Votação Hipotética	55
4	Votações Hipotéticas 2	57
5	Correlações Pontos Ideais Brasil	62
6	Uso de Votação Eletrônica em legislaturas Latino-Americanas	66
7	Distribuição Poderes Constitucionais em Política Externa	68
8	Amostra Estimação do Índice de Rice	71
9	Amostra Estimação Pontos Ideais	71
10	Amostra Votações Política Comercial	72
11	Temas Votações Nominais Política Externa Argentina (2001-2010)	73
12	Temas Votações Nominais Política Externa Brasil (2003-2010)	73
13	Temas Votações Nominais Política Externa Chile (1998-2006)	74

14	Temas Votações Nominais Política Externa México (2006-2009)	74
15	Temas Votações Nominais Política Externa Paraguai (2003-2008)	74
16	Temas Votações Nominais Política Externa Peru (2001-2010)	74
17	Estatísticas Descritivas e Correlação Unidades Partidárias	78
18	Resultados Teste KS para a Política Doméstica e a Política Externa	79
19	Principais Variáveis Explicativas para o Nível de Unidade Partidária na Literatura Especializada	84
20	Interpretação das Dimensões referentes à Política Externa	120
21	Resultados modelo logístico Argentina	138
22	Resultados modelo logístico Brasil	140
23	Resultados modelo logístico Chile	141
24	Resultados modelo logístico México	142
25	Resultados modelo logístico Paraguai	144
26	Resultados modelo logístico Peru	145
27	Medidas de Ajuste do modelo NOMINATE	175
28	Diagnósticos dos modelos logísticos por país	178

Lista de Siglas

Nome do partido Político	Sigla	País
Acción para una República Independiente	ARI	Argentina
Partido Justicialista	PJ	Argentina
Partido Socialista	PS	Argentina
Unión Cívica Radical	UCR	Argentina
Partido Comunista do Brasil	PCdoB	Brasil
Partido Democrático Trabalhista	PDT	Brasil
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PMDB	Brasil
Partido Progressista	PP	Brasil
Partido Progressista Brasileiro	PPB	Brasil
Partido da República	PR	Brasil
Partido Socialista Brasileiro	PSB	Brasil
Partido dos Trabalhadores	PT	Brasil
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB	Brasil
Partido da Frente Liberal	PFL	Brasil
Democratas	DEM	Brasil
Partido da Social Democracia Brasileiro	PSDB	Brasil
Demócratas Cristianos	DC	Chile
Unión Demócrata Independiente	UDI	Chile
Renovación Nacional	RN	Chile
Partido Socialista	PS	Chile

Independientes	IND	Chile
Partido por la Democracia	PPD	Chile
Partido de la Revolución Institucional	PRI	México
Partido de la Acción Nacional	PAN	México
Partido de La Revolución Democrática	PRD	México
Partido Verde Ecologista de México	PVEM	México
Asociación Nacional Republicana (Partido Colorado)	ANR	Paraguay
Movimiento Pátria Querida	MPQ	Paraguay
Unión Nacional de Ciudadanos Eticos	UNACE	Paraguay
Partido Liberal Radical Autentico	PLRA	Paraguay
Perú Posible	PP	Peru
Unión por Peru	UPP	Peru
Acción Popular Revolucionaria Americana	APRA (ou PAP)	Peru
Cambio-90	Cambio-90	Peru
Frente Independiente Moralizador	FIM	Peru

1. INTRODUÇÃO

O comportamento legislativo representa um fenômeno de grande interesse para a compreensão do funcionamento das democracias representativas. No caso das democracias latino-americanas, uma grande proliferação de estudos empíricos buscou compreender as implicações e determinantes do comportamento legislativo na formulação das políticas públicas em geral. Um aspecto relevante, porém ainda pouco explorado é o estudo do comportamento do legislador latino-americano desagregado pelo tema da política. Alguns temas são mais importantes para os partidos políticos do que outros, fazendo com que os mesmos se comprometam com aqueles mais relevantes para seus eleitores (Traber, Sciarini and Hug, 2010). Dentre as diversas áreas temáticas tramitadas nos legislativos nacionais, a política externa apresenta característica única que suscita distintas interpretações acerca do comportamento legislativo na temática. A diferença central entre as políticas doméstica e internacional¹ reside no paradigma clássico das relações internacionais: enquanto na primeira há a existência de um Estado Nacional capaz de legislar e garantir a ordem em suas fronteiras, na segunda, há a ausência de uma entidade supranacional, caracterizando o sistema internacional como anárquico (Aron, 1985).

Esta distinção pode produzir incentivos específicos aos legisladores, influenciando as estratégias partidárias e moldando o comportamento legislativo nos temas de política externa de maneira distinta dos temas domésticos. A anarquia do sistema internacional atribuiria aos temas relacionados à política externa uma forte demanda por unidade no interior do parlamento, uma vez que seria arriscado do ponto de vista da imagem do partido ou legislador forjar qualquer

¹ A política externa pode ser compreendida como processos e resultantes da tomada de decisões com referência ou consequências conhecidas para entidades estrangeiras (Hudson, 2005).

cisão no âmbito doméstico que possa corroer a credibilidade do país no âmbito externo, assim como tornar o Poder Executivo dependente da formação de coalizões temporárias sujeitas à barganha, fato que fragilizaria a capacidade do presidente conduzir os assuntos externos (Bjereld and Demker, 2000). Assim, os legisladores delegariam a condução da política externa ao presidente², apresentando um comportamento legislativo convergente aos objetivos liderados pelo mesmo em oposição a um comportamento polarizado na arena doméstica.

Do ponto de vista empírico, encontramos no caso norte-americano importante contribuição para a compreensão do comportamento parlamentar nas arenas doméstica e internacional. Há períodos da história dos EUA, especialmente as primeiras décadas da guerra fria (Kegley and Wittkopf, 1995), em que a literatura argumenta a ocorrência do *bipartisanship*, caracterizado essencialmente por dois elementos: unidade em assuntos externos, ou seja, suporte político pelas maiorias dos dois partidos norte-americanos e práticas e procedimentos tomados com o intuito de atingir a desejada unidade (McCormick and Wittkopf, 1990). Assim, os níveis de polarização entre os partidos políticos norte-americanos apresentariam padrões distintos quando analisadas as votações dos temas domésticos e internacionais, sendo o primeiro sujeito a polarização partidária entre republicanos e democratas e o segundo estruturado pelo *bipartisanship* (Edwards, 1989). King (1986) explica a ocorrência do *bipartisanship* na política exterior norte-americana por meio de uma base estrutural comum entre as dicotomias republicano/democrata e política doméstica/política externa. A base estrutural destas dicotomias seria a distinção entre “nós” e “eles”, podendo ser interpretado da seguinte forma: meu partido/outro partido e Estados Unidos/resto do mundo, configurando-se como manifestações de conteúdo distinto da mesma

² Para a compreensão do sistema de delegação entre Congresso e Executivo na política exterior norte-americana ver Martin (2000).

oposição estrutural (King, 1986) ³. Esta oposição estrutural caracteriza a distinção fundamental entre política externa e doméstica, incentivando comportamento distinto do legislador nas distintas arenas.

Desde a perspectiva da relação entre os poderes executivo e legislativo na implementação da política externa norte-americana, argumenta-se, complementarmente, a validade da tese dos dois presidentes (*two presidents thesis*) (Wildavsky, 1969), calcada na percepção de um presidente imperante na condução da política externa norte-americana e outro fortemente constrangido por um poderoso Congresso nos assuntos domésticos (Lindsay and Ripley, 1992). A predominância presidencial na política exterior norte-americana seria proveniente da maior capacidade técnica e operacional que possui o poder Executivo e suas agências para conduzir a complexa relação exterior dos Estados Unidos (Kegley & Wittkopf, 1995). Outro fator que explicaria a ocorrência tanto do bipartisanship quanto da tese dos dois presidentes seria o baixo interesse eleitoral em temas de política externa. O baixo interesse do eleitorado em temas de política externa seria resultado do elevado grau de complexidade da política, aparentemente sem consequência alguma ao cidadão enquanto indivíduo, diferentemente de temas mais imediatos centrais da política doméstica como a política econômica e social (Rosenau, 1967 e Holsti, 1992). Podemos, basicamente, vislumbrar duas possíveis consequências no comportamento legislativo advindo da percepção citada. A primeira seria o desinteresse dos legisladores pelos temas internacionais, facilitando o consenso entre as maiorias dos partidos no tema, assim como a delegação dos assuntos externos ao presidente. Segundo, do ponto de vista da unidade partidária, não haveria suficientes incentivos para as lideranças partidárias forjarem a unidade do

³ É interessante ressaltar que os achados de King (1986) indicam uma distinção nos níveis de polarização partidária nos subtemas da política externa norte-americana. Enquanto se observa um padrão mais unificado em temas como ajuda externa e política comercial, as votações referentes à segurança internacional apresentam um padrão mais polarizado (King, 1986).

partido nas votações de política externa (Bjereld and Demker, 2000). Assim, a crescente liberdade dos membros de um partido político em votações de política externa resultaria em um comportamento legislativo distinto daquele observado nas votações de política doméstica (Gibbs, 2009), apresentando níveis de unidade partidária menores em temas de política externa quando comparados à política doméstica.

Tendo a péssima repercussão da Guerra do Vietnã frente à opinião pública estadunidense como marco principal, a literatura argumenta o desaparecimento do *bipartisanship* na política exterior norte-americana, assim como o fortalecimento dos canais de participação direta do Congresso Nacional na condução da mesma⁴, rejeitando a tese dos dois presidentes (Meernik, 1993; Ripley and Lindsay, 1993; Lindsay, 1994, 2003). Além do negativo efeito colateral da Guerra do Vietnã, no início dos anos 90, o fim da Guerra Fria reduziu os incentivos para a manutenção de uma aparente unidade na condução da política externa estadunidense, diluindo a tradicional diferença entre política doméstica e externa (Conley, 1999).

Para Lindsay (1994), três fatores apontam para esta tendência pós-Guerra Fria: diminuição dos custos eleitorais de se contrapor à política externa do presidente, a interdependência global diluiu a linha que separa a política doméstica da externa e o distanciamento entre os extensos compromissos norte-americanos no exterior e a crescente diminuição de recursos disponíveis⁵. Conforme Warburg (1989) sustenta, reformas institucionais ocorridas no Congresso norte-americano durante os anos 70 (pós-Guerra do Vietnã) transformaram o ambiente institucional do Congresso menos propenso a proteger as prioridades do Presidente em política externa da

⁴ Faz-se necessário salientar que alguns estudiosos apontam para uma maior similaridade entre os comportamentos legislativos nas arenas doméstica e internacional já desde o início da Guerra Fria (ver, por exemplo, McCormick and Wittkopf, 1990 e Fordham, 1998).

⁵ Como apontam Prins and Marshall (2001), esta maior assertividade legislativa em política externa fez com que o Presidente Clinton, em 1993, tenha publicamente exclamado: “*Gosh, I miss the Cold War*”.

oposição de congressistas. Assim, mudanças institucionais no Congresso também compõem a gama de explicações ofertadas pela literatura para o fim do *bipartisanship* na política exterior norte-americana. Prins and Marshall (2001) argumentam que os temas da política externa (issues) exercem grande influência no nível de apoio do Congresso ao Executivo. Assim, a depender do tema em questão (*high politics* ou *low politics*, por exemplo) há uma significativa variação do apoio congressional ao Presidente, corroborando os achados de King (1986). Finalmente, Fleisher, Bond, Krutz and Hanna (2000) demonstram que condições estruturais da política internacional também influenciam o nível de unidade entre os dois partidos políticos na condução da política externa dos EUA. Adicionalmente, segundo Martin (2000), o posicionamento dos legisladores nas políticas públicas em geral, incluindo a política externa é central para a reeleição dos mesmos, diminuindo a possibilidade de desinteresse dos primeiros.

Quando nos referimos especificamente ao comportamento legislativo em temas de política externa nos países da América Latina, a questão permanece inconclusiva. Há na literatura latino-americana a percepção citada anteriormente de que temas de política externa geram um baixo retorno eleitoral para os legisladores, o que geraria, por conseguinte, baixo interesse dos legisladores em geral e, especificamente, das lideranças partidárias⁶ (Almeida, 2000; Lima e Santos, 2001; Santos, 2006; Oliveira, 2003, 2005; Stuhldreher, 2003; Ava e Merke, 2011). Em uma direção oposta a da mencionada anteriormente, encontramos na literatura respaldo empírico para a postulação de que os partidos políticos do subcontinente não apenas possuem posições divergentes em temas de política externa, como buscam por diversos mecanismos institucionais influenciar as decisões do Poder Executivo no tema (Neves (2003); Mena (2004); Maia e César (2004); Follieti (2005); Pinheiro (2008); Diniz e Ribeiro (2008), Feliu, Oliveira e Galdino (2009)

⁶ Sobre a influência da opinião pública na conformação das preferências dos legisladores em política externa ver, por exemplo, Holsti (1992), Soroka (2003) e Knecht and Weatherford (2006).

e Lemos (2010)). Vale ressaltar que boa parte dos estudos citados analisa as relações executivo-legislativo na formulação da política externa de países latino-americanos, mencionando de maneira marginal o comportamento legislativo propriamente dito. Como apontam Oliveira e Onuki (2010), ainda que haja esforços recentes na literatura para compreender o papel do Poder Legislativo na política externa, há escassos trabalhos empíricos que adotam o comportamento legislativo na política externa de países latino-americanos como variável dependente. Nesse sentido, a presente tese tem como objeto de pesquisa o comportamento legislativo em matérias de política externa nos Legislativos de países da América Latina. Mais especificamente, analisamos as votações nominais em temas de política externa em seis países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Peru), sendo os votos dos legisladores a variável dependente da presente tese. Neste estudo não é analisada a capacidade do Poder Legislativo influenciar a política externa dos países da região, embora a compreensão do comportamento legislativo no tema proporciona importantes subsídios para esta discussão.

Buscamos compreender o padrão do comportamento legislativo em temas de política externa nos seis países latino-americanos tendo como referências centrais a hipótese do *bipartisanship* formulada para o comportamento legislativo na política externa norte-americana e a identificação dos fatores explicativos do voto do legislador latino-americano em temas de política externa. No primeiro caso, testamos empiricamente a existência ou não de uma distinção substantiva entre o comportamento dos legisladores latino-americanos em temas de política externa e política doméstica. Diferentemente do caso norte-americano, os seis países do subcontinente analisados são caracterizados por sistemas multipartidários, cujo padrão de votação nominal em temas de política doméstica é predominantemente estruturado pela dicotomia entre o pertencimento ou não do partido do legislador à coalizão de governo. A

observação do *bipartisanship* na política exterior destes países significaria unidade entre os partidos de oposição e governo nos temas internacionais em contraste com uma arena doméstica polarizada, entre outros fatores, em torno desta dicotomia. Assim, a primeira hipótese emerge da problematização exposta: 1- Prevalece nos legislativos latino-americanos fenômeno semelhante ao *bipartisanship* norte-americano, unidade entre partidos oposicionistas no âmbito internacional e polarização partidária nos assuntos domésticos.

No segundo caso, testamos justamente a hipótese alternativa à primeira hipótese citada acima, ou seja, verificamos a relevância de fatores explicativos do voto do legislador latino-americano, usualmente atribuídos aos temas domésticos, nas votações específicas de política externa. Como será observado na seção 2.2 deste texto, dentre os principais fatores explicativos dos votos dos legisladores dos países analisados destacam-se a dicotomia entre governo e oposição e a ideologia dos partidos políticos. Desta forma, formulamos a segunda hipótese da presente tese: 2 - Não há distinção significativa entre o comportamento legislativo nos assuntos internacionais e domésticos, ou seja, os votos dos legisladores latino-americanos em temas de política externa podem ser explicados pela ideologia do partido político do legislador e o seu pertencimento ou não à coalizão de governo. A observação de uniformidade entre os fatores explicativos dos votos dos legisladores nos temas domésticos e internacionais sugere a inexistência de fenômeno similar ao *bipartisanship* nos países estudados, indicando similaridade entre os efeitos causais do voto do legislador em ambas as temáticas. A partir da análise dos determinantes do voto do legislador latino-americano em temas internacionais podemos ofertar uma contribuição empírica para os estudos acerca do processo de formulação de política externa na América Latina. Isso porque o Poder Legislativo na América Latina é caracterizado como um

veto player institucional⁷ no processo decisório em temas de política externa, abrindo a possibilidade das preferências partidárias exercerem influência nas decisões do Poder Executivo na formulação e condução da política externa dos países da região.

Desde um ponto de vista teórico, podemos identificar a possibilidade de confirmação da primeira hipótese como respaldo empírico aos pressupostos realistas e estruturalistas das relações internacionais, enquanto a possibilidade de confirmação da segunda hipótese suplanta empiricamente a importância de inclusão das preferências partidárias na análise da política externa dos países da região. A perspectiva teórica clássica das relações internacionais, mais notadamente o realismo e o estruturalismo, preconiza a existência de um Estado detentor de um interesse nacional definido a partir das necessidades domésticas e as possibilidades efetivas da realidade estrutural do sistema (ver Waltz (1979), por exemplo). A abordagem teórica da Análise de Política Externa (*foreign policy analysis*) estabelece um contraponto às correntes teóricas citadas, criticando a sua incapacidade de analisar mudanças ocorridas na política externa dos países dentro de uma mesma estrutura do sistema internacional. Isto é, para qualquer combinação de condições estruturais e materiais, haverá uma significativa variabilidade nos resultados da política externa (Hudson, 2005). Os analistas da Análise de Política Externa dirigem suas atenções para o comportamento dos agentes específicos tomadores de decisões que moldam a política externa e não para os Estados enquanto abstrações metafísicas. Desta forma, a análise de um determinado resultado advindo da política externa deverá incorporar variáveis domésticas do

⁷ De acordo com George Tsebelis, “um *veto player* é um ator individual ou coletivo cuja concordância é requerida para tomar a decisão de mudar uma política” (Tsebelis, 1997). Ainda segundo o mesmo autor, os *veto players* institucionais se caracterizam por serem especificados pela constituição, isto é, um ator institucional apenas será considerado um *veto player* caso possua um poder de veto formalmente garantido (Tsebelis, 1997). Como será descrito na seção 3.5.2 da presente tese, os legislativos nacionais dos países analisados possuem atribuições constitucionais que permitem o veto das decisões presidenciais em diversos temas de política externa.

processo decisório da política externa (para um balanço da literatura, ver Neack, Hey and Haney (1995)).

Um comportamento legislativo em temas de política externa caracterizado pela unidade nos posicionamentos das maiorias dos principais partidos políticos oferece suporte empírico ao pressuposto teórico da unicidade na formulação da preferência dos Estados nos assuntos internacionais, ao menos no que se refere à influência legislativa. Em contrapartida, a observação de um comportamento legislativo polarizado em torno de fatores como a ideologia partidária ou interesses distritais, por exemplo, fornece subsídios empíricos para a incorporação das preferências partidárias e legislativas nas análises da formulação da política externa nos países latino-americanos.

Para a análise proposta, adotaremos uma estratégia que envolve três componentes centrais. O primeiro é a comparação dos scores de unidade partidária dos principais partidos políticos dos seis países da amostra nos âmbitos doméstico e internacional. A comparação dos níveis de unidade partidária em ambas as arenas possibilita averiguar a tese do desinteresse das lideranças partidárias latino-americanas em temas de política externa, especificamente. O segundo componente é a estimação dos pontos ideais dos legisladores da amostra e conformação de um mapa espacial dos mesmos, viabilizando a análise da dimensionalidade das votações em temas de política externa, assim como o nível de conflito entre os partidos. As análises da dimensionalidade das votações e do conteúdo substantivo das dimensões possibilitam inferir os fatores explicativos que estruturam os votos dos legisladores latino-americanos em temas de política externa. O mapa espacial também favorece a constatação ou não de uma unidade suprapartidária ao redor dos temas de política externa, parametrizando o nível de polarização partidária nos casos adotados. O terceiro componente é a estruturação de modelos logísticos dos

votos dos legisladores em temas de política comercial a fim de inserir na análise do comportamento legislativo variáveis condizentes aos distritos eleitorais do legislador, enfatizando o aspecto individual do mesmo. A seguir apresentamos a divisão dos capítulos da tese delineando o principal conteúdo de cada um.

No capítulo 2, subsequente, elaboramos a revisão da literatura condizente ao nosso objeto de estudo desde uma perspectiva coletiva e individual. Na primeira, focamos a compreensão do comportamento legislativo no âmbito dos partidos políticos, examinando os determinantes da unidade partidária, do nível de conflito entre os partidos políticos e a dimensionalidade das votações nominais para as políticas públicas como um todo e na política externa especificamente. A revisão da literatura calcada não apenas nos estudos focados em política externa oferece bons benefícios metodológicos e possibilita traçar a comparação entre os comportamentos legislativos em ambas as arenas. Na segunda, abordamos a literatura que visa explicar o voto do legislador em temas de política comercial, considerando variáveis endógenas e exógenas ao processo legislativo, reconstruindo importantes argumentos que ligam os efeitos distritais no voto do legislador.

No capítulo 3 apresentamos os principais aspectos metodológicos da presente tese. Discutimos a validade de nossa variável dependente, as votações nominais, para a compreensão do comportamento legislativo, salientando as vantagens e desvantagens do seu uso. Descrevemos brevemente os principais métodos utilizados para a análise empírica aqui empreendida: medição da unidade partidária por meio do índice de Rice, estimação dos pontos ideais pelos pacotes IDEAL e NOMINATE e a utilização de regressão logística para estruturar um modelo explicativo do voto do legislador em temas de política comercial. Nos dois últimos casos oferecemos uma descrição um pouco mais detalhada dos métodos empregados nos anexos 1 e 3.

Outro aspecto importante elaborado neste capítulo é a descrição de nossa variável dependente: as votações nominais, destacando a sua amostra para cada método de análise empreendido, assim como a distribuição por subtemas da política externa das amostras de votações nos seis países analisados. Finalmente, delineamos o critério para escolha dos seis países latino-americanos presentes neste estudo.

No capítulo 4, exibimos os resultados da pesquisa, iniciando com a disposição da medida de unidade partidária nos âmbitos doméstico e internacional, argumentado a similaridade entre ambas. Expomos também os mapas espaciais dos pontos ideais dos legisladores latino-americanos em temas de política externa, revelando a baixa dimensionalidade das votações. Comparamos os mapas estimados para a política externa com mapas dos pontos ideais estimados por outros autores para a política doméstica, comparando os níveis de conflito interpartidário e a interpretação substantiva da dimensão relevante. No que diz respeito a este último aspecto, concluímos que a primeira dimensão estimada (responsável por explicar parte significativa das votações) representa simultaneamente a disposição dos partidos políticos no espectro ideológico direita-esquerda e a dicotomia entre governo e oposição. No que se refere ao nível de polarização entre os partidos, a comparação indica forte semelhança entre os casos nas arenas doméstica e externa. Finalmente, os modelos de regressão logística confirmam os resultados obtidos por meio da estimação dos pontos ideais, conferindo maior robustez à análise ao incluir no modelo explicativo do voto do legislador variáveis do distrito eleitoral do mesmo. No quinto e último capítulo concluímos o estudo.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Em distintos graus de análise, a literatura acerca do comportamento legislativo tem centrado a sua análise, ainda que não exclusivamente, nas votações nominais dos parlamentos⁸, buscando compreender os determinantes e as implicações dos padrões de votação (ver, por exemplo, Clausen, 1967; Owens, 2003). O comportamento legislativo expresso pelo voto pode figurar tanto como variável resposta quanto explicativa, dependendo do problema de pesquisa estar focado nas implicações ou determinantes do comportamento legislativo. Além desta importante variação no modelo explicativo do comportamento legislativo, a agenda de pesquisa no campo também pode ser compreendida por meio do exame da unidade de análise escolhida: as pesquisas cujo objeto de análise é o comportamento coletivo dos atores legislativos e aquelas cujo objeto é o comportamento individual dos mesmos (Collie, 1984). Embora os estudos que focam no legislador ou partido político enquanto unidades de análise investiguem tanto as implicações quanto os determinantes do comportamento legislativo, distinguir a literatura baseado na unidade de análise viabiliza identificar duas possibilidades dentro de um mesmo tema. Uma centrada na mobilização de fatores como as lideranças partidárias, sistema partidário e a relação executivo –legislativo, enquanto a outra focada na constituição das preferências do legislador individual.

Ainda que ambas as unidades de análise se sobreponham, na perspectiva referente à análise do comportamento coletivo dos atores legislativos, a problemática central concentra-se na identificação dos níveis de unidade no interior do partido político e conflito entre os partidos políticos, assim como a natureza das clivagens e a dimensionalidade das votações legislativas.

⁸ Exploraremos as críticas ao uso das votações nominais como variável dependente do comportamento legislativo na seção 3.2 do presente texto.

As abordagens centradas no indivíduo, por outro lado, buscam esclarecer a influência de fatores distritais, ideológicos e institucionais nas votações legislativas, buscando inferir os determinantes do voto do legislador. Na primeira perspectiva, abordaremos o tema da unidade partidária sem discriminar o tipo de política pública. Já na segunda perspectiva, focaremos especificamente nos determinantes do voto do legislador em política comercial. Essa distinção se deve ao fato da estrutura argumentativa dos estudos. Enquanto os estudos sobre unidade partidária geralmente mobilizam variáveis explicativas constantes em relação aos temas em que se verifica o comportamento legislativo, nas pesquisas centradas no legislador enquanto unidade de análise há a mobilização de variáveis explicativas específicas da política externa, especialmente a política comercial. A figura 1 abaixo ilustra a estrutura da revisão bibliográfica proposta.

Figura1. Estrutura da Revisão Bibliográfica

Fonte: elaborada pelo autor

2.1 Atores Coletivos: disciplina partidária, coesão partidária e unidade partidária.

As pesquisas focadas nas clivagens e alinhamentos no interior dos órgãos legislativos geralmente abordam o comportamento legislativo desde uma perspectiva coletiva, tendo como unidade de análise central os partidos políticos. Estudos clássicos como o de Rice (1925) marcaram a profusão de uma agenda de pesquisa calcada na força e importância das clivagens partidárias no processo decisório legislativo. Medidas como a coesão e disciplina partidária, assim como o nível de polarização interpartidária configuram-se como elementos centrais do comportamento partidário (Collie, 1984).

É bastante comum que a literatura sobre o comportamento legislativo não faça uma clara distinção entre os termos disciplina partidária e coesão partidária. A imbricação e sobreposição dos dois conceitos fazem com que muitas vezes sejam tratados como sinônimos (Maureira, 2007). Entretanto, Carey (2000) chama a atenção para a existência de uma distinção conceitual entre disciplina e coesão partidárias⁹. O primeiro se refere à capacidade que o líder partidário possui de induzir votações unificadas entre os membros de um mesmo partido político, independentemente das preferências dos mesmos, enquanto o segundo se refere ao grau de compatibilidade entre as preferências dos membros de um mesmo partido político. Como aponta Morgenstern (2004), esta diferença implica distintos fatores explicativos, isto é, enquanto a coesão pode ser explicada pelos fatores ideológicos, geográficos e eleitorais, a disciplina é

⁹ Rodriguez e Montero (2002) argumentam a importância de investigar também a coerência partidária, definida como o nível de congruência nas posturas dos membros de um partido em aspectos programáticos e ideológicos (Rodriguez e Montero, 2002: 195). A diferença conceitual proposta pelos autores entre coesão e coerência partidárias reside no fato da primeira versar sobre o comportamento do legislador, sendo medido geralmente por votações nominais e políticas implementadas, enquanto o segundo pelo grau de concordância dos legisladores de um mesmo partido em torno de temáticas propostas via *survey* de elites, por exemplo. Essa abordagem deixa de lado a análise do comportamento legislativo calcada em votações nominais, privilegiando a opinião dos legisladores.

explicada pelas atribuições de competência do líder partidário. A despeito do nível de respaldo dos partidos políticos no Congresso variarem de acordo com a homogeneidade das preferências dos legisladores ou a influência dos líderes partidários (Cox and Morgenstern, 2002), podemos considerar que a soma da disciplina e coesão partidárias resulta na unidade partidária (Carey, 2002). O exame das votações nominais não permite distinguir facilmente a coesão da disciplina partidária (Figueiredo e Limongi, 1998), desta forma, utilizaremos na presente tese o termo unidade partidária, referindo-se especificamente ao grau de unidade entre as votações dos membros dos partidos políticos. A seguir exibiremos os principais determinantes da unidade partidária presentes na literatura¹⁰.

Dois fatores explicativos principais emergem da literatura que investiga os determinantes da unidade partidária: fatores relativos aos partidos políticos e o contexto institucional. No que diz respeito à influência dos partidos políticos no comportamento do legislador, um estudo seminal na literatura foi realizado por Cox e McCubbins (1993). O argumento central dos autores é a existência de interesses comuns entre legisladores do mesmo partido, ainda que haja alguma diferença substantiva entre as preferências dos mesmos. Basicamente, os líderes partidários aumentam a eficiência de o partido político construir um histórico partidário (*party record*) eleitoralmente favorável, resolvendo problemas de ação coletiva e motivando os congressistas a concederem recursos e poderes especiais aos líderes de seus partidos (Cox and McCubbins, 1993).

¹⁰ Faz-se necessário ressaltar uma premissa comum na literatura sobre o comportamento legislativo: os legisladores são motivados pelo desejo de reeleição (Carey and Shugart, 1995). Embora tal premissa norteie os mecanismos explicativos elaborados por boa parte da literatura na análise do comportamento legislativo, há importantes considerações sobre a motivação de o legislador ser composta também por outros fatores como o poder e a execução de uma boa política pública (Owens, 2003).

Outro fator importante relativo ao partido político é a influência que a ideologia do mesmo exerce sobre o comportamento legislativo. Alguns estudos encontraram uma correlação entre coesão partidária e a ideologia do partido político, postulando que partidos de esquerda são usualmente mais coesos do que os outros (Owens, 2003). Podemos citar alguns exemplos de estudos de caso que confirmam esta tese, dentre eles, Figueiredo e Limongi (1999) para o caso brasileiro e Morgenstern (2001) para o caso uruguaio. Entretanto, a correlação entre a ideologia do partido político e o nível de unidade partidária não é uniformemente encontrada em todos os casos, pelo contrário, há estudos de caso que encontram justamente o contrário, maior unidade partidária em partidos localizados na direita do espectro ideológico, como no caso mexicano (Ugalde, 2010) e suíço (Traber, Sciarini and Hug, 2010).

Dentre os principais fatores institucionais podemos selecionar três: o federalismo, o sistema eleitoral e a estrutura das relações executivo-legislativo. O elemento comum a todos esses fatores institucionais é a estruturação dos incentivos que o legislador possui de votar de maneira pessoal ou partidária (Traber, Sciarini and Hug, 2010). A hipótese referente à influência do federalismo no nível da unidade partidária se estrutura pela distinção entre os níveis geográficos de organização partidária. Enquanto nos sistemas federais a organização partidária geralmente se dá no nível subnacional, nos sistemas unitários essa organização é feita em nível nacional. Assim, no primeiro caso há o incentivo para uma competição intrapartidária, o que não ocorreria nos estados unitários. Alguns estudos de caso de países latino-americanos confirmam esta hipótese mencionada acima, como por exemplo, Samuels (2000) para o caso brasileiro; Spiller and Tommasi (2001) para o caso argentino e Cantú e Desposato (2010) para o caso mexicano. Há, contudo, estudos importantes que rejeitam esta hipótese, dentre eles destacamos

Carey (2007), para uma abordagem em perspectiva comparada, Desposato (2004) e Cheibub, Figueiredo e Limongi (2009) para o caso brasileiro.

O sistema eleitoral enquanto variável explicativa da unidade partidária pode ser compreendida por meio da influência que as regras do mesmo exercem sobre o legislador na definição de uma estratégia eleitoral coletiva ou individual. Três variáveis explicativas se destacam na literatura: o tipo de lista eleitoral, a magnitude dos distritos eleitorais e a forma como os partidos políticos selecionam os seus candidatos (Hix, 2004). Em sistemas de representação proporcional que adotam a lista fechada, nos quais o partido político conforma a ordem dos candidatos e os eleitores não podem alterá-la, é razoável que o legislador permaneça próximo às diretrizes do partido. De outro lado, em sistemas de representação proporcional com lista aberta, onde o posicionamento do candidato na lista é dado pela quantidade de votos que o mesmo recebe, há incentivos para que o legislador cultive identificação pessoal com o eleitorado. Deste modo, a lista fechada gera incentivos para que o legislador atue coletivamente favorecendo a unidade partidária, enquanto que a lista aberta oferecerá o incentivo contrário (Hix, 2004).

Carey e Shugart (1995) argumentam a relevância do tamanho do distrito eleitoral na definição da capacidade da liderança partidária em constranger os membros do partido na direção da unidade partidária. Em sistemas caracterizados pela competição intrapartidária, na medida em que aumenta a magnitude do distrito eleitoral, diminui a ameaça do líder partidário rebaixar um candidato na lista eleitoral. Isso se deve a maior chance de um candidato popular se eleger em um distrito maior, quando comparado a um menor, a despeito de um possível não alinhamento com a recomendação da liderança partidária. Analogamente, em distritos com

magnitudes menores a ameaça da liderança impacta de maneira mais contundente as chances de eleição do candidato¹¹ (Carey and Shugart, 1995).

Outro fator relevante diz respeito ao âmbito em que é realizada a escolha dos candidatos do partido político: nacional ou regional. Quanto mais centralizada for a escolha dos candidatos de um partido político concorrente nas eleições nacionais, maior será a capacidade da liderança deste partido forjar a unidade (Jones, 2002; Siavelis and Morgenstern, 2008; Whus, 2006). Como argumenta Hix (2004) o efeito da escolha centralizada dos candidatos na unidade partidária será maior nos sistemas eleitorais que adotam a lista fechada, relevando um efeito combinado entre as variáveis.

A estrutura das relações entre os poderes executivo e legislativo pode ser um dos determinantes da habilidade dos partidos governistas controlarem os legisladores que conformam sua base de apoio. Neste aspecto há uma interessante controvérsia na literatura acerca da influência do sistema de governo, parlamentarista ou presidencialista, sobre a unidade partidária. Parte da literatura especializada aponta que fatores institucionais específicos do parlamentarismo, como a “fusão entre executivo e legislativo” e a possibilidade de dissolução da assembleia, criam incentivos para a obtenção de uma maior unidade partidária. Em contraste, o presidencialismo por apresentar autonomia entre os poderes executivo e legislativo e eleições independentes, criaria incentivos para a existência de uma menor unidade partidária quando comparada aos regimes parlamentaristas (Shugart, 1998; Bowler, Farrell, and Katz, 1999; Hix, 2004; Carey, 2007).

Estudos recentes contrariam o argumento delineado acima, relativizando a importância da diferença de sistema de governo nos níveis de unidade partidária no parlamento. Ao analisar o

¹¹ Para uma visão que relativiza a validade da magnitude do distrito eleitoral enquanto *proxy* do nível de competitividade intra-partidária ver Crisp, Jensen and Shomer (2007).

caso brasileiro, Figueiredo e Limongi (2000) argumentam a relevância dos poderes presidenciais, principalmente o poder de controlar a agenda legislativa, na determinação da habilidade do presidente forjar a unidade partidária dos partidos que compõem a coalizão governista em torno das propostas presidenciais de maneira tão eficiente quanto nos sistemas parlamentaristas¹². Desde uma perspectiva comparada, Cheibub, Przeworski e Saiegh (2004) afirmam existir uma forte semelhança entre a capacidade de presidentes e primeiros-ministros conformarem coalizões legislativas para aprovar legislações. A seguir apresentaremos os principais argumentos da literatura acerca da dimensionalidade do comportamento legislativo e os determinantes do nível de conflito interpartidário. Ambos os temas são apresentados em conjunto dada a sobreposição dos mesmos.

2.2 Dimensionalidade da política e Nível de conflito interpartidário

O formato do espaço político, mais especificamente, o número de dimensões políticas e a localização dos atores legislativos nestas dimensões são instrumentalizações empíricas poderosas desenvolvidas pela literatura para compreender o comportamento legislativo (Hix, Noury and Roland, 2006), especialmente útil no que tange a investigação do nível de conflito entre os partidos políticos e a estruturação das preferências dos legisladores. Há um intenso e recente debate metodológico acerca da estimação dos pontos ideais dos legisladores, tendo como um dos aspectos centrais do debate os pressupostos dos modelos estatísticos e teórico e sua aplicabilidade em legislaturas caracterizadas pela presença da disciplina partidária e grande variabilidade no grau desta unidade entre os partidos políticos (Rosenthal and Voeten, 2004).

¹² Amorim Neto, Cox e McCubbins (2003) oferecem uma explicação distinta daquela exposta acima de Figueiredo e Limongi (2000). Para os autores, o presidente brasileiro pode tanto estabelecer enquanto estratégia conformar suportes minoritários na coalizão de governo e não subordinar o seu poder de agenda a liderança coletiva da mesma, como perseguir um apoio parlamentar mais profundo como nos sistemas parlamentaristas.

Abordaremos melhor o aspecto metodológico deste debate na seção 3.3 da presente tese, apontando alguns dos principais aspectos do mesmo.

A ideia por trás destes métodos de estimação é que legisladores possuem pontos ideais sobre um conjunto de alternativas políticas, optando por aquelas políticas em que a distância entre seu ponto ideal e o *status quo* é maior do que a distância entre sua própria preferência e a alternativa política proposta (Godbout, 2010). Um dos trabalhos seminais na literatura foi o desenvolvido por Poole e Rosenthal (1997). Contrariando a consolidada ideia de que os interesses locais do eleitorado dos congressistas norte-americanos é a influência dominante na formação das preferências dos mesmos (ver Mayhew, 1974 e Fiorina, 1974, 1989; por exemplo), os autores sustentam que a disposição dos legisladores na dimensão ideológica liberal-conservador é capaz de explicar parte significativa das votações nominais do Congresso dos Estados Unidos.

Um dos principais achados desta perspectiva de análise do comportamento legislativo é que decisões baseadas em votações nominais são geralmente fortemente correlacionadas a uma baixa dimensionalidade, geralmente entre uma e duas dimensões. A interpretação da dimensionalidade das políticas pode variar de um tipo de legislatura para outra. Por exemplo, Hix e Noury (2011), ao analisarem 16 legislaturas, concluíram que a dimensão mais relevante na explicação dos votos em sistemas parlamentaristas com elevada disciplina partidária corresponde à divisão governo – oposição. Assim, os autores encontram resultados diferentes dos estudos focados no caso norte-americano, argumentando uma forte relação entre aspectos institucionais (sistema parlamentarista ou presidencialista e coalizão majoritária ou minoritária, por exemplo) e a interpretação do conteúdo substantivo da dimensão mais relevante.

Diversos estudos de caso foram elaborados com intuito de determinar a dimensionalidade das votações legislativas. Ainda que haja algumas divergências acerca do significado substantivo das dimensões, o elemento comum entre estes estudos reside na observação de que uma ou duas dimensões são capazes de explicar parcela significativa das votações. Podemos citar alguns exemplos como: Leoni (2002) e Zucco e Lauderdale (2011) para o caso brasileiro, Godbout e Hoyland (2008) para o caso canadense, Voeten (2000) para o caso da Assembleia Geral da ONU, Rosenthal e Voeten (2004) para o caso francês, Hix, Noury e Roland (2006) para o caso do parlamento europeu e Alemán (2008) para o caso chileno. Uma conclusão relevante advinda da baixa dimensionalidade das políticas é que votações de temas aparentemente sem relação entre si podem ser utilizados para prever futuras votações, ou seja, há um elemento decisório comum, seja ele o espectro ideológico ou a divisão governo x oposição, capaz de explicar boa parte das votações.

É interessante notar a observação de um espaço político de baixa dimensionalidade no comportamento legislativo, pautado pelo contínuo direita-esquerda, a partir de uma variável dependente distinta do voto do legislador¹³. Saiegh (2009), por exemplo, utiliza dados de *survey*¹⁴ aplicado aos legisladores latino-americanos para estimar os pontos ideais dos mesmos, assim como a dimensionalidade de suas preferências. Similarmente, utilizando dados de *survey* de especialistas (*expert surveys*) sobre o posicionamento dos partidos europeus acerca da integração europeia, Hooge, Marks e Wilson (2002) argumentam a elevada capacidade explicativa da dimensão ideológica direita-esquerda na posição dos partidos políticos europeus nas temáticas de política externa. As principais conclusões destes estudos confirmam aquela

¹³ Para um estudo que compara a dimensionalidade da política por meio da estimação dos pontos ideais utilizando dados de autoria e co-autoria de projetos de lei (*cosponsorship*) e votações nominais para os casos norte-americano e argentino, ver Alemán, Calvo, Jones e Kaplan (2009).

¹⁴ Saiegh (2009) utiliza o *survey* elaborado pela Universidade de Salamanca, *Proyecto de Elites LatinoAmericanas* (PELA). Ver, também, Saéz e Rivas (2006).

extraída por meio de votações nominais, ou seja, uma única dimensão possui elevada capacidade explicativa, ainda que haja alguma variação entre os casos citados. Ao utilizar um dado distinto da votação, essas abordagens conferem maior robustez ao argumento da baixa dimensionalidade do comportamento legislativo.

A interpretação substantiva da dimensionalidade do comportamento legislativo, principalmente por meio da estimação dos pontos ideais, permite averiguar o nível de conflito e polarização entre os partidos políticos distribuídos em uma dimensão ou mais, permitindo compreender como a distância entre os posicionamentos médios dos partidos políticos influi no comportamento e decisões legislativas. Deste modo, atenta-se para a possibilidade de um padrão de clivagens partidárias caracterizadas por pautas relativamente estáveis de polarização em que determinados grupos apoiam alguns partidos enquanto outros grupos apoiam partidos opostos (Alcántara y Rivas, 2007). Uma parcela relevante dos estudos que abordam o tema adota o caso norte-americano como objeto de estudo, apontando dois temas explicativos centrais para o constatado aumento na polarização partidária: mudança no nível das elites e mudança de forças no nível eleitoral¹⁵ (Carson, Crespin, Ficocchiaro and Rohde, 2007).

No que diz respeito especificamente ao caso latino-americano, objeto do presente estudo, há uma interessante produção que demonstra níveis bastante significativos de polarização entre os partidos políticos, ainda que haja alguma variabilidade entre os países (Coppedge, 1998; Alcántara y Rivas, 2007; Saiegh, 2009). Dentre os países latino-americanos, o Chile recebeu especial atenção dos estudiosos preocupados com os determinantes da polarização entre partidos e coalizões políticas. Por meio de modelos teóricos espaciais, Magar, Roseblum and Samuels (1998) e Dow (1998) demonstram que o sistema binominal chileno incentiva os dois candidatos

¹⁵ Sobre a temática, McCarthy, Poole and Rosenthal (2006) argumentam a relevância do aumento da desigualdade de renda na explicação dos elevados níveis de polarização entre democratas e republicanos no congresso dos EUA.

da mesma coalizão a adotarem posições ideológicas semelhantes, enquanto que entre candidatos de distintas coalizões há uma clara polarização ideológica entre seus respectivos posicionamentos. Aninat, Londregan, Navia y Vial (2004) seguem a mesma linha argumentativa acrescentando que o incentivo de apenas 1/3 dos votos serem suficientes para obter 50% das cadeiras afasta as plataformas eleitorais do eleitor mediano¹⁶. Ademais, os mesmos autores chamam a atenção para o elevado custo eleitoral de um partido deixar unilateralmente uma das coalizões. Isto criaria uma elevada disciplina partidária intra-coalizão (Aninat, Londregan, Navia y Vial 2004: p. 17).

Estudos que analisam as votações nominais no congresso chileno indicam uma grande proximidade entre os partidos que integram uma mesma coalizão, corroborando a explicação calcada no forte incentivo advindo da arena eleitoral. Ainda que ambas as coalizões apresentem um elevado grau de unidade, a *Alianza por Chile*, quando comparada a *Concertación*, revelou um grau de homogeneidade menor. A explicação para esta diferença reside na função exercida pelo Presidente da República de líder da coalizão governista. Já entre as coalizões há um elevado grau de polarização, também indicando posicionamentos divergentes ao eleitor mediano (Carey, 2002b; Alemán and Saiegh, 2007; Maureira, 2007 e Londregan, 2000). Passamos agora para a revisão da literatura que averigua o comportamento legislativo desde a perspectiva dos atores individuais, focando especificamente em temas de política externa.

2.3 Atores Individuais e Política Externa: ideologia, eleitorado e interesses organizados.

Como dito anteriormente na introdução da presente tese, os estudos que abordam o comportamento individual do legislador em temas de política externa focaram mais consistentemente os casos europeu e norte-americano. Fordham (1998), por exemplo, argumenta

¹⁶ Para uma visão contrária, ver Guzmán (1993) e Vazquez (2006).

que interesses econômicos conflitantes, mediados por partidos políticos, ajudaram a moldar a política de segurança nacional norte-americana no início da Guerra Fria. Assim, senadores cujos estados predominavam investidores no Terceiro Mundo, bancos atuantes na Ásia e indústrias que competiam com produtos similares importados tendiam a se opor à custosa e ambiciosa política de segurança nacional da administração Truman (1945-1953). Em contrapartida, senadores provenientes de estados majoritariamente compostos por indústrias exportadoras e bancos atuantes na Europa tendiam a apoiar a política de segurança nacional no período citado (Fordham, 1998). Complementarmente, McCormick, Wittkopf e Danna (1997) mostram que o partidário e a ideologia do legislador exerceram grande influência nas votações nominais de política externa do Congresso norte-americano durante a administração do presidente Bush e o primeiro mandato de Clinton¹⁷.

No caso de países europeus, Thérien e Noel (2000), ao compararem a política de ajuda externa (*foreign aid*) em 16 países da OCDE, concluem a relevância da influência da ideologia partidária, apontando que governos de partidos sociais-democratas investem mais em ajuda externa do que governos de partidos mais liberais, influenciando o comportamento individual do legislador. Podemos notar que fatores como a ideologia dos congressistas, eleitorado (*constituency*), influência partidária e interesses econômicos organizados tornam-se importantes variáveis explicativas dos resultados da política externa. No caso da política comercial especificamente, além de apresentar uma grande quantidade de estudos, há modelos explicativos específicos para o tema, ainda que parte das variáveis mobilizadas seja as mesmas. Dada a relevância da política comercial enquanto subtema da política externa e a sua especificidade citada, privilegiaremos na revisão a seguir o tema comentado.

¹⁷ Ver também McCormick e Wittkopf (1992).

Podemos dividir os argumentos centrais da literatura focada no comportamento legislativo em temas de política comercial em dois grandes conjuntos. No primeiro conjunto, o comportamento individual do legislador é explicado por variáveis exógenas ao processo legislativo, resumindo-se em três principais: o interesse organizado via contribuição de campanha ou pressão política, a ideologia dos legisladores e as condições econômicas e sociais dos distritos eleitorais dos mesmos. No segundo conjunto, as variáveis explicativas acerca do posicionamento dos legisladores em temas de política comercial são endógenas ao processo legislativo, configurando-se como variáveis institucionais. São alguns exemplos o poder de agenda do presidente, a disciplina partidária, o desenho do sistema eleitoral e a estruturação das comissões legislativas e suas prerrogativas. É evidente que é possível observar uma interessante intersecção entre ambos os conjuntos explicitados, mesclando explicações institucionais e societais acerca do comportamento do legislador em política comercial.

2.3.1 Os fatores explicativos exógenos no caso da política comercial

Considerando o primeiro conjunto de variáveis explicativas citado acima, a lógica desses modelos fundamenta-se na relação causal entre fatores econômicos, sociais, políticos e o voto do legislador. Baldwin e Magee (2000), ao analisarem as votações nominais no congresso norte-americano acerca das aprovações do NAFTA, tratados da Rodada Uruguai e a renovação do *fast-track authority*, testam a relação entre votar a favor ou contra e três conjuntos de variáveis: 1 – condições econômicas e sociais nos distritos eleitorais dos legisladores como, por exemplo, a proporção da força de trabalho com menos do que o colegial completo, a proporção de trabalhadores sindicalizados, taxas de desemprego e cifras de exportação e importação dos distritos; 2 – a ideologia dos legisladores e 3 – as contribuições de campanha executadas por interesses organizados. Os autores argumentam que os três fatores testados influenciam no

comportamento (voto) do legislador norte-americano frente às três questões de política comercial. No que tange as contribuições de campanha, legisladores que recebiam financiamento de sindicatos (*labor contributions*) possuíam uma maior probabilidade de votar de maneira contrária ao NAFTA, por exemplo. Analogamente, aqueles legisladores que receberam contribuição do empresariado (*business contributions*) teriam uma maior propensão a votar de maneira favorável ao citado tratado comercial. Do ponto de vista das condições econômicas e sociais dos distritos eleitorais, aqueles legisladores que representavam distritos com maiores taxas de desemprego tendiam a votar de maneira contrária ao NAFTA, por exemplo. Finalmente, com relação à ideologia dos legisladores, surpreendentemente, legisladores classificados como conservadores tenderam a votar contrariamente ao NAFTA (Baldwin e Magee, 2000, p. 28-30).

2.3.2 A influência dos fatores econômicos e sociais do distrito do legislador na política comercial

Alguns estudos têm corroborado com a percepção da importância das características socioeconômicas dos distritos eleitorais na conformação das preferências dos legisladores nas decisões de política comercial. Henisz e Mansfield (2006) indicam uma forte correlação entre a deterioração das condições macroeconômicas dos distritos e o aumento das demandas protecionistas emanadas da sociedade. Desse modo, os legisladores sofrem maior pressão protecionista de seu eleitorado quando o desempenho econômico de seus distritos é ruim. Dentre as condições econômicas mais influentes na decisão do parlamento acerca da política comercial, a taxa de desemprego é a mais crucial (Henisz e Mansfield, 2006, p. 191). Há nesta perspectiva o entendimento de que os tomadores de decisão em política comercial estão constrangidos pelo chamado *viés organizacional*. Isto é, aqueles grupos que perdem com a abertura comercial possuem um maior incentivo a se organizar do que aqueles que se beneficiam da mesma. O

resultado seria uma super-representação dos interesses protecionistas junto aos legisladores, influenciando seus votos na direção apontada (Bailey, Goldstein e Weingast, 1997).

Persistindo nesta linha explicativa, Conley (1999) compara as votações nominais acerca da resolução de aprovação da outorga do *fast-track* em 1991 e a não aprovação da renovação do mesmo *fast-track* em 1997. O autor observa que o efeito da variável ideologia cai 27 pontos de 1991 a 1997, enquanto as pressões dos constituintes desempenharam um papel central na oposição do congresso norte-americano ao presidente Clinton, especialmente entre os democratas. O fato mais surpreendente é o apoio legislativo democrata à aprovação do *fast-track* no governo republicano em 1991 e a oposição do mesmo partido no congresso quando o governo era democrata. Aqueles legisladores representando distritos caracterizados como *labor oriented* (forte presença sindical no distrito) apresentaram uma tendência maior a votar desfavoravelmente ao *fast-track* em 1997 quando comparado a 1991, demonstrando a crescente preocupação democrata com o eleitorado trabalhista (Conley, 1999, pp. 791).

2.3.3 A influência dos interesses organizados na política comercial

Lowi (1964) argumenta que o cálculo dos custos e benefícios eleitorais dos legisladores (reeleição) é significativamente afetado pela influência dos grupos de interesses especiais, fundamentalmente pela otimização do retorno eleitoral via contribuição de campanha e a ameaça de perda de votos por meio de, por exemplo, demissões massivas, desvios de investimentos, entre outros. Exemplos de estudos que apontam o lobby como variável explicativa primordial da tomada de decisão de legisladores em política comercial são Fordham e McKeown (2003), Hall e Deardorff (2006) e Ehrlich (2008), entre outros.

As teses que associam decisões dos legisladores em política comercial a atuação dos grupos de interesse sugerem, por exemplo, que é irrelevante a ideologia dos partidos políticos com relação ao tema (Ray, 1981). Como a política comercial é resultado das preferências e influências dos grupos de interesse, a ideologia dos partidos políticos é irrelevante na medida em que cada partido tende a representar uma multiplicidade de grupos de interesse com diferentes preferências. Na visão de Grossman e Helpman (1994), por exemplo, setores econômicos organizados em grupos de interesses especiais tendem a dominar a política comercial, tornando os partidos políticos agentes com menor poder de influência.

Finalmente, uma importante tese que vincula política comercial a alinhamentos políticos originados pela abundância ou escassez de determinados fatores produtivos foi produzida por Rogowski (1989). Apropriando-se do teorema Stolper-Samuelson, Rogowski (1989) sustenta que os proprietários dos fatores produtivos abundantes tenderão a demandar abertura comercial, enquanto aqueles proprietários de fatores produtivos escassos estariam inclinados a demandar protecionismo. Neste sentido, legisladores que sofrem o lobby dos proprietários de fatores produtivos escassos no país tendem a sofrer forte pressão protecionista deste grupo afetado por uma eventual abertura econômica, induzindo as preferências destes legisladores nesta direção. O inverso ocorre naqueles distritos cujo legislador sofre a influência dos proprietários de fatores produtivos abundantes no país, ocorrendo a demanda por liberalização. Complementarmente, Hiscox (2002) argumenta que mudanças na mobilidade dos fatores produtivos capital e trabalho dos distritos eleitorais causam um impacto significativo na formulação da política comercial norte-americana.

2.3.4 O papel da ideologia do legislador nas decisões de política comercial

De uma maneira geral, a literatura que identifica a ideologia como variável preditiva do comportamento parlamentar em temas de política comercial busca compreender a associação entre o posicionamento dos legisladores no contínuo direita – esquerda e as opções políticas representadas pelo contínuo liberalismo – protecionismo. Milner e Judkins (2004), por exemplo, examinam o posicionamento dos partidos políticos em temas de política comercial em 25 países desenvolvidos (a maioria da OCDE) entre 1945 e 1998. O argumento central desse estudo é a existência de um forte impacto do posicionamento dos partidos políticos, em uma escala ideológica unidimensional direita-esquerda, e as posições tomadas pelos membros dos mesmos em temas de política comercial. Ademais, na amostra desse estudo, os legisladores de esquerda tenderam a favorecer o livre-comércio enquanto os de direita se posicionaram contra (Milner e Judkins, 2004).

Tendo em vista o caso de legislativos sul-americanos, Feliú, Galdino e Oliveira (2007), após análise das votações nominais acerca da ratificação dos tratados de livre-comércio na Câmara dos Deputados do Chile desde a redemocratização do país, concluem que a localização do partido político do deputado no espectro ideológico direita-esquerda é um excelente preditor dos votos do mesmo em política comercial. Ademais, constatou-se que deputados localizados mais à esquerda do espectro tendem a votar favoravelmente ao livre-comércio (Feliú, Galdino, Oliveira; 2007). Outros exemplos de estudos que percorrem esta mesma linha explicativa são Marks, Hooghe, Nelson e Edwards (2006), Xie (2004), Epstein e O'Halloran (1996), entre outros.

2.3.5 Influências endógenas na política comercial: as variáveis institucionais

Há uma vasta literatura que analisa as variações institucionais como fator determinante do comportamento dos tomadores de decisão na política comercial. Dada a variedade deste tipo de estudo, encontramos análises desde um escopo mais amplo, como a investigação do impacto do tipo de regime político na formulação da política comercial do país (Rogowski, 1987, Mansfield, Milner e Rosendorff, 2000, Bueno de Mesquita, 2000), assim como associações entre sistemas eleitorais e partidários e o comportamento parlamentar no tema.

Uma dimensão importante desta perspectiva é a relação entre o poder Executivo e Legislativo na formulação da política comercial. Milner e Rosendorff (1997), por exemplo, argumentam a propensão do Executivo em promover a liberalização comercial e a do Legislativo em manifestar posturas mais protecionistas. Como o chefe do Poder Executivo é eleito em âmbito nacional, suas preocupações eleitorais centram-se no eleitor mediano do país, priorizando políticas que gerem redução do custo ao consumidor e controle inflacionário. Os legisladores, por serem responsivos a um eleitorado em nível distrital, estariam mais propensos a representar interesses paroquiais protecionistas.

Nielson (2003), ao analisar países em desenvolvimento, argumenta que presidentes com significativos poderes legislativos e lideranças partidárias fortes são capazes de superar os interesses protecionistas no nível distrital do legislador, promovendo a abertura comercial. Assim, a delegação de poderes do legislador ao presidente e a liderança partidária está intimamente ligada à liberalização comercial. O autor também sugere o efeito positivo do tamanho do distrito eleitoral no nível de liberalização comercial (Nielson, 2003, p. 489).

No que tange as associações entre sistemas eleitoral e partidário e a decisão dos legisladores em política comercial, Fiona McGillivray (1997) desenvolve uma teoria relacionando os níveis de disciplina partidária e o nível de proteção econômica advinda de Legislativos com sistema eleitoral majoritário uninominal (*single-member districts*). Similarmente, Hankla (2006) postula haver correlação direta entre disciplina partidária e decisões liberalizantes. Quanto mais disciplinado for o partido, maior será a tendência de que promova posturas abrangentes, portanto, liberalizantes. Rogowski (1987) sustenta que *policy-makers* em países com sistemas de representação proporcional com distritos de grande magnitude encontram-se mais isolados de pressões protecionistas advindas da sociedade. Nos sistemas majoritários, ao contrário, o tomador de decisão situa-se mais exposto a pressões protecionistas.

Milner e Kubota (2003) argumentam que quanto maior o tamanho da coalizão societal (inclui todos os grupos de interesse organizados) maior será a tendência do tomador de decisão adotar medidas liberalizantes com o intuito de beneficiar um número maior de atores. Por outro lado, coalizões societais menores, muito comuns em regimes autocráticos, incentivam o tomador de decisão a revelar posturas mais protecionistas, redistribuindo a renda daqueles que não participam da estreita coalizão.

É interessante notar o trabalho de Karol (2007) como contraponto aos argumentos que correlacionam sistema eleitoral e política comercial. Ao analisar o papel do tamanho dos distritos na conformação das preferências dos tomadores de decisão em política comercial, Karol (2007) sustenta a não equivalência entre interesses distributivos e demanda por proteção. O ponto central é questionar algumas premissas adotadas pela literatura, como a irrelevância dos partidos políticos, a maior relevância dos interesses protecionistas e, principalmente, a orientação

protecionista dos tomadores de decisão calcada na existência de incentivos institucionais que induzem o legislador a beneficiar interesses concentrados (distritais) em detrimento de interesses difusos (nacionais). Um distrito exportador e competitivo, por exemplo, pode demandar por maior integração regional ou liberalização comercial a despeito das forças protecionistas contrárias.

3. METODOLOGIA

Abordaremos no presente capítulo os principais aspectos metodológicos deste texto. Primeiramente revisaremos sucintamente o debate acerca do uso de votações nominais nos estudos legislativos, focando as limitações e possibilidades que este tipo de dado oferta. Na seção 3.2 apontaremos duas formas de calcular a unidade partidária a partir de votações nominais, justificando a nossa escolha. Na seção 3.3 discutimos os métodos de estimação dos pontos ideais, enquanto na seção 3.4 abordaremos o uso da regressão logística na explicação dos votos dos legisladores em temas de política comercial. Finalmente, na seção 3.5 apresentaremos as amostras de votações do estudo, descrevendo-as.

3.1 O uso de votações nominais

Embora seja extenso o uso das votações nominais para mensuração do comportamento legislativo, não há consenso na literatura especializada sobre o seu uso na determinação das preferências do legislador. Há, portanto, uma discussão relevante acerca da validade deste tipo de dado empírico, estabelecendo as suas limitações e possibilidades analíticas. Nesse sentido, descreveremos a seguir algumas das principais argumentações presentes na literatura acerca da validade do uso de votações nominais na compreensão do comportamento legislativo.

Um primeiro problema associado ao uso de votações nominais decorre do fato de apenas uma parcela das votações serem executadas pela via nominal, fato este que pode ser observado na maior parte dos parlamentos que contabilizam o voto nominal. Por conta do possível incentivo que a liderança partidária possui em selecionar votações a serem apreciadas de maneira nominal para induzir a unidade partidária, a amostra de votações nominais pode ser

subrepresentativa (Carruba, Gabel e Hug, 2008) ¹⁸. Adicionalmente, Roberts (2007) argumenta a relevância de mudanças na regra e detalhes procedimentais na interpretação e inferência estatística das votações nominais. Além das votações nominais de um mesmo país apresentarem, em uma série histórica, distintas regras procedimentais, quando se compara países, essas distinções podem ser ainda maiores, comprometendo a robustez da comparação (Roberts, 2007). Assim, tanto as distintas conformações de amostras de votações, como as distintas regras procedimentais podem dificultar a comparação entre países. Dada a relevância da questão, apresentamos abaixo a tabela 1 que resume os principais critérios estabelecidos nas respectivas casas legislativas da presente amostra para o registro das votações na forma nominal¹⁹.

Tabela 1. Principais Regras para a Utilização de Votação Nominal

Países	Casa	Registro Total	Regra para Votação Nominal
Argentina	Câmara	Não	1/5 dos presentes, Legislação Específica
Brasil	Câmara	Não	Quórum especial, Deliberação do Plenário
Chile	Câmara	Sim	As votações são todas registradas no sistema eletrônico
México	Senado	Não	Leis ou Decretos (inclui tratados internacionais), Pedido de 6 Senadores
Paraguai	Câmara	Não	1/5 dos presentes e Nomeações
Peru	Unicameral	Sim*	Projetos de Lei e Resoluções Legislativas (inclui tratados internacionais)

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos Regimentos Internos de cada casa legislativa analisada.

*A partir de 2006

Primeiramente é importante notar que nos seis países analisados na tabela 1 há o procedimento de votação secreta, sendo este um possível fator de viés de seleção das votações nominais. Ainda assim, dada a baixa frequência de seu uso, especialmente em temas de política externa, não consideramos um elemento substantivamente relevante para a conformação da

¹⁸ Carruba, Gabel e Hug (2008) desenvolvem um modelo de teoria dos jogos acerca do requerimento de votações nominais para acessar indicativos de como esse tipo de regra afeta a qualidade da amostra de votações nominais de uma determinada legislatura na análise da coesão partidária, sem, contudo, atingir uma regra que possa ser aplicada nas legislaturas em geral.

¹⁹ Como ficou evidente, não pretendemos resumir todos os procedimentos que envolvem o comportamento legislativo nos países analisados, apenas aqueles utilizados para a seleção de registro de votação nominal.

amostra de votações nominais da presente da tese. Como podemos perceber na tabela 1, apenas Chile e Peru fazem registro nominal completo de suas votações, eliminando em ambos os casos o viés de seleção. O caso mexicano, embora não registre a totalidade das votações nominalmente, há a obrigatoriedade de fazê-lo quando se aprecia um tratado internacional, minimizando os efeitos de viés de seleção, uma vez que tratados em seus distintos temas conformam parte bastante significativa das votações em política externa. Os casos em que este viés aparece de maneira mais acentuada são o argentino, brasileiro e paraguaio. No Brasil, por exemplo, muitos tratados são aprovados nas comissões especializadas sem registro do voto nominal no plenário. Este fator dificulta a comparação dos casos em função da distinção amostral dos mesmos.

Além do problema de viés de seleção, as votações nominais variam muito no grau de relevância de seu conteúdo. Alguns temas das votações apresentam um fator consensual ou impacto maiores do que outras, alterando o nível de polarização entre os posicionamentos dos legisladores. Boa parte das análises quantitativas calcadas no voto do legislador desconsidera este fator potencialmente influente no comportamento legislativo, inexistindo um controle fundamentado pela relevância/impacto do tema abordado²⁰.

Outro aspecto potencialmente problemático do uso de votações nominais na análise das preferências dos legisladores e da unidade partidária é a manifestação do comportamento legislativo por outras formas que não a votação, como emendas, projetos de lei, convocações de ministro, discursos em plenário, relatorias em comissões, entre outros (Alemán, Calvo, Jones and Kaplan, 2009). Assim, haveria outros meios de manifestação do comportamento legislativo que poderiam afetar os resultados obtidos por meio da análise exclusiva das votações nominais. Complementarmente, Krehbiel (2000) argumenta que o uso de votações nominais impossibilita

²⁰ Ver Londregan (2000) para uma discussão referente à inclusão de uma medida acerca da relevância da matéria legislativa (*valence*) nas análises empíricas.

inferir se o comportamento parlamentar é produto da compatibilidade das preferências dos legisladores, disciplina imposta pelo líder do partido político ou uma combinação de ambas. Por meio de modelos espaciais, Krehbiel argumenta basicamente que, apesar das mensurações do *partisanhip* gozarem de suporte empírico, a teoria da influência partidária não pode ser refutada e, por conseguinte, não possui um caráter científico (Krehbiel, 1999: 44). Em outras palavras, o chamado *party voting* ocorre mesmo quando todos os legisladores ignoram completamente suas identidades partidárias. Não há, na visão do autor, em um modelo com dois partidos, a possibilidade de se distinguir uma votação partidária de uma votação não partidária (Krehbiel, 1999).

Embora ambos os argumentos sejam relevantes e apontem para uma diversificação da agenda de pesquisa no tema, não utilizaremos na presente tese outras formas de expressão do comportamento do legislador latino-americano. Por tal motivo, evitamos utilizar termos como preferência do legislador e sim voto do legislador, especificando que esta tese analisa esta dimensão específica do comportamento legislativo. Desta forma, salientamos que o voto dos legisladores não traduz suas preferências de modo amplo e irrestrito. Entretanto, a dimensão do comportamento legislativo representada pelo voto apresenta vantagens e benefícios na análise do comportamento legislativo. Ainda que os procedimentos legislativos variem bastante entre as diversas legislaturas no mundo, uma generalização pode ser conduzida: projetos legislativos relevantes devem passar por votação em plenário (Cox, 2005). Espera-se que a análise das votações nominais em plenário englobe as decisões mais relevantes da casa legislativa. Ademais, votações nominais também podem ser importantes para os partidos políticos na medida em que tornam mais visíveis para o eleitorado o posicionamento do partido político e legisladores individuais em temas que podem ser mais sensíveis para as pretensões eleitorais dos mesmos.

Neste sentido, o estágio final da aprovação de determinada matéria de interesse no plenário torna-se mais importante quando comparada a votações e procedimentos intermediários (Alemán, 2008 e Traber, Sciarini and Hug, 2010).

Finalmente, outra vantagem do uso de votações nominais é a possibilidade de comparação entre legislaturas de distintos países, auxiliando estabelecer critérios objetivos para determinar o nível de unidade dos partidos políticos, assim como o grau de responsividade dos legisladores individuais com seus eleitores e o nível de polarização entre os partidos políticos no plenário.

3.2 Calculando a Unidade Partidária

Nesta subseção delineamos os principais aspectos da medida de unidade partidária utilizada na presente tese. A medida de unidade partidária mais conhecida e utilizada pelos especialistas em estudos legislativos foi desenvolvida por Stuart Rice (1925), levando o nome do autor (Carey, 2002). O índice de Rice reflete os níveis de similaridade dos votos dos membros de um partido político, podendo ser calculado da seguinte maneira:

$$RICE_{ij} = |\%Sim - \%Não| \text{ para o partido } i \text{ na votação } j.$$

As porcentagens de votos sim e não são calculadas enquanto proporções daqueles votando tanto sim quanto não, somando 100%. O Índice de Rice varia de 0 (número de votos sim e não igual) a 1 (todos os membros do partido votam juntos), caracterizando-se como uma medida geral do grau de unidade das votações. Por ser uma medida muito conhecida e utilizada, podemos encontrar a sua aplicação aos maiores partidos políticos dos países latino-americanos que compõem a amostra desta tese para as políticas públicas em geral. Como um dos nossos principais objetivos (ver introdução) é comparar os níveis de unidade partidária entre os partidos políticos do subcontinente nas arenas doméstica e internacional, calcularemos o índice de Rice

para cada partido político da amostra das votações nominais de temas relacionados à política externa, comparando-os com os índices de Rice para a política doméstica calculados por outros autores.

As vantagens do uso deste índice podem ser resumidas em duas principais. A primeira seria a sua simplicidade e compreensão intuitiva, o que não exige métodos e técnicas de programação mais sofisticadas, contribuindo para o seu amplo uso em distintos casos. Segundo, ao contrário de métodos de estimação de pontos ideais (ver seção 3.3), o índice de Rice não efetua nenhum tipo de pressuposto acerca dos dados analisados, facilitando o seu uso em condições empíricas que possam ser insatisfatórias para o uso dos modelos espaciais, por exemplo.

A despeito das vantagens expostas, esse método de análise da unidade partidária possui algumas limitações. Como argumenta Desposato (2005), um dos principais problemas deste tipo de medida descritiva da unidade partidária é o viés que a mesma gera na análise de partidos pequenos, independentemente do modelo teórico e seus pressupostos acerca do voto legislativo, inflacionando as medidas de unidade partidária dos mesmos. Assim, o grau de unidade partidária seria inversamente relacionado ao tamanho do partido, enviesando a análise²¹ (Desposato, 2005: 742). Outro aspecto relevante a ser considerado acerca da utilização do índice de Rice é a não contabilização das abstenções e a ausência do voto. Carey (2000) chama a atenção para a relação existente ou não entre o parlamentar não votar e a expressão de sua preferência. Em legislaturas como a Duma na Rússia ou a Assembleia de El Salvador, por exemplo, as maiorias necessárias

²¹ Desposato (2005) sugere uma correção para o efeito inflacionário na unidade partidária oriunda da inclusão de partidos pequenos na amostra: equalizar os tamanhos dos partidos, transformando partidos grandes em partidos pequenos. Mais especificamente, substitui-se o nível de unidade partidária de cada partido pelo nível esperado de unidade partidária de uma amostra de votos adotada sem reposição, possibilitando a comparação de partidos de distintos tamanhos sob a mesma métrica (unidade esperada).

para a aprovação de uma medida são calculadas a partir do total de legisladores, em termos absolutos, não em termos proporcionais, calcadas na maioria dos parlamentares presentes na sessão do plenário como no México e Estados Unidos (Carey, 2000: 4). Assim, um parlamentar que se ausenta da votação dificulta a aprovação da mesma, podendo indicar, caso a posição da liderança do partido seja pela aprovação, uma unidade partidária mais baixa. Desta forma, o “não voto” deve ser interpretado de acordo com a regra decisória na legislatura em questão²².

Finalmente, é muito comum nos estudos legislativos que fazem uso de votações nominais no cálculo da unidade partidária desconsiderar as votações unânimes (Carey, 2000). Uma quantidade significativa de votações nas legislaturas em geral é unânime, podendo ser fruto de um consenso entre os partidos políticos ou consequência de uma matéria sem custos de aprovação e desinteressante para os legisladores em geral. O uso de votações unânimes certamente inflaria os índices de unidade partidária, sacrificando a precisão do índice, já que os partidos apareceriam com um grau de unidade maior causado pela unidade da casa legislativa como um todo (Mainwaring e Pérez-Liñán, 1997). Desta forma, medidas unânimes geralmente não são apropriadas para averiguar a capacidade de a liderança partidária forjar a unidade (Owens, 2003). Em contraste, votações polarizadas nos dão maior confiança da disputa em torno da política não ter sido acomodada ou acordada antes da votação atingir o plenário, capturando melhor o posicionamento dos legisladores no tema analisado (Carey, 2007: 98). Como

²² Carey (2000) propõe um índice da unidade partidária que captura em que medida o partido político exerce a sua capacidade de ser decisivo, isto é, incluir na medida de unidade partidária três fatores: a polarização entre votos sim e não, a presença dos membros do partido no plenário e a proporção de votos sim e não da votação na legislatura e no partido. A fórmula do que Carey (2002b) intitula de *Weighted Unity score* pode ser assim descrita:

$$\text{Weighted Unity index} = \text{Unity}_{ij} * \text{Attend}_j * \text{Close}_j / \text{Attend}_j * \text{Close}_j$$

Onde:

Attend_j = % de legisladores votando na matéria j

Close_j = 1-%sim-%não para a legislatura como um todo

Unity_{ij} = |%sim-%não| no interior do partido i na votação j.

argumenta Mainwaring e Pérez-Liñán (1997), qualquer critério de corte de votações nominais (*threshold*) deveria levar em consideração a comparabilidade das distintas medições de unidade partidária em distintas legislaturas. Geralmente as medidas de unidade partidária são difíceis de serem comparadas, dado que a frequência das votações não é constante através de distintas legislaturas e os pesquisadores costumam fazer uso de diferentes critérios de seleção de votações nominais (Molinas, Pérez-Liñán and Saiegh, 2004). Frente ao exposto, apresentamos abaixo a tabela 2 com os respectivos critérios utilizados pelos pesquisadores que mediram o índice de Rice para os países analisados na presente tese.

Tabela 2. Critérios de seleção de votações nominais na arena doméstica

Países	Nível de polarização	Tamanho dos partidos	Fonte	Período
Argentina	25%	$\geq 5\%$ do total de cadeiras	Jones (2002)	1993-1995
Brasil	10%	$\geq 5\%$ do total de cadeiras	Pasquarelli (2010)	2003-2008
Chile	Sem uso	$\geq 5\%$ do total de cadeiras	Carey (2000)	1998-2000
México	<i>Missing</i>	$\geq 5\%$ do total de cadeiras	Martínez (2009)	2006-2009
Paraguai	25%	$\geq 5\%$ do total de cadeiras	Molinas (2004)	2003
Peru	Sem uso	$\geq 5\%$ do total de cadeiras	Carey (2003b)	2000-2001

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por conta do mencionado intuito comparativo da presente tese, estabelecemos três critérios na seleção de votações nominais utilizadas para mensurar o índice de Rice na política externa dos seis países que conformam nossa amostra:

1. Exclusão dos partidos pequenos: para evitar os problemas citados anteriormente, retiramos da amostra aqueles partidos que não detinham ao menos 5% das cadeiras legislativas disponíveis. Embora esse critério apresente um componente aleatório, ele se justifica por ser utilizado pelos pesquisadores que mediram o índice de Rice, como descrito na tabela 2 acima, aprimorando a qualidade da comparação proposta.

2. Nível de polarização de 10%. As votações em que o lado minoritário não atingiu 10% foram excluídas. Neste aspecto, seguimos o mesmo critério utilizado por Figueiredo e Limongi (1999) na análise das votações nominais na Câmara dos Deputados do Brasil. Como notado na tabela 2 acima, o critério mais frequente utilizado na presente amostra é 25% de polarização, como sugerido por Mainwaring e Pérez-Liñán (1997). Entretanto, como argumenta Carey (2000), qualquer critério de seleção de votações por nível de polarização é arbitrário. Como escolher o critério de 25% de polarização não traria uma qualidade comparativa muito significativa (apenas dois de seis países), optamos por 10% por aumentar a amostra de votações em temas de política externa, melhorando a qualidade das análises estatísticas.

3. Os votos de abstenção e a ausência do voto não foram considerados. A utilização do índice de Rice pressupõe esta exclusão, sendo observadas em todos os dados presentes na tabela 2. Entretanto, nos seis países analisados neste estudo as votações nominais sobre temas de política externa da amostra requerem apenas maioria simples em termos proporcionais e não absolutos para a sua aprovação em plenário, ausentando um possível viés gerado pela exclusão dos votos ausentes e abstenções.

3.3 A estimação de pontos ideais

As técnicas de estimação dos pontos ideais dos legisladores representaram um grande avanço na instrumentalização empírica da teoria espacial do voto²³, constituindo importante ferramenta analítica para compreensão do comportamento legislativo em distintos contextos institucionais. O principal aspecto da estimação dos pontos ideais é justamente a combinação da técnica estatística (redução da dimensionalidade do voto) com a teoria espacial do voto, permitindo a interpretação das dimensões estimadas assim como o significado substantivo da

²³ Sobre a teoria espacial do voto, ver Downs (1957) e Davis, Hinich and Odershook (1970).

distância espacial das coordenadas dos legisladores (Godbout, 2010). Uma importante característica da teoria espacial do voto é o pressuposto da localização dos legisladores no mapa espacial (ponto ideal) representar a sua máxima utilidade, ou seja, a posição política que derrota todas as outras. Assim, a utilidade de um legislador referente a uma proposta legislativa específica diminui na medida em que seu ponto ideal se distancia da mesma. A ideia por trás destes métodos de estimação é que legisladores possuem pontos ideais sobre um conjunto de alternativas políticas, optando por aquelas políticas em que a distância entre seu ponto ideal e o *status quo* é maior do que a distância entre sua própria preferência e a alternativa política proposta (Godbout, 2010).

Cada legislador é representado por um ponto no espaço euclidiano, e cada votação é representada por dois pontos, um para sim e outro para não. Em cada votação, o legislador vota pelo resultado mais próximo ao seu ponto ideal, ao menos probabilisticamente. O conjunto destes pontos conforma um mapa que resume as votações nominais em um espaço temático geralmente de baixa dimensionalidade (Poole, 2005). Nos modelos empíricos do voto legislativo, as preferências são estimadas por meio do agrupamento dos resultados das votações nominais, assim como a distribuição das mesmas (pontos ideais) reflete a filiação partidária, ideologia ou comprometimento regional dos legisladores (Godbout, 2010). As técnicas de estimação dos pontos ideais desenvolvidas recentemente na literatura²⁴ apresentaram um significativo aprimoramento teórico em relação a técnicas de escalonamento utilizadas até então (Poole and Daniels, 1985). As medidas de associação eram calcadas nas proporções de desacordo entre pares de legisladores, revelando uma baixa probabilidade de recuperar posições reais no espaço geométrico dos legisladores em uma análise feita legislador por legislador. A proporção de

²⁴ Para uma reconstituição “histórica” do desenvolvimento recente destas técnicas, ver Carrol, Lewis, Lo, Poole and Rosenthal (2009).

desacordo entre legisladores depende da distância entre os mesmos, o ângulo formado no espaço e a distribuição dos resultados representados pelas votações nominais (Poole and Daniels, 1985). Como as técnicas até então empregadas mediam apenas as distâncias entre os legisladores (escalonamento multidimensional) ou a estimação dos ângulos (análise fatorial), e não ambas de maneira integrada, havia um problema interpretativo dos resultados dada a limitação teórica das técnicas citadas²⁵.

Distintos métodos de escalonamento multidimensional ou técnicas semelhantes foram desenvolvidos para analisar as votações nominais²⁶ do Congresso dos Estados Unidos, destacando-se a utilização da estimação por máxima verossimilhança (Poole e Rosenthal, 1991; 1997; 2001), análise fatorial (Heckman and Snyder, 1997) e cadeias de markov – teste de monte carlo (Clinton, Jackman, and Rivers, 2004). Outra técnica de estimação dos pontos ideais, não paramétrica, desenvolvida por Poole (2000), o *Optimal Classification* (OP), também figura entre as mais importantes ferramentas de análise da temática tratada. É interessante notar que a relevância destas técnicas pode ser percebida pela ampla aplicação empírica, não se restringindo apenas ao caso norte-americano. Podemos citar como exemplos os trabalhos de Leoni (2002) e Zucco e Lauderdale (2011) para o caso brasileiro, Godbout e Hoyland (2008) para o caso canadense, Voeten (2000) para o caso da Assembleia Geral da ONU, Rosenthal e Voeten (2004) para o caso da assembleia francesa, Hix, Noury e Roland (2006) para o caso do parlamento europeu, Londregan (2000) e Alemán (2008) para o caso chileno, entre muitos outros.

²⁵ O desenvolvimento computacional experimentado nos anos 90 certamente é um dos fatores cruciais para a viabilidade do avanço metodológico transcorrido recentemente na literatura de ciência política no que se refere às técnicas de estimação de pontos ideais e sua utilização em distintos contextos legislativos.

²⁶ É interessante notar que o uso de votações nominais não é o único comportamento legislativo utilizado pela literatura para efetuar a estimação de pontos ideais. Podemos citar como exemplos o uso de apoio formal a projetos de lei (*bill cosponsorship*) (Alemán, Calvo, Jones and Kaplan, 2009); *survey* das preferências do legislador (Gabel, Hix and Malecki, 2008) e texto legislativo (Gerrish and Blei, 2011).

O objetivo central desta seção é delinear de maneira intuitiva alguns dos principais pressupostos e características dos modelos das técnicas mais utilizadas na ciência política para estimação dos pontos ideais (Godbout, 2010 e Hix and Noury, 2010): o NOMINATE (Poole and Rosenthal, 1997); o procedimento bayesiano IDEAL (Clinton, Jackman, and Rivers, 2004) e o Optimal Classification (Poole, 2005).

3.3.1. A Lógica da Estimação dos Pontos Ideais via Votações Nominais

Para esboçar a lógica envolvida na estimação de pontos ideais dos legisladores por meio do uso de votações nominais, utilizaremos como base uma situação com três legisladores adaptada de McCarty (2010). Imaginemos uma situação em que três legisladores votam em seis matérias da maneira disposta na tabela 3 abaixo.

Tabela 3. Votação Hipotética			
Votações	Legislador A	Legislador B	Legislador C
1	Sim	Não	Não
2	Sim	Sim	Não
3	Não	Sim	Sim
4	Não	Não	Sim
5	Sim	Sim	Sim
6	Não	Não	Não

Fonte: adaptado de McCarty (2010).

No cenário exposto acima podemos resumir as votações nominais distribuindo os pontos ideais de cada legislador em uma única escala com as referências esquerda e direita e atribuindo uma linha de corte dividindo os legisladores que votaram “sim” daqueles que votaram “não”. Como sugere McCarty (2010), se ordenamos os pontos ideais dos legisladores de tal modo que

$A < B < C$, a votação 1 pode ser explicada por uma linha de corte entre A e B, enquanto a votação 2 uma linha de corte entre B e C. As demais votações também podem ser explicadas dessa forma, lembrando que o ordenamento $C < B < A$ funciona da mesma forma, apenas modificando-se a referência direita e esquerda. Analogamente, apenas uma linha de corte não consegue estruturar as votações de 1 a 4 caso os pontos ideais sejam ordenados $B < A < C$, $B < C < A$, $C < A < B$ ou $A < C < B$, descartando todos esses ordenamentos incompatíveis com um modelo espacial unidimensional. Notamos adicionalmente que votações unânimes como as votações 5 e 6 não fornecem informações relevantes para estabelecimento dos pontos ideais dos legisladores. Veremos mais adiante neste artigo os critérios de corte de votações unânimes utilizadas pelos programas aqui analisados para estimar os pontos ideais dos legisladores.

Assim, a questão remanescente diz respeito a qual dos dois ordenamentos cabíveis deve ser escolhido para constituir os pontos ideais dos três legisladores citados neste exemplo hipotético. A resposta para esta pergunta não se encontra na matriz de votações nominais, ou seja, não há informação suficiente nos dados para estabelecer qual dos dois ordenamentos cabíveis é o melhor. A solução deste problema reside na interpretação conduzida pelo pesquisador sobre aspectos substantivos da legislatura analisada. Em outras palavras, o conhecimento acerca do perfil dos legisladores, o conteúdo substantivo das votações e o funcionamento da legislatura analisada são elementos fundamentais para suplantarmos a interpretação da dimensão estabelecida no modelo espacial. No exemplo citado, suponhamos que o legislador A é notadamente comprometido com causas tipicamente filiadas aos partidos de esquerda e/ou os conteúdos substantivos das votações 1, 2 e 5 favorecem a classe trabalhadora em detrimento dos empregadores e empresários. Neste contexto, podemos supor que o ordenamento $A < B < C$ é mais factível, onde a dimensão relevante pode ser interpretada como o contínuo político cuja

denominação “esquerda” ou “direita” traduza um conjunto minimamente coerente de posições políticas.

Evidentemente a estimação empírica dos pontos ideais em diversas legislaturas no mundo poderá não apresentar, diante das complexidades envolvendo as inúmeras decisões legislativas, um padrão de votos bem ajustado a uma única dimensão, capaz de convergir todas as linhas de corte que separam as alternativas decisórias de cada votação. Seguindo o exemplo e McCarty (2010), imaginemos agora duas votações adicionais no exemplo anterior com os três legisladores com a configuração expressa na tabela 4 abaixo.

Tabela 4. Votações Hipotéticas 2			
Votações	Legislador A	Legislador B	Legislador C
7	Sim	Não	Sim
8	Não	Sim	Não

Fonte: Adaptado de McCarty (2010).

Considerando as votações 7 e 8 acima, percebemos que o ordenamento $A < B < C$ não é mais capaz de explica-las. Em uma legislatura é esperada alguma frequência de votos que desviam muito do padrão predominante. É justamente a frequência desses votos desviantes a questão crucial. Imaginemos, em primeiro lugar, uma situação em que votos como o 7 e o 8, dispostos acima, possuem baixa frequência em uma legislatura. É plausível supor que os fatores causadores deste “desvio” são aleatórios, dificultando a sua interpretação no modelo. Para levar em conta este comportamento aleatório, os diversos métodos de estimação dos pontos ideais assumem que o voto é probabilístico, adotando um modelo de utilidade aleatória. Desta forma, no momento da decisão entre um voto favorável ou contrário em determinada proposta legislativa, o legislador i possui uma função utilidade baseada na distância euclidiana entre o seu

próprio ponto ideal e as alternativas “sim” e “não” em uma determinada proposta (c_j), podendo ser descrita da seguinte maneira:

$$U_{ijc} = f(\delta_{ijc}) + \varepsilon_{ijc}$$

onde δ_{ijc} é a distância euclidiana entre o pontos ideal x_i e o resultado z_{jc} e ε_{ijc} é a porção aleatória da função utilidade (Hix and Noury, 2010).

Uma das vantagens de especificar o voto de maneira probabilística é obter pontos ideais cardinais a partir de um posicionamento ordinal dos mesmos, cuja frequência de votos desviantes provê informação adicional sobre os valores cardinais dos pontos ideais (McCarty, 2010). Na hipótese de existir poucos votos em uma legislatura como os votos 7 e 8, expostos no exemplo acima, o modelo de utilidade aleatória posicionará o legislador A distante do legislador C, ocorrendo o contrário caso a frequência desses votos seja maior.

Analogamente, em situações onde os votos 7 e 8 são muito frequentes não é razoável supor que eles são simplesmente resultado de choques aleatórios na função utilidade dos legisladores. É mais razoável supor que os legisladores A e C votam juntos em muitas votações, pois existe alguma outra dimensão política que os aproxima em relação ao legislador B. Este comportamento pode ser acomodado por meio da estimação de uma segunda dimensão, adicionando capacidade explicativa ao modelo. Para ilustrar melhor essa situação bidimensional, utilizaremos como exemplo o mapa dos pontos ideais do senado norte-americano com a linha de corte referente à votação dos direitos civis de 1964 (Poole, 2005).

Fonte: Poole (2005)

No mapa espacial exposto acima, as letras “D” representam os senadores democratas do norte, “S” os senadores democratas do sul dos EUA e “R” os senadores republicanos. Cada letra, portanto, representa o ponto ideal de cada senador. A localização dos senadores no mapa espacial é uma função de todas as votações nominais dos mesmos no congresso norte-americano. À esquerda da linha de corte estão os senadores que votaram favoravelmente aos direitos civis, à direita da linha estão aqueles que votaram contra. Os resultados acima demonstram que uma coalizão de democratas do norte e republicanos votaram favoravelmente, enquanto democratas do sul e alguns poucos republicanos votaram contra. Na dimensão liberal-conservador, capaz de explicar 89% das votações nominais em geral do congresso norte-americano (Poole and Rosenthal, 1997), há uma clara separação entre os democratas (do sul e do norte) e os

republicanos. Ao mesmo tempo, há uma nítida divisão entre os democratas do sul e os democratas do norte, certamente proveniente de um número significativo de votações que opuseram ambos os grupos no interior do partido democrata. Assim, uma segunda dimensão interpretada como regional, ainda que menos relevante que a primeira, acrescenta capacidade explicativa ao modelo, ilustrando uma situação real bidimensional²⁷.

A descrição da lógica básica em torno da estimação dos pontos ideais elaborada nesta seção revela que a identificação dos pontos ideais dos legisladores é sensível às especificações referentes à função utilidade e os termos de distribuição dos erros²⁸. Especificar uma forma funcional para os fatores aleatórios permite a derivação de escolhas probabilísticas e uma função de verossimilhança dos votos observados que podem ser utilizados para a estimação da máxima verossimilhança (NOMINATE) ou simulação bayesiana²⁹ (IDEAL). No anexo 1 da presente tese descrevemos algumas características da função utilidade escolhida nos modelos de estimação dos pontos ideais nos pacotes NOMINATE e IDEAL, comparando ambos. Em seguida, no mesmo anexo, delineamos alguns aspectos centrais do *Optimal Classification*.

De uma maneira geral, a literatura aponta baixa diferenciação entre as estimações dos pontos ideais forjadas via NOMINATE e IDEAL. Apresentamos abaixo o gráfico 1 ilustrando os coeficientes de correlação de Pearson entre as coordenadas padronizadas dos pontos ideais estimados por meio dos dois métodos em questão. O intuito da apresentação do gráfico 1 é averiguar se nos casos adotados nesta tese as estimações dos pontos ideais por meio de ambos pacotes estatísticos apresenta alguma diferença significativa, lembrando que o objetivo central

²⁷ É interessante ressaltar novamente, por meio do exemplo citado, a necessidade de interpretação das dimensões estimadas a partir do conhecimento prévio do pesquisador acerca da legislatura analisada.

²⁸ Para uma discussão acerca da importância dos pressupostos e escolhas envolvendo a função utilidade na estimação de pontos ideais ver Kalandrakis (2006).

²⁹ Sobre a utilização da simulação bayesiana via cadeias de markov e teste de monte carlo, ver Jackman (2009).

desta análise é mensurar o número de dimensões relevantes para os votos dos legisladores latino-americanos em temas de política externa, o conteúdo substantivo das dimensões estimadas e quantificar o nível de conflito interpartidário na temática tratada.

Gráfico 1. Correlação Pontos Ideais NOMINATE x IDEAL*

Fonte: Elaborado pelo autor.

* Os coeficientes são significativos a 0,01.

Observamos no gráfico 1 a baixa diferenciação entre ambas as estimações em cinco dos seis países estudados. Nos casos de Paraguai e Chile podemos afirmar que as estimações são extremamente similares, enquanto para os casos de México, Argentina e Peru, embora apresentem um coeficiente de correlação um pouco mais baixo, ainda assim constatamos uma forte semelhança entre as estimações. Evidentemente o caso que se destaca é o brasileiro, revelando uma baixa e negativa correlação entre as estimações do NOMINATE e IDEAL, indicando que as distinções nos modelos de estimação afetam a interpretação dos resultados das

votações brasileiras. Esse fator nos conduzirá a utilizar uma estratégia distinta para o caso brasileiro. Procederemos da seguinte maneira: utilizaremos o NOMINATE para estimar os pontos ideais e medir a dimensionalidade dos votos em política externa nos cinco países cuja correlação é alta. Isso se deve a maior facilidade operacional de aplicação do modelo NOMINATE (Hix and Noury, 2011) e a disposição de mapas estimados para a política doméstica dos países investigados.

Para o caso brasileiro, especificamente, adotaremos uma estratégia distinta em relação aos outros casos. Aplicamos os três métodos de estimação dos pontos ideais citados anteriormente no caso brasileiro com o intuito de observar como eles se correlacionam. Na tabela 5 abaixo podemos observar os coeficientes de correlação das três estimações para a primeira dimensão dos pontos ideais dos deputados brasileiros.

Tabela 5. Correlações Pontos Ideais Brasil

	IDEAL	NOMINATE	OC
IDEAL	1	-0,146**	0,140**
NOMINATE	-0,146**	1	0,114**
OC	0,140**	0,114**	1
N	624		

Fonte: Elaborada pelo autor.

** Significativo a 0,01

Conforme a tabela 5 acima, as correlações entre as três estimações não apresentam um nível de associação muito elevado, demonstrando uma correlação fraca. Entretanto, a correlação entre as estimações dos pontos ideais no IDEAL e NOMINATE apresenta um sinal negativo, indicando que as estimações caminham em direções opostas. A estimação que apresenta o sinal positivo entre seus pares é o *Optimal Classification* (OC), revelando um nível de associação relativamente baixo tanto com o IDEAL como o NOMINATE. Frente ao exposto, utilizaremos o mapa espacial produzido pelo NOMINATE para comparar os resultados com os demais países.

Entretanto, para lograr uma interpretação adequada do significado das dimensões, construiremos três mapas espaciais com as três técnicas descritas para o caso brasileiro.

3.4 O uso de regressão logística na análise do voto do legislador na política comercial

Para identificar os fatores que melhor explicam os votos dos legisladores latino-americanos nas votações de temas de política comercial utilizamos a análise de regressão logística. Esta técnica estatística é apropriada para a análise em questão, dado que a regressão logística é utilizada para estimar uma variável categórica, geralmente dicotômica, em função de um conjunto de variáveis preditoras. De maneira bem simples, a regressão logística binária pode prever em qual das duas categorias uma observação é mais provável de pertencer, dada a disposição de informações sobre essa observação. No caso aqui analisado, a variável resposta são os votos dos legisladores nas matérias referentes à política comercial dos países, variando categoricamente entre 1 – “sim” e 0 – “não”. Portanto, as categorias que se busca explicar é os votos favoráveis e contrários dos legisladores dadas as características socioeconômicas dos distritos eleitorais, o pertencimento do partido do legislador à coalizão de governo e a ideologia do partido político do legislador. Estas últimas configuram-se como as variáveis independentes do modelo logístico.

Vale ressaltar que a amostra de votações em temas de política comercial nos seis países analisados é composta apenas por votações de iniciativa do Poder Executivo, já que não foram encontradas votações nominais nesta temática cuja iniciativa legislativa fosse do Congresso Nacional. Assim, as categorias “sim” e “não” que constituem a variável dependente representam também o apoio ou não às iniciativas presidenciais na temática. Podemos imaginar hipoteticamente que um legislador cujo partido pertence à coalizão de governo e seu distrito

eleitoral possui baixo desemprego e um setor exportador significativo possui elevada probabilidade de votar “sim” em um acordo de livre-comércio enviado pelo presidente, por exemplo. Oferecemos uma descrição um pouco mais detalhada do modelo logístico no anexo 2 e na seção 4.4 onde os resultados serão expostos.

3.5 Amostra

Na presente seção descreveremos os aspectos centrais referentes à amostra da presente tese. Primeiro, justificaremos a escolha dos seis países que conformam a amostra. Segundo, descreveremos as atribuições constitucionais dos legislativos nacionais em política externa a fim de justificar a utilização das votações da Câmara dos Deputados dos países citados. Terceiro, apresentaremos as votações nominais sobreviventes ao critério de escolha para as estimações da unidade partidária, pontos ideais e determinantes do voto do legislador latino-americano em temas de política comercial. Finalmente, discriminaremos os subtemas das votações nominais de política externa da presente amostra. As votações nominais classificadas como sendo de política externa são as que fazem referência direta ou possuem consequências conhecidas a entidades estrangeiras. Incluem-se neste critério votações referentes à ratificação de tratados e acordos internacionais assinados com países estrangeiros e organizações internacionais, salvaguardas protecionistas, regulamentação de tarifas alfandegárias, subsídios à exportação, modificações de leis internas para adequação de tratados internacionais, medidas referentes ao funcionamento do Ministério de Relações Exteriores e suas representações diplomáticas, solicitações ao Poder Executivo que abordem temas internacionais, ações e regulamentações condizentes a defesa nacional, entre outras.

3.5.1 A escolha dos países

Para pautar a escolha dos países a conformarem a presente amostra utilizamos como critério principal a disponibilidade de acesso às votações nominais por meio dos sítios virtuais das respectivas casas legislativas. Evidentemente o critério descrito não é o mais adequado do ponto de vista da comparação de poucos casos (n pequeno). No método de comparação de poucos casos, a escolha dos países a serem analisados pode ser dividida entre dois tipos primordiais: a escolha pela semelhança dos países ou pela diferença entre eles (Landman, 2003), neutralizando algumas variáveis explicativas e ressaltando outras. Como a combinação entre a disponibilidade de votações nominais e a escolha dos países pela semelhança ou diferença não é bem sucedida, optamos pela primeira, sem perder a clareza do tipo de “comparação” que realizamos na presente tese, de cunho descritivo e não inferencial.

Não são muitos os Legislativos latino-americanos que utilizam o registro de voto eletrônico e publicam as votações nominais de seus legisladores nos respectivos sítios virtuais. Certamente este é um aspecto importante do acesso à informação legislativa ainda carente na região. A Tabela 6 abaixo expõe a utilização ou não do registro eletrônico do voto legislativo em alguns países da América Latina.

Tabela 6. Uso de Votação Eletrônica em legislaturas Latino-Americanas

País	Casa	Instalação	Ativado	Disponibilidade na internet das votações nominais
Argentina	Câmara	1983; 2001	Sim	Incompleto, desde 1994
	Senado	1983	Não	Não
Bolívia	Câmara	2001	Não	Não
	Senado	2001	Não	Não
Brasil	Câmara	1987	Sim	Completo, desde 1989
	Senado	1990	Sim	Completo, desde 1989
Chile	Câmara	1990	Sim	Completo, desde 1990
	Senado	1990	Sim	Incompleto, desde 1998
Colômbia	Câmara	1996	Ocasionalmente	Completo, desde 2009
	Senado	1996	Ocasionalmente	Completo, desde 2009
Costa Rica	Unicameral	Não	Não	Não
Ecuador	Unicameral	Não	Não	Não
El Salvador	Unicameral	Não	Não	Não
Guatemala	Unicameral	Não	Não	Não
Honduras	Unicameral	Não	Não	Não
México	Câmara	1998	Sim	-
	Senado	2002	Sim	Completo, desde 2006
Nicarágua	Unicameral	2000	Sim	Não
Panamá	Unicameral	-	-	Não
Paraguai	Câmara	-	Sim	Completo desde 2002
	Senado	-	Sim	Completo desde 2002
Peru	Unicameral	1998	Sim	Completo, desde 2002
Uruguai ³⁰	Câmara	Não	Não	Não
	Senado	Não	Não	Não
Venezuela	Unicameral	1997	Não	Não

Fonte: Saiegh (2005) e dados próprios.

Como pode ser observado na Tabela 6, são poucos os países que disponibilizam na internet as votações nominais de seus legisladores. Com exceção de Argentina, Brasil e Chile, as votações disponíveis iniciam-se nos anos 2000. Vale lembrar que estes dados são dinâmicos, ou seja, há a possibilidade de países passarem a adotar o sistema eletrônico de votação e/ou

³⁰ É importante citar que o caso uruguaio possui estudos do comportamento legislativo que utilizam votações nominais. Um bom exemplo é o trabalho de Morgenstern (2001), cujas votações nominais foram recolhidas dos diários de sessão do congresso uruguaio. Entretanto, ao acessar os diários de sessão do país, constatamos que as votações são, na sua grande maioria, contabilizadas apenas pelo número de votos favoráveis, contrários e abstenções, não incluindo a informação do voto nominal. Por tal motivo classificamos o Uruguai desta maneira.

disponibilizarem na internet as votações nominais de determinadas legislaturas. Por meio da Tabela 6 observamos que os países latino-americanos passíveis de serem incluídos nesta amostra são³¹: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Paraguai e Peru. Desta forma, com a exceção da Colômbia³², estes são os seis países escolhidos para a conformação da amostra da presente tese.

3.5.2 Atribuições Constitucionais em Política Externa

A descrição das atribuições dos Legislativos Nacionais na política exterior de seus respectivos países possui dois propósitos fundamentais. Primeiro, delimita-se aquilo que cabem aos legisladores, desde o ponto de vista constitucional, decidirem sobre a política externa de seus países, circunscrevendo as possibilidades de conformação de nossa variável dependente. Segundo, ao delimitar as competências de cada casa legislativa podemos compreender as consequências de escolher a Câmara dos Deputados enquanto objeto de nosso estudo. Na tabela 7 abaixo dispomos as principais atribuições em temas de política externa das casas legislativas presentes nas respectivas constituições nacionais. Quando há a presença da atribuição constitucional, marcamos com um “x” o quadrado referente a cada uma das casas legislativas, cujas siglas são: “CD” para a Câmara dos Deputados, “SN” para o Senado e “UNI” para unicameral (caso peruano).

³¹ Na República Dominicana há registro de votação eletrônica e uma lei que torna pública a informação. Entretanto as votações desejadas devem ser pedidas por e-mail, fato que dificulta a pesquisa, mas não a inviabiliza no sentido de uma ampliação da agenda de pesquisa.

³² As votações da Câmara dos deputados e Senado da Colômbia estão disponíveis no site www.congresovisible.org. Há votações de 2006 a 2010, entretanto, nem todos os projetos que passaram pelo plenário estão na base de votações nominais, fato que nos desencorajou a incluir a Colômbia.

Tabela 7. Distribuição Poderes Constitucionais em Política Externa

Atribuições em Política Externa	Argentina		Brasil		Chile		México		Paraguai		Peru
	CD	SN	CD	SN	CD	SN	CD	SN	CD	SN	UNI
Aprovar Tratados Internacionais	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x
Declarar Guerra	x	x	x	x			x	x	x	x	x
Regulamentar Comércio Exterior	x	x			x	x	x	x			
Aprovar Nomeações Diplomáticas				x				x		x	
Aprovar Empréstimos Estrangeiros	x	x		x		x	x	x	x	x	x
Recrutar e Manter Tropas	x						x	x			
Fixar Fronteiras	x	x									x
Aprovar Saída e Entrada de Tropas	x	x	x	x		x		x		x	x
Aprovar a Ausência do Presidente			x	x		x		x			x

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de PDBA (*Political Data Base of the Americas*), disponível em: <http://pdba.georgetown.edu/> (acesso em 07/04/2012).

Os dados presentes na tabela 7 acima nos permite obter uma visão comparada das atribuições do Poder Legislativo na condução da política exterior nos seis países latino-americanos. As atribuições relacionadas acima conferem, em geral, um poder ratificador ao Legislativo *ex-post*, garantindo ao Executivo o poder de formular e iniciar a política externa. Assim, parcela preponderante das votações nominais aqui analisadas são de iniciativa do presidente e seus ministros, tendo no poder ratificador a principal forma de atuação parlamentar em matéria internacional³³. Nesse sentido, notamos na tabela acima que o poder de ratificar os acordos e tratados internacionais negociados pelo Poder Executivo é o único poder constitucional comum a todos os seis países latino-americanos. A Câmara dos Deputados do México é a única casa legislativa sem esta prerrogativa, justificando no caso mexicano a escolha do Senado Federal para análise das votações nominais. A despeito desta exceção, as atribuições entre as casas legislativas dos países não oferecem distinções muito significativas para a conformação da

³³ Vale notar que as possibilidades de participação do Poder Legislativo nos países analisados transcendem o poder ratificador do Congresso Nacional e nem sempre se dá de maneira *ex-post*. O Poder Executivo, por exemplo, ao tentar antecipar a aprovação ou não de determinado acordo pode incluir na negociação internacional, ainda que seja sua prerrogativa exclusiva, a participação de parlamentares com o intuito de antecipar a posição majoritária do Congresso.

amostra de votações nominais. Assim, a adoção da Câmara dos Deputados como objeto de análise nos oferece uma vantagem em termos do número de legisladores para a realização das técnicas quantitativas expostas anteriormente. O caso peruano, unicameral, dispensa justificativa.

Não obstante, destacamos três distinções centrais entre as atribuições das casas legislativas. Os senados de Brasil, México e Paraguai possuem a atribuição de aprovar as nomeações do corpo diplomático que representa o país no exterior e organizações internacionais. Como no caso brasileiro a aprovação se dá por meio do voto secreto, impossibilitando a inclusão do dado, e no Paraguai este tipo de votação não costuma ter o procedimento nominal no Senado, esta diferença não traz implicações importantes para a utilização dos votos da Câmara dos Deputados. Apenas no caso paraguaio onde o Senado possui exclusividade para aprovar a saída de tropas nacionais ou a entrada de estrangeiras e no caso brasileiro onde os empréstimos internacionais são avaliados apenas pelo Senado é que vislumbramos um ponto negativo pela escolha da Câmara dos Deputados. Entretanto, a expectativa de um baixo número de votações em ambos os temas destacados nos assegura da Câmara dos Deputados ser a escolha apropriada.

Justificada a escolha da Câmara dos Deputados para a análise das votações nominais em temas de política externa, cabem alguns comentários acerca das atribuições em política externa dos Legislativos nos seis países destacados. O ato mais extremo da política externa, declarar guerra ou celebrar a paz, exige a anuência do Congresso Nacional, de ambas as casas legislativas, em todos os casos expostos com exceção do Chile. No país andino é o Conselho de Defesa Nacional quem deve aprovar por voto majoritário a intenção presidencial de declarar a guerra, tendo apenas como representante legislativo no conselho o presidente do Senado. Este fator certamente ilustra um dos chamados resquícios autoritários da constituição chilena, elaborada ainda sobre os auspícios da ditadura do general Pinochet (Siavelis, 2000), retirando uma

instância política de representação da sociedade do processo decisório de manter ou renunciar a paz, delegando-o a burocracia estatal e o presidente da república³⁴.

No quesito acerca da regulamentação do comércio exterior, algumas constituições como a da Argentina, Chile e México especificam este tipo de atribuição. O que observamos na conformação da amostra é que nos países citados acima, medidas como impostos de importação e exportação, definição da tarifa consolidada do país, assim como medidas de promoção comercial tramitam nos legislativos muitas vezes sendo submetidos à votação nominal. Nos demais países este tipo de regulamentação não apareceu em nossa amostra de votações, ainda que seja oportuno apontar que boa parte da política comercial tramitada no Legislativo dos seis países diz respeito à celebração de tratados e acordos de cunho comercial. Uma importante atribuição do Poder Legislativo para a agenda recente de alguns países sul-americanos é a decisão sobre o envio de tropas ao estrangeiro ou a entrada de tropas estrangeiras em território nacional. Nos legislativos de Argentina, Brasil e Chile tramitaram a aprovação do envio de tropas ao Haiti, tendo os dois últimos como líderes da missão da ONU de estabilização do país caribenho. Diferentemente de Argentina e Brasil, no Chile a medida não tramitou na Câmara dos Deputados, fator que causou revolta nos deputados chilenos e a declaração de necessidade de reformar a lei complementar que regulamenta a questão (Feliú e Miranda, 2011). Ainda assim, para efeitos da conformação de nossa amostra, adicionamos que os deputados chilenos aprovaram moção de apoio ao envio das tropas no dia em que o Senado votou a questão, estando esta importante votação incluída em nossa amostra.

³⁴ Além dos presidentes da república e do senado, o Conselho de Defesa Nacional do Chile é composto pelo presidente da corte suprema, pelos comandantes em chefe das forças armadas, pelo diretor geral dos carabineiros e pelo controlador geral da república.

3.5.3 As votações nominais por técnica de análise.

As amostras de votação e legisladores da presente tese possuem uma variação de acordo com o tipo de estimação feita. No caso do índice de Rice, como descrito na seção 3.2, utilizamos um critério de corte de votações unânimes de 10% de polarização, assim como incluímos apenas os legisladores membros dos partidos classificados como grandes. Já no caso da estimação dos pontos ideais, o programa NOMINATE faz uso de critérios de corte de votações unânimes (2.5% de polarização) e legisladores (são incluídos aqueles que votaram ao menos em 10 votações). Na estimação dos determinantes do voto dos legisladores em temas de política comercial, por sua vez, utilizamos o mesmo critério de corte das votações unânimes na estimação dos índices de Rice (10%), assim como excluimos da amostra os legisladores que não votaram ou se abstiveram. Por conta destas distinções, os resultados das tabelas 8, 9 e 10 não são uniformes.

Tabela 8. Amostra Estimação do Índice de Rice

País	Período	Total de Votações	Votações Incluídas	Legisladores
Argentina	2001-2010	170	23	451
Brasil	2003-2010	56	22	825
Chile	1998-2006	251	43	141
México	2006-2009	148	18	127
Paraguai	2003-2008	102	79	67
Peru	2001-2010	165	14	132

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados de www.camara.ar, CEBRAP, www.camara.cl, www.senado.gob.mx, www.camara.gov.py e www.congreso.gov.pe.

Tabela 9. Amostra Estimação Pontos Ideais

País	Período	Total de Votações	Votações Incluídas	Legisladores Total	Legisladores Incluídos
Argentina	2001-2010	170	36	753	356
Brasil	2003-2010	56	32	921	642
Chile	1998-2006	251	64	163	88
México	2006-2009	148	13	147	140
Paraguai	2003-2008	102	93	90	82
Peru	2001-2010	165	21	222	205

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados de www.camara.ar, CEBRAP, www.camara.cl, www.senado.gob.mx, www.camara.gov.py e www.congreso.gov.pe.

Tabela 10. Amostra Votações Política Comercial

País	Período	Total de Votações	Votações Incluídas	Legisladores Total	Legisladores Incluídos
Argentina	2001-2010	21	3	753	631
Brasil	2003-2010	10	10	921	540
Chile	1998-2006	65	12	163	112
México	2006-2009	38	3	147	125
Paraguai	2003-2008	16	12	90	87
Peru	2001-2010	12	2	222	189

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados de www.camara.ar, CEBRAP, www.camara.cl, www.senado.gob.mx, www.camara.gov.py e www.congreso.gov.pe.

3.5.4 Os subtemas das votações de política externa

Estabelecida a amostra de votações nominais em temas de política externa da presente tese, é proveitoso, desde o ponto de vista da descrição de nossa variável dependente, indicar os principais subtemas da política externa votada nominalmente pelos legisladores dos seis países. Para tanto, podemos dividir os subtemas em cinco principais:

1. Tratados e acordos internacionais assinados com países estrangeiros e organizações internacionais: nesta categoria são incluídos todos os tratados de cooperação que não envolve comércio, sendo muito comuns nos seis países acordos referentes à cooperação educacional e tecnológica, tratados de extradição, aviação civil, adesão a regimes e organizações internacionais, acordos de infraestrutura, meio ambiente, entre outros. No caso paraguaio destacamos, dada a elevada frequência, os acordos referentes a empréstimos estrangeiros.
2. Política comercial: nesta categoria são muito comuns os tratados bilaterais de livre-comércio, principalmente nos casos de Chile, México e Peru; medidas tarifárias e não tarifárias; políticas de incentivo ou regulamentação das exportações e importações, assim como acordos bilaterais para proteger os investimentos e evitar a dupla tributação.
3. Ações diretas em assuntos internacionais: refere-se a iniciativas legislativas advindas do congresso Nacional cujo tema é a política exterior. Nesta classificação estão incluídas também

solicitações ao Poder Executivo que envolva o tema internacional, assim como solicitações de informações a ministros de relações exteriores ou autoridades responsáveis pela condução da política exterior em distintos âmbitos.

4. Medidas referentes ao funcionamento do Ministério de Relações Exteriores (MRE) e suas representações diplomáticas: nesta categoria estão as votações referentes aos investimentos no corpo diplomático, nomeação de representantes diplomáticos (especialmente no caso mexicano), regulamentação da categoria e abertura de representação diplomática no exterior.
5. Defesa nacional: esta categoria inclui votações nominais referentes à compra de equipamentos, burocracia militar, permissões para a entrada de forças armadas estrangeiras com o intuito de realizar exercícios militares conjuntos e treinamento, medidas fronteiriças, assim como a aprovação do envio de tropas ao Haiti (nos casos de Argentina, Brasil e Chile). Seguem abaixo as tabelas por país com o número e porcentagem sobre o total de cada subtema delineado.

Tabela 11. Temas Votações Nominais Política Externa Argentina (2001-2010)

Temas	Número de Votações	% do Total
Acordos e Tratados Internacionais de Cooperação	108	63,5
Defesa Nacional	25	14,7
Política Comercial	21	12,3
Ações Diretas	10	5,8
Medidas referentes ao MRE	6	3,5
<i>Total</i>	<i>170</i>	<i>100%</i>

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados de www.camara.ar.

Tabela 12. Temas Votações Nominais Política Externa Brasil (2003-2010)

Temas	Número de Votações	% do Total
Acordos e Tratados Internacionais de Cooperação	22	39,2
Política Comercial	12	21,4
Defesa Nacional	10	17,8
Ações Diretas	8	14,2
Medidas referentes ao MRE	4	7,4
<i>Total</i>	<i>56</i>	<i>100%</i>

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do CEBRAP.

Tabela 13. Temas Votações Nominais Política Externa Chile (1998-2006)

Temas	Número de Votações	% do Total
Acordos e Tratados Internacionais de Cooperação	120	47,8
Política Comercial	65	25,8
Ações Diretas	44	17,5
Defesa Nacional	18	7,2
Medidas referentes ao MRE	4	1,7
<i>Total</i>	<i>251</i>	<i>100%</i>

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados www.camara.cl.

Tabela 14. Temas Votações Nominais Política Externa México (2006-2009)

Temas	Número de Votações	% do Total
Medidas referentes ao MRE	49	33,1
Acordos e Tratados Internacionais de Cooperação	44	29,7
Política Comercial	38	25,6
Saída do Presidente	14	9,4
Defesa Nacional	3	2,2
<i>Total</i>	<i>148</i>	<i>100%</i>

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados de www.senado.gob.mx.

Tabela 15. Temas Votações Nominais Política Externa Paraguai (2003-2008)

Temas	Número de Votações	% do Total
Acordos e Tratados Internacionais de Cooperação	25	24,5
Acordos de Empréstimo	22	21,5
Ações Diretas	21	20,5
Política Comercial	16	15,8
Defesa Nacional	14	13,7
Medidas referentes ao MRE	4	3,9
<i>Total</i>	<i>102</i>	<i>100%</i>

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados de www.camara.gov.py.

Tabela 16. Temas Votações Nominais Política Externa Peru (2001-2010)

Temas	Número de Votações	% do Total
Acordos e Tratados Internacionais de Cooperação	126	76,3
Defesa Nacional	27	16,3
Política Comercial	12	7,4
<i>Total</i>	<i>165</i>	<i>100%</i>

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados de www.congreso.gov.pe.

Evidentemente os acordos e tratados de cooperação internacional representam boa parte das votações nominais em política externa dada a variedade de assuntos que esta categoria engloba. As votações nominais referentes à política comercial também ocupam lugar de destaque

na agenda legislativa referente à política externa nos seis países, principalmente no Chile e México, onde mais de um quarto das votações tratam da temática. Esse resultado é esperado dado o elevado nível de liberalização comercial vivido por ambos os países nas últimas décadas, sendo os primeiros países latino-americanos a praticarem o chamado ajuste estrutural da economia como reação a crise da dívida externa deflagrada nos anos 80 (Baer e Maloney, 1997), além de serem os países com maior quantidade de acordos bilaterais de livre comércio. Os temas referentes à defesa nacional também possuem uma frequência relevante nos seis países, girando próximo dos 15% das votações na Argentina, Brasil, Paraguai e Peru.

As ações diretas dos legisladores não possuem elevada frequência nos seis países, sendo o Chile e o Paraguai os países em que esta categoria adquire maior expressividade, podendo revelar algum tipo de ativismo maior, ao menos no que se refere à utilização do plenário da casa como meio de fiscalizar e orientar a condução da política exterior do presidente. Apenas a título de exemplo, no Chile os deputados pertencentes a então coalizão de oposição (*Alianza por Chile*) propuseram em plenário moções para que a chancelaria chilena apoiasse a guerra do Iraque no Conselho de Segurança em 2003, além da solicitação de revisão do acordo de associação econômica com o MERCOSUL. No Paraguai, foram frequentes os pedidos de revisão dos valores estabelecidos no tratado bilateral de Itaipu, assim como o pedido de informações do gestor paraguaio da entidade binacional. Vale ressaltar que no caso do México, como o Senado aprecia nominalmente as indicações do Executivo aos postos diplomáticos, este tipo de votação foi majoritária na amostra aqui reunida, diferindo dos demais países.

4. RESULTADOS

4.1 A Unidade Partidária nas arenas doméstica e externa

Nesta seção analisamos os níveis de unidade partidária, medidos por meio do índice de Rice, nas arenas doméstica e externa dos 25 partidos políticos latino-americanos dos seis países aqui estudados que sobreviveram ao nosso critério de escolha (ver seção 3.5.3). O objetivo central é comparar as distribuições da unidade partidária em ambas as arenas temáticas com o intuito de averiguar o grau de semelhança ou diferença entre as mesmas. Esta distinção ou semelhança pode nos ofertar excelentes indícios acerca do interesse das lideranças partidárias em forjar a unidade em votações de política externa. Espera-se que o alegado desinteresse eleitoral em temas de política externa por parte dos legisladores latino-americanos produza um efeito distinto no comportamento das lideranças partidárias e, portanto, dos níveis de unidade partidária quando consideradas as arenas doméstica e internacional. Conduziremos a análise em três níveis: os *scores* de unidade partidária agregados apenas por tema (doméstico ou internacional), agregados por tema e partido político e finalmente por tema e país.

Começamos pelo nível de análise mais agregado, em que são utilizados os índices de unidade partidária dos 25 partidos discriminando-se apenas o tema da política. Apresentamos abaixo em primeiro lugar algumas medidas descritivas dos dados agregados com a finalidade de sumarizar os mesmos, indicando a dispersão dos mesmos. O gráfico 2 abaixo apresenta as caixas de dispersão (*box plots*) dos índices de rice em ambas as arenas citadas. De um modo geral podemos notar a similaridade entre a dispersão dos níveis de unidade partidária das políticas doméstica e internacional. Em ambas, a distância entre o quartil superior e o inferior varia entre aproximadamente 1 (unidade total) e 0.7, indicando que os partidos menos disciplinados possuem, ainda assim, um Índice de Rice relativamente alto. Ainda que a unidade partidária na

arena externa seja ligeiramente maior do que na doméstica, as medianas das duas caixas de dispersão, representadas pelo traço em negrito na horizontal, são quase idênticas, indicando semelhança entre as distribuições. Uma distinção interessante é o número de dados aberrantes (*outliers*). Enquanto na arena doméstica apenas o paraguaio ANR (Partido Colorado) apresenta uma unidade partidária abaixo de 0.6, na política externa, quatro partidos apresentam níveis de unidades partidárias menores: os paraguaios ANR e PLRA; o mexicano PRD e o peruano UPP.

Gráfico 2. Dispersão da Unidade Partidária nas arenas doméstica e internacional

Fonte: Elaborado pelo autor

Com o intuito de complementar a descrição elaborada acima, apresentamos na tabela 17 abaixo a média, o desvio padrão das unidades partidárias em ambas as temáticas, assim como a inclusão de uma medida inferencial de associação, o coeficiente de correlação de Pearson.

Tabela 17. Estatísticas Descritivas e Correlação Unidades Partidárias

Índices de Rice	Média	Desvio Padrão	N
Política Doméstica	.8776	.08757	25
Política Externa	.8532	.11134	25
Correlação de Pearson	0.568*		

Fonte: Elaborada pelo autor

* Significativo a 0.01

Notamos na tabela 17 acima três fatores condizentes com os resultados do gráfico 2 exposto anteriormente, isto é, elevado grau de unidade partidária em ambas as arenas temáticas (elevadas médias), a similaridade das medidas de tendência central (média neste caso) e o baixo grau de dispersão (medido pelo desvio padrão) entre os casos, ainda que a política externa possua um grau de dispersão um pouco maior quando comparada a política doméstica. Isso provavelmente se deve ao fato da política externa possuir um maior número de *outliers*. A correlação entre ambas as estimações da unidade partidária dos 25 partidos políticos nos âmbitos externo e doméstico é moderada e positiva (0.568), revelando um nível de correlação significativo possivelmente sendo afetado pelos mencionados *outliers* observados no gráfico 2.

Feita esta breve descrição dos dados agregados pela temática da votação, empregaremos uma técnica estatística para determinar se há distinção significativa entre as distribuições de unidade partidária nas arenas doméstica e internacional. Os testes mais usados para esta finalidade costumam ser o *t-test* (utiliza estatística t) e o *one-way ANOVA* (utiliza estatística F). Um dos principais pressupostos destas técnicas é a normalidade da variável dependente, no nosso caso o índice de unidade partidária. Após efetuarmos o teste de normalidade Shapiro-Wilk,

concluimos a ausência deste tipo de distribuição em nossa variável dependente. Por este motivo, optamos pelo teste de Kolmogorov-Smirnov (teste KS), cuja função primordial é determinar se duas amostras independentes diferem de maneira significativa. Como o teste KS não faz nenhum pressuposto acerca da distribuição dos dados (método não paramétrico), a sua utilização se torna propícia para os propósitos desta seção. Apresentamos abaixo o gráfico 3 e a tabela 18 com os principais resultados do teste.

Tabela 18. Resultados Teste KS para a Política Doméstica e a Política Externa

Grupos	Estatística D	P valor	Exato
Política Doméstica	0.0800	0.852	
Política Externa	-0.2000	0.368	
KS Combinado	0.2000	0.699	0.641

Fonte: Elaborada pelo autor.

O gráfico 3 acima revela forte similaridade entre as distribuições da unidade partidária nos âmbitos doméstico e externo, dada a pequena distância entre as linhas que os representam, assim como a similaridade do formato e tamanho das distribuições. A única distância mais perceptível entre as distribuições reside entre os níveis de unidade partidária .6 e .7, onde a densidade é maior na política doméstica. Do ponto de vista numérico, os resultados do KS teste, presentes na tabela 18, confirmam a hipótese nula, ou seja, não há distinção entre as distribuições dos grupos política externa e política doméstica. Isso fica evidente quando percebemos que o teste não é estatisticamente significativo, revelando a semelhança entre as distribuições. Encontramos aqui um resultado relevante, isto é, não há distinção significativa entre os níveis de unidade dos partidos políticos latino-americanos nas votações em temas de política externa e política doméstica. Podemos concluir preliminarmente que o suposto desinteresse eleitoral por parte dos legisladores e lideranças em temas de política externa, caso existente, não afeta os níveis de unidade partidária. A relação entre as lideranças partidárias e os membros do partido em plenário não parece ser distinta nas votações de política externa, sugerindo tratamento semelhante ao das demais políticas públicas. Certamente o grau de interesse dos legisladores nos temas de política externa requer uma medida empírica distinta da adotada aqui, entretanto, a homogeneidade das distribuições dos Índices de Rice nos permite observar baixa diferenciação do comportamento legislativo em temas internacionais e domésticos.

Prosseguiremos a apresentação dos dados de unidade partidária desagregados por tema e partidos políticos, a fim de descrever os níveis de unidade partidária nos âmbitos externo e doméstico no interior do partido, comparando o grau de concordância dos legisladores nos votos de política externa e política doméstica. Apresentamos abaixo o gráfico 4 onde as barras azuis

representam o índice de Rice do partido na arena doméstica e as barras vermelhas indicam o índice de rice do mesmo partido nos temas de política externa.

Constatamos um primeiro aspecto interessante ao observar o gráfico 4: em 12 dos 25 partidos, embora seja pequena a diferença, a unidade partidária é maior em temas de política doméstica. Há dois partidos que possuem níveis idênticos de unidade partidária, o PT do Brasil e o PS do Chile e 11 partidos políticos apresentam maior unidade partidária em temas de política externa. Embora esta parte da análise dos dados seja apenas descritiva, ela corrobora a percepção de baixa diferenciação entre as unidades partidárias em ambos os âmbitos. Além disso, podemos observar no gráfico 4 que alguns partidos políticos do subcontinente revelam uma diferença maior entre os níveis de unidade partidária nas políticas doméstica e externa, possivelmente influenciando de maneira acentuada a correlação moderada entre as estimativas. São eles o

PRD³⁵ do México, o ANR do Paraguai e mais acentuadamente o UPP do Peru. Tanto o PRD quanto o UPP apresentam menor unidade partidária na arena externa, enquanto o ANR é menos unificado na arena doméstico. Compreender esses casos específicos em que ocorre uma diferença maior entre os níveis de unidade partidária requer uma investigação própria, com uma estratégia metodológica diferente da adotada na presente tese, permanecendo um ponto importante na continuidade da agenda de pesquisa³⁶. A seguir apresentaremos os níveis de unidade partidária por país e tema da política no gráfico 5 abaixo.

³⁵ No caso específico do PRD, Martinez (2009) chama a atenção para a variável partidária seleção interna dos candidatos. Ao contrário do PAN e PRI, cuja seleção dos candidatos é feita primordialmente pela liderança nacional do partido, o PRD escolhe os seus candidatos por meio de um órgão colegiado nacional, diminuindo, em tese, a dependência eleitoral do legislador em relação à liderança partidária. Talvez esse aspecto possa explicar níveis de unidade partidária menores em ambas as arenas políticas, além de indicar uma grau de discordância dos votos no interior do partido em temas de política externa maior.

³⁶ No caso do UPP do Peru, até o presente momento não encontramos na literatura explicações específicas. Entretanto, recomendamos a leitura do estudo de Molleda (2009) que utiliza dados de *survey* junto aos legisladores peruanos para verificar o grau de unidade dos partidos políticos peruanos em diversos temas.

Gráfico 5. Médias do Índice de Rice por país

No gráfico 5 acima podemos notar uma correlação significativa entre as médias dos índices de Rice por país nas áreas doméstica e externa, ambas elevadas. Neste sentido, uma exceção é o Paraguai, destacando-se dos demais países com índices de unidade partidária mais baixos em ambas as arenas analisada. Acessaremos na literatura especializada as principais variáveis explicativas dos níveis de unidade partidária, identificando duas possibilidades centrais: variáveis institucionais que variam por país e características referentes aos processos no interior dos partidos políticos. Embora estejamos analisando poucos países para efetuar inferências estatísticas acerca dos determinantes da unidade partidária, retomaremos algumas explicações da

literatura³⁷ que possam nos auxiliar a interpretar os resultados exibidos nos gráficos 4 e 5. Dada a similaridade entre os níveis de unidade partidária nas políticas externa e doméstica podemos intuir que os determinantes das mesmas sejam relativamente uniformes entre os países, residindo algumas distinções por partidos políticos. Apresentamos a tabela 19 abaixo cuja finalidade é sistematizar os principais determinantes da unidade partidária presentes na literatura para os seis países aqui analisados.

Tabela 19. Principais Variáveis Explicativas para o Nível de Unidade Partidária na Literatura Especializada

País	Principais Variáveis Explicativas	Fonte
Argentina	<ul style="list-style-type: none"> • Carreira do Legislador • Sistema Eleitoral - Lista Fechada 	Jones (2002)
Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Poder de Agenda do Presidente • Centralização do Processo Legislativo nas Lideranças Partidárias 	Figueiredo e Limongi (1999)
Chile	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Eleitoral Binomial • Poder de Agenda do Presidente 	Carey (2002) Maureira (2007)
México	<ul style="list-style-type: none"> • Proibição de Reeleição Imediata • Controle Partidário de Recursos e Nomeações 	Martínez (2009)
Paraguai	<ul style="list-style-type: none"> • Facções no interior dos Partidos Políticos 	Molinas, Pérez-Liñan, Saiegh (2004).
Peru	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção da Votação Eletrônica 	Carey (2003b)

Fonte: elaborada pelo autor

Não é o objetivo aqui retomar sistematicamente cada explicação ofertada pelos autores citados na tabela 19 para os níveis de unidade partidária dos casos aqui estudados, mas sim identificar uma possível explicação para um fenômeno destacado: a baixa disciplina partidária dos partidos paraguaios em ambos os âmbitos. Como argumentam Siavelis e Morgenstern (2006), em alguns casos as explicações institucionais enfrentam dificuldades quando o contexto institucional se mantém constante e os níveis de unidade partidária variam significativamente. Muitas vezes, partidos políticos do mesmo país, sujeitos à mesma estrutura institucional,

³⁷ Ver capítulo 2.

apresentam resultados distintos. Ainda que os condicionantes institucionais como os sistemas eleitoral e partidário e regras condizentes aos procedimentos legislativos detenham uma capacidade explicativa relevante do comportamento legislativo, não podemos afirmar que o objeto é totalmente determinado por variáveis institucionais.

O caso paraguaio parece bastante intrigante neste sentido. Os deputados paraguaios são eleitos pelo voto proporcional de lista fechada em distritos relativamente pequenos (magnitude média de 4,4). Na teoria, o voto proporcional de lista fechada não incentiva o voto individualista do legislador, capacitando as lideranças partidárias na conformação da unidade partidária. Entretanto, observamos níveis de unidade partidária, como demonstra o gráfico 5, mais baixos em ambos os âmbitos doméstico e externo. Ambos os partidos apresentam em temas de política externa um índice de Rice 0,68, revelando uma unidade moderada, mas ainda bem abaixo da média (0,85). Para a política doméstica, o ANR, ou partido Colorado, possui um nível de unidade ainda mais baixo (0,56), caracterizando-se como *outlier* da distribuição. Nesse quesito, o PRLA já possui um nível de unidade um pouco maior (0,73), mas ainda assim no quartil inferior da distribuição.

Molinas, Pérez-Liñan e Saiegh (2004) argumentam um progressivo declínio da unidade partidária dos dois maiores partidos políticos paraguaios desde 1992 em função de um aumento no número de facções no interior dos mesmos. As divisões no ANR (partido Colorado) entre *Argañistas* e *Oviedistas* após o assassinato do vice-presidente da república Luis Argaña produziram facções no partido que perduram na legislatura analisada, acirrando as disputas nas primárias do partido e refletindo uma menor unidade partidária em plenário. Frente a um cenário de governo minoritário, presente no Paraguai desde 1997 até a legislatura aqui analisada (Martinez-Gallardo, 2005), o presidente paraguaio tem enfrentado dificuldades para aprovação

de suas políticas, buscando apoio partidário por meio da nomeação de membros das facções dos dois maiores partidos políticos (Molinas, Pérez-Liñan and Saiegh, 2004). Esse aspecto institucional, o poder de agenda do presidente, presente como explicação importante dos níveis de unidade partidária no Brasil e Chile, aparece como uma variável possivelmente explicativa dos baixos níveis de unidade partidária no Paraguai. Neste quesito, como mostra o gráfico 6 abaixo, o Paraguai apresenta o presidente mais fraco do ponto de vista dos poderes legislativos³⁸.

Gráfico 6. Poderes Legislativos do Presidente

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do PNUD (2005)

Embora a ausência de um presidente legislativamente poderoso no Paraguai possa exercer influência nos níveis de disciplina partidária, pode-se esperar que o mesmo ocorresse com o caso mexicano, dada a proximidade dos níveis de poderes legislativos dos presidentes paraguaio e mexicano, ambos os mais baixos entre os seis países. Entretanto, os principais partidos mexicanos apresentam índices de Rice bastante elevados em ambas as arenas (com exceção do PRD na arena internacional). Frente ao exposto, a característica faccionada dos partidos políticos paraguaios parece influir de maneira significativa o nível de unidade partidária. Este é um ponto

³⁸ Os poderes legislativos do presidente é uma medida que agrega valores atribuídos à capacidade do presidente emitir decretos, executar orçamento, vetar projetos de leis e exclusividade na iniciativa de matérias, variando de 0 (nenhum poder) a 1 (máximo poder) Para maiores detalhes, acessar: <http://www.gobernabilidaddemocratica-pnud.org>.

que merece investigação mais apurada, mais precisamente, mais evidências e testes para corroborar uma inferência de causalidade.

Podemos refletir também algumas implicações da unidade partidária para a condução dos assuntos externos de um país. Desde um ponto de vista mais abrangente, a presença de unidade partidária geralmente é considerada algo benéfico para o sistema político, uma vez que permite simplificar os processos de negociação entre o Poder Executivo e as lideranças partidárias no intuito de conformar as maiorias necessárias para a aprovação das políticas do governo, minimizando a probabilidade de paralisia decisória (Martinez, 2009). Outro fator positivo associado à presença de unidade partidária no legislativo é a maior propensão das leis serem produzidas com o intuito de beneficiar o bem público em oposição a leis de cunho paroquial (Cox and McCubbins, 1993). Entretanto, em uma situação de governo dividido, a unidade partidária pode oferecer sérios obstáculos à governabilidade caso as maiorias dos partidos de oposição posicionem-se sistematicamente contra o governo. Neste caso o nível de polarização ideológica entre o presidente e as medianas partidárias exerce um papel relevante.

No que diz respeito à política externa especificamente, Bjereld e Demker (2000) argumentam que o esforço das lideranças partidárias perseguirem a unidade em assuntos de política externa pode ser visto como a expressão de uma responsabilidade nacional, geralmente muito apelativa ao eleitorado (Bjereld and Demker, 2000: 18). Neste sentido, a política externa se apresentaria de forma relevante aos interesses eleitorais das lideranças partidárias, incentivando a conformação de um posicionamento unificado entre os membros do partido. Como os dados acerca da unidade partidária em temas de política externa não apresentam unidade perfeita, nem níveis substancialmente menores dos encontrados na política doméstica, faz sentido supor que a política externa gera, no interior dos partidos, algum esforço de construção da unidade partidária.

Na hipótese de desinteresse geral dos membros do partido nos temas internacionais, ou delegação plena ao Poder Executivo, esperaríamos unidade perfeita nos partidos políticos, não só no interior deles, mas entre eles também (este último tema será abordado na seção 4.2). Já na hipótese do desinteresse das lideranças partidárias nos temas internacionais e uma consequente “liberdade” de escolha no voto do legislador, esperaríamos que este último pudesse votar orientado por convicção própria ou influências de seu eleitorado e/ou grupos financiadores de sua campanha. Desta forma, seria bastante razoável que os níveis de unidade partidária fossem bem menos homogêneos do que os apresentados até aqui entre os 25 partidos políticos latino-americanos.

Evidentemente que a reflexão acerca da unidade partidária e a condução da política externa não se limita ao interior dos partidos políticos, mas principalmente entre os partidos políticos. Os dados até aqui apresentados referem-se ao primeiro passo fundamental, isto é, a avaliação dos níveis de unidade partidária. Nas seções 4.2 e 4.3 exporemos os mapas espaciais dos pontos ideais dos legisladores e retomaremos a problemática central do trabalho exposta desde a perspectiva do nível de conflito entre os partidos políticos em temas de política externa. De todo modo, não observamos até aqui uma distinção significativa, com exceção de alguns partidos, entre os níveis de unidade partidária, demonstrando um padrão de comportamento legislativo invariável no que diz respeito às temáticas domésticas e internacionais.

4.2 Pontos Ideais, Dimensionalidade e Polarização na Política Externa.

A interpretação dos pontos ideais deve ter em conta que os mesmos configuram-se como uma representação de baixa dimensionalidade de todos os possíveis fatores explicativos dos posicionamentos dos legisladores nas votações nominais (McCarty, 2010). As votações nominais

dos legisladores provavelmente refletem um número considerável de distintas influências, tais como a ideologia pessoal, a ideologia do eleitorado do legislador, pressão de grupos de interesse e os constrangimentos impostos pela liderança partidária (Clinton, Jackman, Rivers, 2004). Sem a inclusão de um número considerável de variáveis no modelo, os efeitos de cada um desses fatores mencionados não podem ser estimados. McCarty, Poole e Rosenthal (2001), por exemplo, ao analisarem os legisladores que mudaram de partido no congresso norte-americano, observam significativas mudanças nos pontos ideais dos mesmos, identificando a importante influência da variável partidária na conformação dos pontos ideais. Desta forma, os pontos ideais não podem ser tratados como uma medida da ideologia pessoal do legislador, mas uma combinação dessas possíveis influências na função utilidade do mesmo. O mapa espacial dos pontos ideais é um útil sumário do conteúdo dos votos dos legisladores (Clinton, Jackman, Rivers, 2004).

Na construção dos mapas dos pontos ideais foram utilizadas as duas primeiras dimensões estimadas pelo programa NOMINATE. Isso se deve a três fatores essenciais salientados por Hix e Noury (2011): dimensões maiores do que as duas primeiras raramente possuem uma interpretação clara; a melhora nas medidas de ajuste é imperceptível em dimensões mais elevadas, revelando a sua insignificância estatística e a apresentação dos mapas espaciais em duas dimensões tem sido o procedimento padrão na literatura (Poole e Rosenthal, 1997; Londregan, 2000, Voeten, 2000, entre outros). Passamos agora para a apresentação dos seis mapas dos pontos ideais, identificados na plotagem os respectivos partidos políticos dos legisladores. Adicionalmente, apresentamos os gráficos indicando a dimensionalidade das votações em política externa, onde o eixo vertical expõe os autovalores de cada dimensão estimada e o eixo horizontal representa o número de dimensões. Destacamos no anexo 2 a análise da robustez dos modelos estimados via NOMINATE, indicando bom ajuste dos

parâmetros estimados e, portanto, correspondência entre os pontos ideais estimados e os dados empíricos (votações nominais).

Mapa1. Pontos Ideais Pol. Externa Argentina (2001-2010)

Gráfico 7. Dimensionalidade Política Externa Argentina (2001-2010)

Mapa 2. Pontos Ideais Pol. Externa Brasil (2003-2010)

Gráfico 8. Dimensionalidade Política Externa Brasil (2003-2010)

Mapa 3. Pontos Ideais Pol. Externa Chile (1998-2006)

Gráfico 9. Dimensionalidade Votações de Política Externa Chile (1998-2006)

Mapa 4. Pontos Ideais Pol. Externa México (2006-2009)

Gráfico 10. Dimensionalidade Política Externa México (2006-2009)

Mapa 5. Pontos Ideais Pol. Externa Paraguai (2003-2008)

Gráfico 11. Dimensionalidade Política Externa Paraguai 2003-2008

Mapa 6. Pontos Ideais Pol. Externa Peru (2001-2010)

Gráfico 12. Dimensionalidade Política Externa Peru (2001-2010)

No que diz respeito à dimensionalidade dos mapas espaciais, de um modo geral, as votações em temas de política externa nos países latino-americanos selecionados não são predominantemente unidimensionais. Como exceção notamos o caso paraguaio, onde o “cotovelo” formado no gráfico 11 na passagem da primeira para a segunda dimensão demonstra a unidimensionalidade das votações paraguaias em política externa. Entretanto, ainda que nos demais casos os correspondentes gráficos demonstrem a relevância de mais de uma dimensão, a migração da primeira para as demais dimensões representa uma melhoria tímida na porcentagem de variação explicada dos votos. Embora os casos mexicano e chileno apresentem menor dimensionalidade quando comparados aos casos argentino, brasileiro e peruano, em todos os casos analisados a primeira dimensão concentra porcentagem relevante da capacidade explicativa dos votos, indicando de maneira geral baixa dimensionalidade.

A baixa dimensionalidade das votações em política externa significa que há poucos elementos comuns nas distintas decisões dos legisladores nos diversos temas condizentes à agenda internacional dos países da região. Interpretar o conteúdo substantivo da dimensão estimada nos permite identificar, quando possível, alguns desses elementos comuns estruturadores dos votos dos legisladores em política externa. Como argumentam Hix and Noury (2011), a principal dimensão relevante dos votos dos legisladores em distintos contextos institucionais é fortemente marcada pela batalha entre legisladores pertencentes ao governo ou à oposição, independente da preferência pela política em si. Membros da oposição tendem a se posicionar de maneira contrária ao governo muito mais para sinalizar a sua postura de oposição do que um descontentamento com alguma proposta legislativa em particular (Godbout and Hoyland, 2008). Em boa parte dos países latino-americanos o

Poder Executivo possui forte controle sobre a alocação de recursos e cargos e, conseqüentemente, sobre a agenda política, sendo capaz de atrair apoio parlamentar em torno de suas propostas legislativas e influenciando o comportamento do legislador.

Não obstante, como salientam Hix e Noury (2011), a dimensão governo-oposição pode estar correlacionada com uma divisão do tipo direita-esquerda, ou até mesmo “forçar” a inclusão de uma segunda dimensão relativamente relevante na análise. No caso do sistema partidário latino-americano é bastante comum a argumentação calcada na importância do contínuo esquerda-direita enquanto princípio organizador da política, assim como simplificador da transmissão de informação aos eleitores no marco da competição política (Colomer y Estabel, 2005 e Saéz, 2006). Assim, a ideologia dos partidos políticos também figura enquanto variável explicativa para os votos dos legisladores latino-americanos em diversos estudos, sendo relevante a sua consideração na análise dos mapas espaciais. Desta forma, utilizaremos estas duas variáveis explicativas, governo-oposição e direita-esquerda, como referência fundamental na interpretação das dimensões estimadas.

Para comparar as disposições dos legisladores e partidos políticos nas políticas externa e doméstica faremos uso de estudos presentes na literatura especializada que estimaram os pontos ideais dos legisladores latino-americanos para as políticas públicas em geral. É importante notar, entretanto, que nem todos os mapas extraídos da literatura foram forjados exatamente como os mapas construídos nesta tese com as votações de política externa, possuindo algumas variações importantes que serão detalhadas na análise dos casos. Ainda assim, essas comparações servirão como importante referência para a interpretação das dimensões estimadas e identificação de possíveis distinções nas posições relativas dos partidos políticos nas políticas doméstica e externa. Poderemos assim

averiguar a presença ou não de unidade suprapartidária em torno dos temas internacionais em comparação aos temas domésticos, possibilitando a observação da ocorrência ou não de algo semelhante ao *bipartisanship* norte-americano. Caso ocorra nos países analisados algo próximo ao bipartisanship, esperamos que as médias dos pontos ideais dos membros dos partidos políticos estejam dispostas de maneira aglutinada no mapa espacial. Ou seja, caso os partidos busquem unidade em temas de política externa especificamente, a distribuição dos pontos ideais será bastante distinta daquela observada na arena doméstica.

A seguir apresentaremos a análise dos mapas espaciais por país da amostra, destacando nos mapas referentes à política externa os partidos do governo e da oposição, assim como a localização média dos partidos em cada uma das duas dimensões. Os elevados níveis de disciplina partidária dos partidos políticos da amostra tornam as médias partidárias uma medida bastante significativa da posição majoritária do partido, facilitando a visualização do grau de polarização partidária em ambas as arenas.

Argentina

Fonte: Mapa elaborado pelo autor

a. Basic Space Argentina, 2004

Fonte: Saiegh (2009)

No caso argentino percebemos, pela visualização dos mapas espaciais, que a primeira dimensão pode representar tanto a divisão entre governo x oposição quanto à localização dos partidos argentinos no espectro ideológico direita-esquerda. O mapa espacial apresentado abaixo do mapa 1b é de autoria de Saiegh (2009), cuja estimação dos pontos ideias dos legisladores argentinos e alguns candidatos à presidência da república foram elaborados por meio de *survey* aplicado aos mesmos no ano de 2004. A dimensão horizontal desse gráfico representa a localização ideológica na escala esquerda-direita. Podemos notar que a disposição das médias dos partidos políticos na primeira dimensão (eixo horizontal) é bastante similar nos dois gráficos. Isto é, mais à esquerda da dimensão temos o ARI, ao centro o UCR e logo depois o PJ, o partido do governo (marcada em azul no mapa 1b). Ainda que o PJ ocupe o centro da primeira dimensão no mapa estimado via *survey*, há similaridade no ordenamento dos partidos nesta dimensão. Isso pode sugerir que de fato a primeira dimensão seja caracterizada pela dicotomia esquerda-direita, entretanto, há uma evidente correlação entre pertencer ao governo ou não e a disposição ideológica dos partidos, o que pode indicar ambos os fatores influentes na conformação dos votos dos legisladores argentinos em temas de política externa.

No que diz respeito ao nível de polarização entre os partidos políticos, o caso argentino, como pode ser observado no mapa 1b acima, revela uma polarização moderada na primeira dimensão em torno dos temas de política externa no período averiguado. Observa-se uma elevada concentração de pontos (deputados) no centro da primeira dimensão, indicando algum grau de convergência das preferências dos partidos políticos argentinos no que diz respeito à política externa. A distância entre os legisladores pertencentes ao governo ou a oposição não é muito grande, o que demonstra certa unidade

nas posturas referentes à política externa. Não obstante, esta mesma unidade também parece ser encontrada na distribuição dos partidos argentinos na política doméstica, principalmente se considerarmos os dois maiores partidos políticos do país, o PJ e o UCR.

Brasil

Fonte: Mapa elaborado pelo autor

Fonte: Zucco and Lauderdale (2011)

Fonte: Mapa elaborado pelo autor

Fonte: Zucco and Lauderdale (2011)

Fonte: Mapa elaborado pelo autor

No caso brasileiro, como apontado na seção 3.3, utilizamos os três principais métodos de estimação dos pontos ideais, o NOMINATE (mapa 2b), o IDEAL (mapa 2c) e o *Optimal Classification* (Mapa 2d), para conformar os mapas espaciais dos deputados brasileiros em temas de política externa. Ao lado dos mapas 2b e 2c, apresentamos a estimação dos pontos ideais em votos de políticas públicas em geral efetuada por Zucco e Lauderdale (2011) para os dois mandatos do presidente Lula (2003-2010) via NOMINATE e IDEAL. No caso da política doméstica, Zucco e Lauderdale (2011) argumentam que desde a redemocratização até o último mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, a dimensão ideológica estava correlacionada à disposição dos partidos pertencentes à coalizão de governo ou não. Assim, uma única dimensão ideológica era capaz de prever boa parte dos votos na Câmara dos Deputados do Brasil. Entretanto, com o advento do governo Lula (2003-2010), a situação muda bastante. Os mapas forjados pelo IDEAL e NOMINATE para a política doméstica demonstram a primeira dimensão como sendo aquela estruturada pela dicotomia

entre governo e oposição, enquanto a segunda dimensão parece exprimir a disposição dos partidos políticos no espectro ideológico.

No caso da política externa, os mapas estimados por meio do NOMINATE e IDEAL, embora demonstrem uma distribuição um pouco distinta (correlação negativa), ambos parecem situar a primeira dimensão estruturada pela dicotomia governo-oposição, opondo PSDB e PFL (DEM) de um lado e os demais partidos de outro. Desta forma, a segunda dimensão, diferentemente dos achados de Zucco e Lauderdale (2011) para a política doméstica, não parece ilustrar uma divisão ideológica em torno dos assuntos de política externa. Na literatura brasileira que analisa as votações nominais, partidos políticos como o PMDB, PP (PPB), PFL (DEM), PR e PTB são usualmente classificados como pertencentes à direita do espectro ideológico (Figueiredo e Limongi, 1999 e Leoni (2002), por exemplo). Nos mapas 2b e 2c estes partidos aparecem muito próximos aos partidos tradicionalmente classificados à esquerda do espectro ideológico como o PT, PCdoB, PSB e PDT. Assim, no caso brasileiro, as análises destes dois mapas sugerem a influência da dicotomia entre governo e oposição na estruturação dos votos dos legisladores brasileiros em temas de política externa³⁹, enquanto a ideologia não parece possuir um efeito relevante.

O mapa 2d, produzido por meio do *Optimal Classification* (OC), parece demonstrar uma maior unidade entre o posicionamento dos principais partidos políticos brasileiros nas votações de política externa. É interessante notar que as médias dos partidos políticos encontram-se bem ao centro do mapa 2d, indicando convergência em ambas as dimensões. Ressaltamos novamente que utilizamos o mesmo critério de corte de votações e

³⁹ Ferrari (2011), ao analisar a tramitação dos tratados internacionais na Câmara dos deputados do Brasil entre 1999 e 2006, conclui a relevância da variável governo x oposição na apreciação dos tratados internacionais, corroborando os resultados aqui interpretados para o caso brasileiro.

legisladores em todos os mapas espaciais produzidos para a política externa. Portanto, a diferença exposta no mapa 2d aponta que o método de estimação OC revela uma situação mais homogeneizada dos pontos ideais dos deputados brasileiros quando comparada aos mapas 2b e 2c, respectivamente forjados por meio do NOMINATE e IDEAL. Estes últimos corroboram com a interpretação da primeira dimensão ser pautada na dicotomia governo-oposição.

Percebemos uma semelhança importante entre os mapas forjados para a política doméstica e política externa: a relevância da dicotomia entre governo e oposição. Enquanto a primeira dimensão da arena doméstica traduz a proeminência da dicotomia entre as coalizões de governo e oposição, na segunda dimensão é que se manifesta disposição ideológica dos partidos. Já na política externa, a primeira dimensão exibiu a dicotomia mencionada, enquanto a segunda dimensão é de difícil interpretação e contribui pouco para a classificação correta dos votos. Nesse sentido, apesar dos níveis de polarização entre os partidos políticos brasileiros nas arenas doméstica e internacional serem distintos, observamos a coincidência da variável pertencimento ou não à coalizão do governo, indicando um grau de semelhança entre o comportamento legislativo em ambas as arenas considerável.

Chile

Fonte: Mapa elaborado pelo autor

Chile, 1998-2000

Fonte: Hix and Noury (2011)

Ambos os mapas espaciais dos pontos ideais foram estimados por meio de votações nominais dos deputados chilenos, sendo o mapa 3b referente aos votos em política externa e o mapa abaixo dele referente às votações de políticas públicas em geral entre os anos de 1998 e 2000. O primeiro fator observado é a forte similaridade entre ambas as distribuições. Condizentes com os resultados apresentados pela literatura especializada (Londregan, 2000; Alemán and Saeigh, 2005; Maureira, 2007 e Alemán, 2008), notamos que a primeira dimensão no Chile pode corresponder tanto à dicotomia governo x oposição quanto à distribuição dos partidos políticos no espectro ideológico esquerda - direita. O mapa transparece uma situação bastante estável do comportamento legislativo chileno (Feliú, 2008): no espectro esquerdo da primeira dimensão (-1 a 0) encontram-se os partidos da coalizão de governo *Concertación* enquanto a metade à direita (0 a 1) é ocupada pelos partidos da coalizão de oposição *Alianza por Chile*, ambas apresentando níveis elevados de unidade intra-coalizão.

Assim como a primeira dimensão pode refletir a dicotomia entre governo e oposição, ela também pode exprimir a disposição dos partidos políticos no espectro ideológico esquerda-direita, dispondo os partidos da esquerda para a direita na seguinte ordem PS, PPD, DC, RN e UDI. É interessante notar também o comportamento dos deputados independentes, sem filiação partidária, representados no mapa 3b por quadrados verdes. Esses deputados ocupam ambos os extremos do espectro, espalhando-se pela primeira dimensão sem um padrão definido. Este fator corrobora com a percepção de uma significativa influência partidária no voto do deputado chileno em ambos os âmbitos.

Do ponto de vista do nível de polarização entre os partidos políticos chilenos na política externa, diferentemente da polarização moderada encontrada nos casos argentino e

brasileiro, há uma elevada polarização entre os partidos pertencentes às duas coalizões políticas principais. Os mapas 3 e 3b transparecem uma situação de bipolarização acentuada, constatando uma quase ausência de pontos ideais no centro da primeira dimensão. Esta situação é uniforme em ambos os mapas exibidos acima. Infere-se assim que a lógica que estrutura os pontos ideais dos deputados chilenos em matéria de política externa nada tem de específico daquela que estrutura os temas de política doméstica. Ou formulando-se de outro modo, existe uma única dimensão que estrutura de forma coerente e linear os votos dos legisladores chilenos na passagem da arena doméstica para a internacional, ou vice-versa.

Fonte: Mapa elaborado pelo autor

Fonte: Cantú and Desposato (2010), dados disponíveis em: http://polisci2.ucsd.edu/sdesposato/Scott_Desposato_-_UCSD/MexicanRollCall.html.

No caso mexicano, comparamos os mapas dos pontos ideais forjados com votações de política externa para o Senado Federal e votações de política doméstica para a Câmara dos Deputados, ambos referentes à 60^a Legislatura e estimados por meio do NOMINATE. A comparação entre casas legislativas não é o ideal para o propósito de averiguação do conteúdo substantivo das dimensões, isso porque distinções referentes ao processo eleitoral e atribuições constitucionais podem interferir na análise sem o devido controle. Entretanto, o fato de ser a mesma legislatura mantém outros aspectos conjunturais constantes, principalmente o presidente da República.

Notamos uma significativa similaridade na distribuição dos pontos ideais dos mapas apresentados acima, tendo em ambos os casos uma primeira dimensão possivelmente associada à dicotomia governo x oposição. Tanto no mapa 4b quanto no mapa para a política doméstica o PAN, partido do presidente, concentra-se na direita da primeira dimensão. O PRI ocupa o centro da primeira dimensão em ambos os mapas, assim como o PRD e o PT dispõem-se na esquerda da mesma. Conforme classificação ideológica construída por meio de *survey* (PELA), o PAN e o PVEM são os partidos mais a direita no espectro ideológico, o PRI localiza-se no centro e o PRD e PT figuram como partidos de esquerda. Assim, também notamos no caso mexicano que a primeira dimensão pode exprimir tanto a disposição ideológica dos partidos, quanto a dicotomia entre governo e oposição.

Como ressalta Vela (2008), o PRI durante o mandato ainda vigente do presidente Calderón (2006-2012) oscilou entre o apoio e a oposição às propostas legislativas do governo, enquanto o PRD atua mais claramente como oposição a distintas medidas legislativas do Poder Executivo. Nesse sentido a posição centrista do PRI e extremada do

PRD corrobora a dupla interpretação citada, demonstrando uma possível correlação entre ambos os fatores: disposição ideológica dos partidos e pertencimento ou não à coalizão de governo.

O nível de polarização entre os partidos políticos do México é elevado em ambos os mapas, mas ao contrário do caso chileno, o centro da primeira dimensão é ocupado por um grande partido político nas arenas doméstica e internacional: o PRI. Assim, as distâncias entre o partido do governo (PAN) e os partidos da oposição (PRD e PT) são significativas, indicando uma polarização acentuada ainda que “intermediada” por um grande partido centrista. A similaridade entre os dois mapas expostos indica a uniformidade entre os fatores que estruturam os votos dos legisladores mexicanos nos âmbitos externo e doméstico. Assim, também para o caso mexicano não constatamos distribuições distintas nem níveis menores de polarização partidária nas votações de política externa, confirmando a percepção da política externa não apresentar especificidade em relação às políticas públicas em geral no que diz respeito o comportamento legislativo na América Latina.

Fonte: Mapa elaborado pelo autor

Fonte: Mapa elaborado pelo autor

No caso paraguaio adotamos uma estratégia um pouco distinta. Recolhemos as votações nominais referentes à política doméstica (sem votação de política externa) do ano de 2003 que obtiveram um nível de polarização de 10%, totalizando 75 votações. A partir destas votações construímos, por meio do NOMINATE, o mapa espacial dos pontos ideais dos deputados paraguaios no âmbito doméstico. A comparação é feita com os mesmos pontos ideais estimados no mapa 5, diferenciando-se a forma de representar os partidos políticos no mapa 5b. Em ambos os mapas representamos o Partido Colorado (ou ANR) com a letra C, o partido Liberal com a letra L, o *Movimiento Pátria Querida* com a letra P e o UNACE com a letra U.

Em primeiro lugar, notamos uma nítida semelhança entre as distribuições dos pontos ideais dos deputados paraguaios nas arenas doméstica e externa. Ambos os mapas demonstram uma situação polarizada, onde a grande maioria dos legisladores pertencentes ao partido Colorado (C) situam-se na direita da primeira dimensão, enquanto os deputados do partido liberal (L) e MPQ (P) no lado oposto. É curioso notar que o UNACE (U), conformado por dissidências do partido colorado que apoiavam o general Oviedo, distribui-se por boa parte da primeira dimensão de ambos os mapas, tendo mais deputados próximos do partido do governo (C) no caso da política externa e da oposição (L) no caso da política doméstica.

Uma diferença importante entre os mapas referentes à política externa e doméstica é a distribuição do partido do presidente Nicanor Duarte, o ANR (partido Colorado). Enquanto no mapa 5b as letras C aparecem relativamente juntas, no mapa referente à política doméstica observamos uma dispersão maior na segunda dimensão, que pode representar a divisão causada pelas facções do partido Colorado, possível fator explicativo da menor

unidade partidária constatada nos partidos paraguaios. Ainda assim, percebemos que a primeira dimensão, a mais relevante, ilustra novamente tanto a dicotomia entre o partido do governo e aqueles que se opõem a ele e a disposição ideológica dos partidos paraguaios em ambas as arenas. As respostas dos legisladores paraguaios acerca do seu próprio posicionamento em uma escala ideológica direita-esquerda, mensurada para a legislatura 2003-2008 (PELA), indicam o PRLA (partido Liberal) em uma posição centro-esquerda no espectro e o ANR mais à direita do mesmo. Frente a esta informação, a interpretação da primeira dimensão em ambos os mapas apresentados como sendo o espectro ideológico é bastante plausível também.

Semelhante ao caso chileno, no Paraguai identificamos um grau muito acentuado de polarização entre os partidos políticos tanto na política externa quanto na política doméstica. Se no caso chileno o centro da primeira dimensão é despovoado, no caso paraguaio encontramos alguns poucos legisladores. Ainda assim, é clara a situação bipolar da distribuição dos pontos ideais dos deputados paraguaios, opondo os dois maiores partidos políticos do país. Como nos casos analisados até então, no Paraguai também encontramos uma similaridade relevante entre os pontos ideais nas arenas doméstica e externa, podendo sugerir a uniformidade nos fatores estruturadores dos votos dos legisladores nas políticas doméstica e internacional.

Peru

Fonte: Hix and Noury (2011)

A comparação entre os mapas das políticas doméstica e externa no caso peruano possui uma especificidade prejudicial: a série temporal não é a mesma. Inclusive, no caso específico do Peru, essa diferença é crucial. Nos anos considerados para a construção do mapa espacial peruano para a política doméstica, produzido por Hix and Noury (2011), o então presidente da república era Alberto Fujimori (1990-2000). Durante o período destacado, uma série crise política ocorre no Peru quando vídeos vazados na imprensa mostram o general Montesinos, assessor-chefe do serviço de inteligência de Fujimori, comprando apoio de parlamentares da oposição. A posterior renúncia do então presidente Fujimori conduziu o processo político peruano a novas eleições, consagrando em meados de 2001 a eleição de Alejandro Toledo (2001-2006) como Presidente da República. As votações em temas de política externa foram recolhidas em dois mandatos presidenciais distintos, os governos Alejandro Toledo e Alan Garcia (2006-2011), revelando um momento completamente distinto do representado pelo mapa de Hix and Noury (2011). A diferença central talvez resida no desaparecimento dos partidos chamados fujimoristas nas eleições de 2001, especialmente o Cambio-90 (partido do ex-presidente Fujimori) e o surgimento de novas forças políticas, dentre elas o partido do presidente Toledo *Peru Posible* (PP) (Carey, 2003b).

No mapa que representa as votações de política doméstica do Peru de 1999 a 2000, Hix and Noury (2011) argumentam que a primeira dimensão representa o conflito entre os partidos que apoiam o governo de Fujimori e aqueles da oposição. A segunda dimensão, menos relevante, ilustraria a disposição dos partidos políticos peruanos no espectro ideológico esquerda-direita, tendo o UPP e o APRA mais a esquerda do espectro, enquanto a coalizão do governo Fujimori, *Nueva Mayoría* (NM), mais à direita do espectro. Já o

mapa 6b, referente à política externa, apresenta uma distribuição bastante distinta. Os dois partidos dos dois presidentes do período, o PP de Alejandro Toledo e o APRA de Alan Garcia, ocupam o centro da primeira dimensão. O UPP, por sua vez, situa-se na esquerda da primeira dimensão, demonstrando oposição aos governos. Os demais partidos concentram-se no centro da primeira dimensão, próximos ao partido do governo.

A primeira dimensão, no caso da política externa peruana, não parece ser constituída pela dicotomia governo-oposição. Isso porque o APRA e o PP, partidos que se alternaram entre governo e oposição nos dois últimos mandatos presidenciais, ocupam o mesmo espaço na primeira dimensão, apresentando posicionamentos convergentes nas votações de política externa. Na disposição ideológica forjada via *survey* para a legislatura 2001-2006 (PELA), o UPP ocupa a posição mais a esquerda do espectro, o APRA ocupa uma posição de centro-esquerda e o PP e o FIM a direita do espectro. Como podemos observar no mapa 5b, a disposição dos partidos políticos peruanos no espectro ideológico não coincide com a disposição dos mesmos na primeira dimensão, uma vez que tanto PP quanto APRA ocupam o centro da primeira dimensão. Ainda assim, a única coincidência seria a localização do UPP na esquerda do espectro ideológico na primeira dimensão. Frente aos dados expostos não é possível afirmar que a primeira dimensão no mapa dos pontos ideais dos legisladores peruanos em temas de política externa corresponda à distribuição dos partidos peruanos no contínuo direita-esquerda. A primeira dimensão parece revelar um caráter consensual das votações em política externa do Peru, com a exceção do UPP, posicionado à esquerda da primeira dimensão. Assim, diferentemente dos casos chileno, mexicano e paraguaio, no Peru há uma situação de baixa polarização entre os partidos políticos no que tange as decisões em plenário de temas de política externa.

De maneira geral, a comparação realizada acima nos seis países demonstra dois resultados predominantes nos casos analisados: baixa diferenciação do comportamento legislativo em temas domésticos e internacionais e a coincidência da disposição ideológica dos partidos políticos e a dicotomia entre governo e oposição enquanto possíveis fatores explicativos dos votos dos legisladores da região em ambas as temáticas. Neste sentido, os casos paraguaio e mexicano se assemelham muito ao chileno, isto é, relativa uniformidade na distribuição dos pontos ideais nos âmbitos doméstico e externo. No caso argentino também é possível identificar esta uniformidade, ainda que a comparação tenha sido efetuada com um mapa espacial estima por *survey* para a política doméstica. No caso peruano fica mais difícil extrair conclusão semelhante, uma vez que os mapas expostos correspondem a momentos muito distintos da política peruana. No caso brasileiro, mantêm-se constantes a influência da dicotomia entre governo e oposição no voto do deputado nos âmbitos externo e doméstico, a despeito do último ser explicado pela disposição ideológica dos partidos políticos e o primeiro não.

Um comportamento pautado por algo semelhante ao *bipartisanship* norte-americano parece não ter assento nos casos selecionados, lembrando apenas a especificidade do caso peruano. As distâncias dos pontos ideais médios dos partidos indicam polarização e/ou semelhança com as distâncias no âmbito doméstico, rejeitando a possibilidade de uma unidade interpartidária advinda de uma alegada especificidade da política externa. Embora a comparação dos mapas acima permita alguma inferência sobre o significado substantivo das dimensões reveladas para os votos em política externa dos seis países, complementaremos a interpretação de uma maneira mais sistemática por meio da análise de regressão. Estimaremos o seguinte modelo básico:

$$Y_{ij} = \beta_0 + \beta_1 DE_{ij} + \beta_2 GO_{ij} + \varepsilon_{ij}$$

onde a variável dependente Y_{ij} é o posicionamento médio dos legisladores de um partido i na legislatura j em uma dada dimensão. As duas variáveis explicativas são a localização no espectro esquerda-direita estimada por meio de *survey* do PELA (DE_{ij}) e o pertencimento ou não do legislador na coalizão ou partido do governo (GO_{ij}). Seria mais proveitoso utilizar como variável dependente cada legislador individualmente, e não agregado por partido. Entretanto, os dados do *survey* (PELA) nos informam apenas as médias partidárias. No caso da variável governo, classificamos os partidos políticos de maneira dicotômica, “1” caso o partido componha o governo e “0” caso não. A tabela 20 abaixo resume os principais resultados do modelo que estimamos⁴⁰.

Tabela 20. Interpretação das Dimensões referentes à Política Externa.

	Primeira Dimensão	Segunda Dimensão
Esquerda-Direita	.147*** (.036)	-.034 (.027)
Governo-Oposição	.264* (.145)	.056 (.111)
Número de Observações	33	33
R²	0.417	0.054

Fonte: Elaborada pelo autor

*** Significativo a 0,001

* Significativo a 0,10

Os resultados da tabela 20 indicam os coeficientes e seu respectivo erro padrão em parênteses. A primeira dimensão pode ser interpretada tanto como o posicionamento dos partidos políticos no espectro ideológico esquerda-direita quanto a dicotomia governo-oposição. Ambos os conteúdos substantivos estão presentes na primeira dimensão estimada, ainda que o espectro ideológico demonstre maior relevância, como podem indicar

⁴⁰ É importante salientar que os ajustes do modelo apresentaram adequação, constatando a inexistência de multicolinearidade (VIF = 1.1), a ausência de heterocedasticidade, a validação do pressuposto da normalidade da distribuição dos resíduos, a validação da variância constante dos resíduos, assim como a sua não correlação.

os coeficientes e seus respectivos erros padrões, assim como o grau de significância estatística. É interessante notar que no caso da segunda dimensão, o modelo não possui capacidade explicativa, revelando a existência de outros fatores influentes na estruturação da segunda dimensão. Como a segunda dimensão em boa parte dos seis países acrescenta uma capacidade explicativa menor, a dificuldade de interpretar seu conteúdo possui um impacto menos significativo no entendimento dos fatores estruturadores dos votos dos legisladores. Entretanto, no que tange ao conteúdo da primeira dimensão, podemos inferir, com alguma segurança, a relevância da ideologia partidária e da dicotomia entre governo e oposição enquanto fatores estruturadores dos votos dos legisladores dos seis países em temas de política externa.

Evidentemente, como deixou clara a análise dos casos exposta acima, há algumas variações importantes nos achados expostos pelo modelo. Isso fica evidente pela estimativa do R^2 . Embora haja controvérsias a respeito da validade do R^2 na interpretação dos resultados, o mesmo indica a porcentagem de variação na variável dependente “explicada” pela variação na variável independente. O R^2 do modelo estimado para a primeira dimensão é apenas moderado (0.417), indicando “uma capacidade explicativa” moderada do modelo. A comparação dos mapas nos âmbitos doméstico e externo parece, portanto, sugerir que os partidos peruanos e brasileiros configuram-se como exceções, ou seja, as votações em torno dos temas de política externa não refletem a disposição ideológica dos partidos políticos no contínuo esquerda-direita.

Podemos resumir os principais achados desta seção em quatro. Primeiro, constatamos a baixa dimensionalidade da política externa nos casos analisados. Segundo, a interpretação da primeira dimensão como a disposição ideológica dos partidos políticos da região e a

dicotomia entre governo e oposição, ainda que haja algumas exceções. Terceiro, a similaridade das dispersões dos pontos ideais nas políticas doméstica e externa em boa parte dos países analisados. Quarto, ambos os fatores citados acima parecem sugerir homogeneidade nos fatores estruturantes dos votos dos legisladores, corroborando a percepção de baixa diferenciação no comportamento legislativo em função do tema ser doméstico ou internacional.

Os nossos achados indicam a não observação de fenômeno similar ao *bipartisanship* nas votações nominais dos países latino-americanos analisados e, conseqüentemente, a não verificação de uma possível unidade interpartidária nas decisões em política externa no que tange o posicionamento nas votações nominais. A especificidade da política externa em relação às demais políticas públicas, como os dados indicam, não a exclui de uma politização partidária em plenário, incidindo nos votos dos legisladores fatores explicativos homogêneos à política doméstica, especificamente a ideologia e o pertencimento ou não à coalizão de governo. Neste aspecto, Lima (2000) argumenta uma crescente politização da política externa na América Latina advinda do aumento do componente distributivo da mesma, fruto do processo de liberalização econômica vivido em boa parte da região a partir do final dos anos 80 e início dos anos 90. A seguir retomaremos a análise do nível de polarização entre os partidos políticos latino-americanos na política externa a fim de determinar com mais precisão o grau de politização do comportamento legislativo na matéria em questão.

4.3 Polarização Partidária na Política Externa

A tradição teórica clássica de relações internacionais não apenas pressupõe uma especificidade da política externa que elimina qualquer importância causal da política doméstica, como argumenta a necessidade de um processo decisório distinto no âmbito internacional, isolando a política externa da esfera política e circunscrevendo-a no âmbito da esfera tecnoburocrática (Lima, 2000: 296). No que diz respeito ao comportamento legislativo mais especificamente, Bjereld e Demker (2000) argumentam que a unidade partidária em assuntos de política externa pode ser vista como uma estratégia de segurança nacional particularmente importante em tempos de crise internacional e incertezas no sistema internacional. A presença de unidade entre os partidos políticos aumenta a credibilidade da política externa de um país na medida em que o mesmo não fica dependente de coalizões majoritárias temporárias no congresso nacional. Adicionalmente, a unidade partidária torna mais difícil um potencial oponente no âmbito externo explorar as divisões partidárias no âmbito doméstico em negociações internacionais, situações de crise ou conflito (Bjereld and Demker, 2000: 18).

Embora o nosso objeto de estudo não seja a relação entre executivo e legislativo na formulação da política exterior, os dados referentes ao nível de polarização entre os partidos políticos no plenário, obtidos por meio da estimação dos pontos ideais, pode ofertar importante subsídio empírico para algumas observações a esse respeito. A seguir exibimos doze gráficos revelando a distribuição das densidades de Kernell dos pontos ideais dos legisladores latino-americanos estimados via NOMINATE para a primeira dimensão por coalizão de governo e ideologia do partido político. Utilizamos ambas as variáveis na identificação das distribuições por conta da relevância explicativa das mesmas

na estruturação dos votos dos legisladores, como evidenciado na seção anterior. Vale lembrar que novamente nos pautamos pelos dados do *survey* PELA para determinar a classificação ideológica dos partidos políticos (direita ou esquerda).

Os gráficos abaixo nos permitem explorar a análise iniciada na seção anterior acerca do nível de polarização partidária na política externa identificando as variáveis ideologia e pertencimento ou não do partido à coalizão governista. Enquanto na seção anterior privilegiamos a comparação, caso a caso, dos níveis de polarização partidária nos temas domésticos e internacionais, na presente seção, além de utilizar um método de visualização distinto, centraremos a análise na comparação entre os casos para os votos de política externa. Assim, poderemos obter uma descrição mais detalhada dos níveis de conflito interpartidário nas votações nominais de política externa nos seis países analisados.

Gráfico 13. Polarização Argentina por Coalizão

Gráfico 14. Polarização Argentina por Ideologia

Gráfico 15. Polarização Brasil por coalizão

Gráfico 16. Polarização Brasil por Ideologia

De uma forma geral, considerando ambas as variáveis destacadas nos gráficos acima (ideologia e coalizão), percebemos um grau de polarização bastante significativo no posicionamento dos partidos políticos nas votações de política externa, com exceção do caso peruano. Quando comparamos apenas os gráficos que destacam a variável coalizão nas distribuições dos pontos ideais na primeira dimensão percebemos nos casos chileno e paraguaio um distanciamento bipolar entre a coalizão de governo e oposição, indicando elevada politização das decisões congressuais nos assuntos externos dos países. Nos casos argentino e brasileiro, embora transpareça a mesma dicotomia, as distribuições dos pontos são um pouco mais próximas, possuindo uma área de intersecção um pouco maior, indicando polarização um pouco mais moderada quando comparada aos casos chileno e paraguaio.

No caso do México e Peru, diferentemente dos outros quatro países, não identificamos nas distribuições dos pontos ideais apenas o pertencimento ou não à coalizão de governo. No México, como explicitado anteriormente, um partido de grande representatividade no Senado Federal, o PRI, não participa oficialmente nem da coalizão de governo, nem na de oposição, declarando postura independente. Ainda assim, percebemos claramente uma polarização entre os partidos da base do governo e aqueles na oposição, tendo o PRI como mediador. No Peru, identificamos no gráfico 23 os três principais partidos políticos. Como mencionado anteriormente, isso deve ao fato de nossa amostra de votações nominais pertencer a duas legislaturas, ocorrendo alternância nos partidos que conformam a coalizão de governo e oposição. Ao contrário dos outros cinco países, não constatamos os mesmos níveis de polarização partidária, indicando uma situação muito mais unificada na tomada de decisões dos assuntos externos entre os partidos da oposição e

do governo, como explicitado pela proximidade das distribuições dos três principais partidos.

Nos gráficos onde a ideologia dos partidos políticos é destacada percebemos igualmente um significativo grau de polarização partidária, reforçando a interpretação do conteúdo substantivo da primeira dimensão delineado na seção anterior. Nos casos argentino, mexicano e paraguaio a polarização ideológica também é bastante evidente ainda que, ao contrário do caso chileno, haja intersecções entre as distribuições dos pontos ideais. Neste último caso, a polarização ideológica é a mais extremada, reforçando a bipolaridade do comportamento legislativo no plenário chileno. Na Argentina, a polarização parece ser maior quando consideramos a ideologia dos partidos e não o pertencimento a coalizão de governo. Isso porque o UCR, embora seja um partido opositor ao governo do PJ, é classificado como pertencente a centro-direita do espectro ideológico, oscilando entre o apoio e oposição ao governo, enquanto os partidos situados na esquerda, o ARI e o PS, exibem uma oposição mais sistemática ao governo, tornando a polarização ideológica mais acentuada nos votos de política externa da Câmara dos Deputados da Argentina.

Ainda em relação à polarização ideológica, Brasil e Peru apresentam distribuições bem menos polarizadas, indicando convergência entre partidos políticos classificados como esquerda ou direita. No caso brasileiro o gráfico 16 reforça a interpretação do conteúdo substantivo da primeira dimensão ser constituído pela dicotomia governo-oposição. Em ambos os casos as decisões dos legisladores em temas de política externa não sofre influência da ideologia do partido político, minimizando a importância da ideologia partidária no nível de polarização em temas de política externa.

Desde um ponto de vista substantivo, o significado da relevância das variáveis ideologia partidária e coalizão na estruturação do voto do legislador latino-americano em temas de política externa possuem características distintas. No caso da dicotomia entre governo e oposição, como argumenta Godbout (2008), os partidos oposicionistas tendem a votar contrariamente ao partido ou partidos do governo, independentemente da proposta governista ser preferível ao *status quo*. Os legisladores da oposição votam contra o governo para marcar a sua posição relativa ao partido do governo e não por um possível descontentamento com determinada proposta legislativa. Ainda assim, quando a variável coalizão está associada a variável ideologia partidária ou esta última figura enquanto variável explicativa fundamental, o conteúdo substantivo da matéria passa a balizar a decisão legislativa.

A ideologia partidária, expressa pelo ordenamento no espectro político da esquerda para a direita, pode ser caracterizada como um conjunto de proposições internamente consistentes que realizam demandas prescritivas a respeito do comportamento humano. Assim, a ideologia possui implicações sobre aquilo que é eticamente bom ou ruim, o tipo de distribuição de recursos na sociedade e a forma e distribuição do exercício do poder político (Londregan, 2000). Frente a esta concepção, podemos imaginar que a ideologia do partido político reflita um conjunto minimamente consistente de votos cuja variabilidade esteja condicionada ao conteúdo substantivo da proposta legislativa, sendo possível traduzir o significado do posicionamento do partido na esquerda ou direita do espectro político em função do tema abordado. O exame preciso da tradução do posicionamento ideológico dos partidos em posturas e decisões na condução da política externa demanda uma quantidade de votações bastante expressiva, além de uma série temporal longa o suficiente para captar

alguns padrões de comportamento estáveis ao longo do tempo⁴¹. A amostra deste estudo não apresenta estas características, dificultando a identificação de algum padrão de comportamento entre os partidos de esquerda e direita na América Latina.

Feita a descrição dos níveis de polarização partidária na política externa a partir das principais variáveis explicativas do voto dos legisladores, apresentaremos abaixo os níveis de polarização partidária agregados por país da amostra. Para tanto, propomos abaixo uma tipologia descritiva reunindo dois atributos centrais para a condução da política externa dos países no que diz respeito ao comportamento legislativo: o tamanho da coalizão ou base de apoio do governo na casa legislativa e o nível de polarização entre os pontos ideais dos legisladores na primeira e mais relevante dimensão. Na tipologia abaixo (figura 3), o eixo vertical representa o tamanho da base de apoio do governo nas legislaturas dos seis países, medida pela porcentagem de cadeiras dos partidos que formalmente declaram apoio ao governo. Vale notar que para os casos peruano e argentino, a presença de muitos partidos pequenos dificulta a precisão da medida. Nos casos em que há mais de uma legislatura, efetua-se a média. No eixo horizontal encontramos o nível de polarização entre os partidos políticos de cada país da amostra. Para tanto, extraímos a média de todas as distâncias entre os principais partidos da legislatura, onde as distâncias são estabelecidas pelo módulo da diferença entre o ponto ideal médio de cada país na primeira dimensão estimada via NOMINATE.

⁴¹ A análise de Poole e Rosenthal (1997) acerca do caso norte-americano faz excelente descrição do significado político do posicionamento dos legisladores no espectro ideológico utilizando votações de 1789 ao final do século XX.

Figura 3. Tipologia Tamanho do Governo x Polarização Partidária na Política Externa

Ambos os eixos da tipologia representam, portanto, o nível de polarização partidária e a capacidade de aprovação das propostas emanadas do presidente em temas de política externa. Como salientamos anteriormente, não pretendemos aqui fazer uma análise das relações entre os poderes Executivo e Legislativo na formulação da política externa, o que demandaria incluir outras capacidades do presidente na política externa, além de utilizar outros dados além das votações nominais. O intuito é classificar os países da amostra no que tange o grau de consenso legislativo acerca das decisões em temas de política externa

face ao apoio formal dos partidos políticos às propostas enviadas pelo presidente ao congresso⁴².

No eixo que representa o nível de polarização, notamos que a legislatura cujos pontos ideais médios dos partidos apresentam maior polarização é a paraguaia, seguida por México, Chile, Peru, Argentina e Brasil. No caso chileno, especificamente, embora os gráficos 17 e 18 demonstrem uma acentuada polarização, muito similar à paraguaia, os partidos pertencentes à mesma coalizão possuem pontos ideais médios muito próximos, mitigando o nível de polarização geral da legislatura. No Brasil, por exemplo, pelo fato das votações serem estruturadas fundamentalmente pela dicotomia entre governo e oposição e a base governista ser a maior da amostra, o nível de polarização é o menor da figura 3, já que os numerosos partidos da base aliada ao governo possuem pontos ideais médios próximos.

Os quatro quadrantes da tipologia expressam o grau de unidade nas decisões legislativas referentes à política externa. O quadrante superior esquerdo, onde se encontram Brasil (BRA), Argentina (ARG) e Chile (CHI), revela uma situação majoritária de baixo risco de rejeição da política externa do poder executivo. Além dos níveis de polarização entre os partidos serem os menores, a coalizão do governo goza de maioria, garantindo a aprovação da política externa. No caso chileno, a homogeneidade da coalizão de governo *Concertación*, somada à detenção da maioria das cadeiras na Câmara dos deputados, revela um grau de unidade suficiente para a aprovação das medidas presidenciais, ainda que seja o menor nível do quadrante dado a forte polarização entre as coalizões rivais.

⁴² Vale lembrar que do ponto de vista da distribuição de competências entre os poderes Legislativo e Executivo na política externa, em geral, a principal prerrogativa atribuída aos Congressos Latino-Americanos é a aprovação ou rejeição dos acordos e tratados internacionais previamente negociados pelo Executivo. Nesse sentido, a ratificação destes acordos e tratados é um aspecto central para a condução da política externa dos países, tendo no nível de polarização partidária e tamanho da base governista no congresso elementos centrais do processo decisório em política externa.

Nos quadrantes superior direito e inferior esquerdo encontramos situações intermediárias. No caso mexicano, o PAN, junto ao PVEM, detém maioria das cadeiras no senado mexicano. Entretanto, o nível de polarização partidária na política externa é bastante alto. Isso sugere, mantendo constante o nível de polarização entre os partidos, que a possibilidade de ocorrência de um governo dividido no México causaria grande prejuízo na capacidade do presidente obter apoio legislativo em torno de temas de política externa. No caso peruano, em contrapartida, o partido do governo em ambas as legislaturas não detinha maioria formal em torno de uma coalizão de governo no Legislativo. Ainda assim, a baixa polarização demonstrada pelos partidos políticos peruanos em temas de política externa demonstra um grau de unidade interpartidária significativo, menos vulnerável à possibilidade de um governo dividido uma vez que se espera um grau mínimo de consenso nas votações de política externa.

No quadrante inferior esquerdo, representado por uma elevada polarização entre os partidos políticos e ausência de maioria do governo na casa legislativa encontra-se o Paraguai. Este quadrante revela a situação onde as propostas do presidente possuem um risco maior de não serem aprovadas, combinando duas variáveis que podem fragilizar a credibilidade do país no âmbito externo, assim como dificultar a implementação de determinada política externa. Um episódio interessante neste aspecto é a aprovação da entrada da Venezuela no MERCOSUL. A votação no Senado e Câmara dos Deputados do Brasil foi altamente polarizada pela dicotomia entre o governo e a oposição (Feliú e Amorim, 2011), entretanto o então presidente Lula, junto a sua majoritária base de apoio no Congresso foi capaz de aprovar a matéria dentro de um prazo razoável em relação ao protocolo de adesão da Venezuela. No caso do Paraguai, até o presente momento, a

aprovação da entrada da Venezuela no MERCOSUL não foi votada no Congresso, além da matéria ter sido retirada da pauta duas vezes pelo Poder Executivo por conta do temor de reprovação da mesma. Embora esta legislatura paraguaia não esteja contemplada na presente tese, é interessante notar como o presidente paraguaio, Fernando Lugo (2008-2012), apresentou dificuldades para ratificar o acordo.

4.4 Determinantes do voto do legislador latino-americano na política comercial

O principal intuito desta seção é incluir, em um modelo explicativo dos votos dos legisladores latino-americanos em temas de política externa, variáveis condizentes ao distrito eleitoral do legislador, comparando a capacidade explicativa dos mesmos com as variáveis destacadas na seção anterior: ideologia e coalizão. A relação entre condições socioeconômicas do distrito eleitoral do legislador e o seu voto na política comercial é mais clara quando comparada aos demais temas de política externa. Enquanto votações referentes ao tema comercial possuem um impacto direto no emprego e renda dos distritos eleitorais, por exemplo, as votações de temas como defesa nacional e segurança internacional não possuem um impacto tão nítido e direto. Dada a dificuldade em coletar dados desagregados para os distritos eleitorais que possam teoricamente satisfazer a construção de um modelo explicativo da política externa como um todo, estruturamos modelos logísticos apenas para as votações condizentes à política comercial. Uma observação interessante, ainda que não intencional, é o fato de todas as votações de política comercial acrescentadas nesta análise, para todos os países, são medidas enviadas ao Congresso pelo Poder Executivo. Assim, votar “sim” nas votações nominais significa apoiar a política comercial do presidente.

Conforme revisão da literatura exposta na seção anterior, desenvolvemos um modelo com quatro potenciais variáveis explicativas centrais acerca dos determinantes do voto do legislador em temas de política comercial, compreendendo a análise desde uma perspectiva individual do voto dos legisladores.

Variável 1: A ideologia do partido político do legislador.

Variável 2: O pertencimento ou não do legislador à coalizão de governo.

As variáveis 1 e 2 são fundamentadas na percepção de ambas conformarem a baixa dimensionalidade dos votos nominais em temas de política externa dos legisladores de países latino-americanos. Assim, incluímos nos modelos ambas as variáveis de maneira dicotômica, codificando “0” quando o legislador pertencer à coalizão de governo e “1” quando não. No caso da ideologia do legislador, para evitar a violação de um pressuposto metodológico importante, a independência entre a variável resposta e a variável explicativa, classificamos a ideologia do partido do legislador conforme classificação do PELA via *survey*, utilizando uma fonte distinta da votação nominal (nossa variável resposta). Assim, levando em conta que o espectro ideológico estimado via *survey* varia de 0 (esquerda) a 10 (direita), valores entre 0 e 4,9 foram classificados com esquerda (“0”) e entre 5 e 10 direita (“1”).

Variável 3: As taxas de desemprego dos distritos eleitorais do legislador.

Dentre as condições macroeconômicas mais influentes na política comercial (*trade policy*), o desemprego é crucial. Nas palavras de Henisz e Mansfield (2006: 191), “perhaps the most crucial factor – and the one that most likely to influence policy choice toward protection – is the extent and duration of existing unemployment”. A lógica envolvida na relação entre desemprego e influência na política comercial é a seguinte: é esperado que

altas taxas de desemprego produzam demandas por protecionismo na medida em que se torna mais difícil para os trabalhadores se ajustarem frente ao aumento das importações. Aqueles trabalhadores que perderam emprego por conta do aumento da competição dos produtos importados terão grande dificuldade de conseguir outro emprego e/ou manter o mesmo nível salarial. Estes trabalhadores, somados àqueles cujo medo de perder o emprego é grande, têm fortes razões para pressionar governo e Legislativo por proteção (Henisz e Mansfield, 2006). Segundo Olson (1982), altos índices de desemprego estimulam trabalhadores, investidores e outros grupos de interesse afetados adversamente pela abertura comercial a superarem o problema da ação coletiva e se mobilizarem para exigir políticas que reduzam a abertura comercial. Por tal motivo, para medir a influência das condições socioeconômicas do distrito eleitoral do legislador, recorreremos às taxas de desemprego dos respectivos distritos no ano de apreciação da votação em política comercial.

Variável 4: O nível de participação das exportações na conformação do PIB do distrito eleitoral do legislador.

A última variável incluída no modelo de regressão logística é a relação entre o volume das exportações dos distritos eleitorais e seus respectivos PIBs. Esta variável, denominada “internacional” no modelo, visa medir os diferentes impactos econômicos causados pelo setor externo do país nos distritos eleitorais do mesmo. Em geral, os grupos econômicos exportadores são favoráveis aos acordos de livre-comércio, regulamentações que abram mercados e programas de estímulo à exportação, buscando a maior participação do país no comércio mundial. Assim, espera-se que legisladores provenientes de distritos em que as exportações possuam um maior peso relativo ao PIB sofram maior pressão do setor exportador apresentando comportamento legislativo distinto daqueles distritos com

baixa participação das exportações na soma das riquezas do mesmo. A seguir apresentamos as tabelas 21, 22, 23, 24, 25 e 26 com os principais resultados do modelo logístico de cada país incluído na presente amostra.

Tabela 21. Resultados modelo logístico Argentina

Variáveis	Coefficiente (B)	Erro Padrão	Z	p valor	Odds Ratio
Ideologia	-1.2371	.253	-4.88	.000	.290
Desemprego	-.0971	.017	-5.54	.000	.907
Coalizão	2.5171	.193	13.02	.000	12.393
Internacional	-.9470	.526	-1.80	.072	.387
Constante	.4471	.320	1.40	.162	-
Log Likelihood	-450.52				
Graus de Liberdade	4				
N de observações	1011				

Fonte: elaborada pelo autor.

Iniciamos a apresentação dos resultados com o caso argentino. Na tabela 21 acima, a coluna B (coeficiente) retorna os coeficientes do modelo para cada variável explicativa. Na coluna erro padrão, é apresentada uma medida de variabilidade destes coeficientes. A estatística Z e o p-valor são utilizados para testar a hipótese de cada coeficiente no modelo de regressão. Segundo Hair (2005), esse teste identifica o quanto a variável explicativa participa individualmente da explicação da variável resposta “voto”. No caso do teste Z, obtido por B/Erro Padrão, quanto maior o valor do coeficiente, maior a capacidade explicativa da variável. Como mostra a tabela 21, a coalizão do deputado argentino possui um coeficiente de Z elevado (13.02), indicando a relevância explicativa da variável. O p-valor da variável coalizão é menor ou igual a 0.01 (0.000 neste caso), indicando com um nível de significância de 1% que esta variável é representativa dos votos dos deputados. Podemos notar que o sinal do coeficiente da variável “coalizão” é positivo, indicando que o acréscimo em uma unidade na coalizão do legislador (caminhar em direção à oposição)

acrescenta 2.5171 log odds na variável resposta “voto”, mantidas as demais variáveis constantes.

Adicionalmente, a última coluna da tabela 21 retorna a razão de chance (*odds ratio*) para as variáveis preditoras. A partir deste dado, inferimos que um deputado argentino situado na coalizão de oposição tem 12.3 vezes mais chance de rejeitar as medidas enviadas pelo Poder Executivo em temas de política comercial. Finalmente, temos ao final da tabela o valor log-likelihood, interpretado como uma forma de mensurar a quantidade de informação sem explicação após o modelo ter sido “encaixado”, onde valores grandes revelam um ajuste pior do modelo, uma vez que quanto maior o número mais observações sem explicação existem. No caso do modelo logístico argentino, temos um valor relativamente grande, indicando que o modelo possui uma capacidade explicativa moderada.

Embora o pertencimento ou não do legislador argentino à coalizão de governo tenha papel explicativo preponderante, observamos que os níveis de desemprego nas províncias dos deputados, assim como a classificação ideológica de seu partido possuem alguma capacidade explicativa no modelo exposto para o caso argentino. Como o desemprego é uma medida característica dos distritos eleitorais dos legisladores argentinos, evidencia-se a influência, ainda que menos relevante, dos fatores distritais nos votos dos mesmos. Retomando a discussão acerca da dimensionalidade do voto do deputado argentino em temas de política externa em geral, mais notadamente a presença de mais de uma dimensão relevante, esse resultado oferece indícios acerca do conteúdo substantivo da segunda dimensão. Não obstante, o modelo logístico argentino corrobora a interpretação da primeira e mais relevante dimensão explicativa ser pautada pela dicotomia entre governo e oposição

e a ideologia dos partidos políticos, sendo os fatores explicativos preponderantes dos votos dos legisladores em política externa. Passemos a seguir para o modelo logístico do caso brasileiro.

Tabela 22. Resultados modelo logístico Brasil

Variáveis	Coefficiente (B)	Erro Padrão	Z	p valor	Odds Ratio
Ideologia	-0.0653	.0843	-0.77	.438	.936
Desemprego	0.0277	.0177	1.59	.118	1.028
Coalizão	0.1257	.0884	1.39	.155	1.133
Internacional	494.088	193.90	2.55	.011	3.821
Constante	-.5454	.1638	-2.22	.001	-
Log Likelihood	-1903.86				
Graus de Liberdade	4				
N de observações	2801				

Fonte: elaborada pelo autor.

Um primeiro aspecto relevante a ser ressaltado no caso brasileiro exposto na tabela 22 acima é o elevado valor log likelihood, ou seja, uma baixa capacidade explicativa do modelo logístico como um todo. Para o caso específico das votações em temas de política comercial brasileira, a variável “internacional” apresenta maior capacidade explicativa, indicando alguma influência do nível de internacionalização da economia do estado do deputado brasileiro em seu voto. Aqui, como no caso argentino, o indicativo de relevância de uma variável distrital pode nos oferecer indícios deste ser um importante fator estruturador da segunda dimensão estimada na seção anterior. É interessante notar que no caso brasileiro a variável “coalizão” não explica os votos em temas de política comercial, a despeito da primeira dimensão estimada anteriormente para a política externa em geral representar a dicotomia entre o governo e a oposição.

Ainda assim, quando analisamos os mapas espaciais dos seis países, notamos que o caso brasileiro é um dos que apresenta menor distância média entre os pontos ideais dos legisladores. Diferentemente de outros temas de política externa, as votações referentes à

política comercial não divide os legisladores brasileiros em torno do pertencimento ou não à coalizão de governo, prevalecendo fatores distritais na influência do voto dos mesmos. Como o nível de influência distrital é baixo nos votos analisados e as votações pouco polarizadas, prevalece na política comercial um padrão um pouco mais unificado quando comparado à política externa em geral.

Tabela 23. Resultados modelo logístico Chile

Variáveis	Coefficiente (B)	Erro Padrão	Z	p valor	Odds Ratio
Desemprego	.026	.029	0.90	.366	1.02
Coalizão	1.555	.159	9.73	.000	4.73
Internacional	.000	.000	1.00	.317	1.00
Constante	-1.852	.356	-5.20	.000	-
Log Likelihood	-473.5				
Graus de Liberdade	3				
N de observações	832				

Fonte: elaborada pelo autor.

No caso chileno, apresentado na tabela 23 acima, em relação à inclusão de variáveis independentes no modelo, há uma consideração a ser especificada. As variáveis dicotômicas “ideologia” e “coalizão” são idênticas, isto é, a classificação do legislador pertencer à coalizão de governo coincide com a classificação da ideologia do partido do mesmo. Na presente amostra, os partidos da *Concertación*, então coalizão de governo, são classificados como esquerda ou centro-esquerda, enquanto os partidos da coalizão opositora *Alianza por Chile* classificados como direita. Por tal motivo, excluimos uma delas (ideologia), ressaltando que no caso do modelo chileno a variável “coalizão” também representa a ideologia dos partidos políticos dos deputados chilenos.

Como mostra a tabela 23, a coalizão/ideologia do deputado chileno possui um coeficiente de Z elevado (9.73), indicando a relevância explicativa da variável. O p-valor da variável coalizão é menor ou igual a 0.01 (0.000 no nosso caso), indicando com um nível de significância de 1% que esta variável é representativa dos votos dos deputados. Podemos

notar que o sinal do coeficiente da variável “coalizão” é positivo, indicando que o acréscimo em uma unidade na coalizão do legislador (caminhar em direção à oposição) acrescenta 1.555 log odds na variável resposta “voto”, mantidas as demais variáveis constantes. Analisando a razão de chance (*odds ratio*) para as variáveis preditoras, no caso da variável coalizão, a única estatisticamente significativa no modelo, inferimos que um deputado chileno situado na coalizão de oposição tem 4.73 vezes mais chance de rejeitar as medidas enviadas pelo Poder Executivo em temas de política comercial.

A título de exemplo, podemos calcular a probabilidade de um deputado chileno pertencente à coalizão de governo, codificado como “0”, votar contrariamente a política comercial enviada pelo presidente ao Congresso. A função logística pode ser representada por: $P(V=1 | Coalizão) = 1 / (1 + e^{-(constante + BCoalizãoi)})$, em que $f(y)$ pode ser interpretado como a probabilidade de um legislador votar favoravelmente, $BCoalizãoi$ é a coalizão do deputado i (no caso, 0). Incluindo os valores presentes na tabela 23, temos: $P(V=1 | Coalizão) = 1 / (1 + e^{-(1.852 + (1.555)*(0)}) = 0,13$. Podemos concluir, portanto, que a probabilidade de um deputado chileno pertencer à coalizão de governo e votar contrariamente ao governo é 13%.

Tabela 24. Resultados modelo logístico México

Variáveis	Coeficiente (B)	Erro Padrão	Z	p valor	Odds Ratio
Desemprego	-.175	.122	-1.43	.154	.839
Coalizão	3.012	.494	6.10	.000	20.34
Constante	-2.746	.617	-4.45		
Log Likelihood	-101.11				
Graus de Liberdade	2				
N de observações	269				

Fonte: elaborada pelo autor.

No caso do modelo mexicano, cujos resultados estão expostos na tabela 24 acima, ocorreu a mesma coincidência entre as variáveis dicotômicas “ideologia” e “coalizão”,

sendo apenas mantida a variável “coalizão”, frisando que o significado da mesma comporta a classificação ideológica do partido político do senador mexicano. Diferentemente dos casos argentino, brasileiro, chileno e peruano, no caso mexicano não foi possível obter os dados desagregados de exportações mexicanas das unidades federativas (distritos eleitorais dos senadores), não sendo possível testar a influência do caráter internacional das economias dos distritos eleitorais no voto do legislador mexicano. Ainda assim, podemos observar a significativa capacidade explicativa da variável “coalizão” representada por um coeficiente Z elevado (6.10) e um p-valor um significativo a 0.01 (.000). Assim como no caso chileno, a variável correspondente à ideologia e coalizão do legislador possui maior capacidade explicativa quando contrastada a uma variável distrital (desemprego no caso). A análise do *odds ratio* na última coluna da tabela 24 é um bom indicativo, revelando que um senador mexicano pertencente à coalizão de oposição possui 20.34 vezes mais chances de rejeitar as medidas de política comercial enviada pelo Poder Executivo.

Assim como fizemos para o caso chileno, também podemos calcular a probabilidade de um senador mexicano pertencente à coalizão de governo, codificado como “0”, votar contrariamente à política comercial enviada pelo presidente ao Congresso. Incluindo os valores presentes na tabela 24 na mesma função logística descrita acima para o caso chileno, temos: $P(V=1 | Coalizão) = 1 / (1 + e^{-(2.746 + (3.012)*(0)}) = 0,06$. Podemos concluir, portanto, que a probabilidade de um senador mexicano pertencer à coalizão de governo e votar contrariamente ao governo é 6%. Assim como no caso chileno, a variável governo e oposição, também correspondente à ideologia dos partidos políticos, apresenta-se, a despeito da inclusão no modelo de variáveis distritais, enquanto principal variável

explicativa. Esse resultado corrobora a interpretação da dimensão dos pontos ideais desses legisladores descrita na seção anterior.

Tabela 25. Resultados modelo logístico Paraguai

Variáveis	Coefficiente (B)	Erro Padrão	Z	p valor	Odds Ratio
Ideologia	-.1828	.453	-0.40	.687	.832
Desemprego	.0464	.018	2.46	.014	1.04
Coalizão	-.2417	.143	-1.69	.092	.785
Constante	-.4665	.491	-0.95	.342	
Log Likelihood	-565.21				
Graus de Liberdade	3				
N de observações	849				

Fonte: elaborada pelo autor.

Assim como no caso mexicano, no caso do modelo logístico paraguaio exposto acima também não foi possível obter o dado das exportações por distrito eleitoral do deputado paraguaio, impossibilitando o teste desta variável. Ainda assim, a variável que apresenta maior relevância explicativa é a variável “desemprego”, representando uma importante característica distrital do legislador paraguaio. Assim como no caso brasileiro, o modelo paraguaio revelou uma baixa capacidade explicativa dos votos dos deputados em temas de política comercial como um todo, evidenciado pelo elevado valor *log likelihood* presente na tabela 25 acima. As variáveis “ideologia” e “coalizão” não apresentaram capacidade explicativa, indicando que em temas comerciais o comportamento do legislador paraguaio é distinto daquele apresentado nas votações de política externa em geral. Nesse caso, assim como no Brasil, prevalece um posicionamento menos polarizado nos temas comerciais, contrastando com um elevado nível de polarização nos demais temas da política externa paraguaia. Analisamos a seguir os resultados referentes ao modelo logístico para o caso peruano.

Tabela 26. Resultados modelo logístico Peru

Variáveis	Coefficiente (B)	Erro Padrão	Z	p valor	Odds Ratio
Ideologia	-1.97	1.08	-1.83	.068	.138
Desemprego	-.31	.12	-2.46	.014	.727
Coalizão	-.63	1.11	-0.57	.567	.529
Internacional	1.74	4.29	0.41	.685	1.00
Constante	2.12	1.34	1.59	.113	-
Log Likelihood	-81.57				
Graus de Liberdade	4				
N de observações	165				

Fonte: elaborada pelo autor.

No modelo peruano foi possível incluir todas as variáveis explicativas expostas na presente seção. Enquanto a variável “coalizão” apresentou relevância explicativa nos casos argentino, chileno e mexicano, no caso peruano não, destacando-se as variáveis “desemprego” e “ideologia”. A variável com maior relevância explicativa do modelo foi “desemprego”, possuindo um coeficiente z moderado (-2.46) e um p-valor significativo a 0.05 (.014). Notamos que o coeficiente desta variável é negativo, indicando que o decréscimo em uma unidade na taxa de desemprego do distrito eleitoral do legislador peruano decresce 0.31 *log odds* no voto do mesmo em temas de política comercial, mantidas as demais variáveis constantes. O *odds ratio* da variável “desemprego” indica que o legislador pertencente a um distrito com elevadas taxas de desemprego possui 0,727 vezes mais chance de rejeitar as propostas do Executivo em matéria de política comercial.

Embora com menor capacidade explicativa, observada por um coeficiente Z menor (-1.83) e p-valor significativo a 0.10 (.068), podemos considerar que a ideologia do legislador peruano compõe a explicação dos votos dos mesmos na política comercial. Assim, utilizando a mesma função logística apresentado nos casos anteriores, calculamos a probabilidade de um legislador votar não à política comercial do presidente, dado uma elevada taxa de desemprego e o pertencimento a um partido classificado como esquerda,

resultando 0,21. Isto é, um legislador peruano pertencente a um partido classificado como esquerda e um distrito com a mais elevada taxa de desemprego da amostra (11,8%) possui 21% de probabilidade de rejeitar as votações analisadas. Apesar das variáveis explicativas apontadas possuírem alguma relevância explicativa, quando comparamos o modelo peruano com os demais percebemos que as variáveis “desemprego” e “ideologia” possuem uma capacidade explicativa menor, como ilustram os valores dos coeficientes Z de cada variável em cada um dos modelos.

Esse resultado é bastante compatível com aqueles forjados pela estimação dos pontos ideais, posicionando a ideologia dos partidos e a dicotomia entre governo e oposição as principais variáveis explicativas dos votos dos legisladores em temas de política comercial. Entretanto, notamos no caso brasileiro, paraguaio e peruano uma distinção importante. Enquanto a variável “coalizão” apresentou relevância explicativa maior nos casos argentino, mexicano e chileno, nos casos brasileiro, peruano e paraguaio encontramos uma variável distrital (nível de internacionalização da economia do distrito no caso brasileiro e desemprego nos casos paraguaio e peruano) como principal fator explicativo, incluindo a ideologia dos partidos peruanos com uma relevância menor.

Em temas da política comercial peruana, o UPP, principal partido de esquerda, ao contrário das demais votações de política externa, mostrou uma unidade partidária maior e, conseqüentemente, uma oposição mais consistente em relação às medidas enviadas pelo presidente ao congresso. Os mapas espaciais dos pontos ideais dos legisladores argentinos, mexicanos e chilenos demonstraram com clareza a relevância da dicotomia governo x oposição, assim como a ideologia dos partidos políticos na estruturação da primeira dimensão dos votos em temas de política externa. Para a política comercial,

especificamente, permanece a mesma interpretação dos votos do legislador, incluindo nos casos argentino e brasileiro um indicativo dos fatores distritais comporem a segunda dimensão estimada via pontos ideais.

Concluimos esta seção argumentando em primeiro lugar a semelhança dos resultados expressos por distintos métodos: estimação dos pontos ideais e regressão logística. Os casos argentino, chileno e mexicano apresentaram em ambos os métodos de estimação a mesma estrutura explicativa dos votos dos legisladores, sustentando com mais robustez a interpretação do comportamento legislativo em temas de política externa, medido por meio de votações nominais, ser fortemente influenciado pelas variáveis ideologia dos partidos e pertencimento ou não à coalizão de governo. Os modelos logísticos, ainda que restritos a política comercial, incluem no modelo explicativo dos votos dos legisladores da região variáveis referentes aos distritos eleitorais, possibilitando um teste de hipótese que a estimação de pontos ideais não permite. A percepção de uma influência ainda que marginal dos fatores condizentes aos distritos eleitorais no voto do legislador argentino, brasileiro e peruano em temas de política comercial fornece indícios para a interpretação da segunda dimensão estimada para a política externa em geral. De uma maneira geral, a coincidência dos resultados obtidos por meio da estimação de pontos ideais e regressão logística fortalece a interpretação da principal dimensão dos votos dos legisladores latino-americanos em política externa ser pautada pela dicotomia entre governo e oposição e a ideologia dos partidos políticos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese centrou a sua análise empírica em dois aspectos centrais: a comparação do comportamento legislativo de seis países latino-americanos em temas domésticos e internacionais e os fatores estruturadores do voto dos legisladores nos temas de política externa. Da comparação concluímos a semelhança entre o comportamento legislativo nos temas internacionais e domésticos, evidenciados pelos índices de unidade partidária e distribuição dos pontos ideais dos legisladores em ambas as arenas. Os achados indicam que a política externa não gera incentivos específicos na influência do comportamento legislativo, assemelhando-se às demais políticas públicas. Assim, a percepção de unidade no posicionamento dos legisladores latino-americanos em plenário quando o assunto deliberado corresponde à política externa do país não possui respaldo empírico, refutando a ocorrência de fenômeno similar ao *bipartisanship* norte-americano nos países analisados. Os partidos políticos latino-americanos possuem divergências em torno dos assuntos internacionais, sujeitando a política externa ao embate político nos Legislativos Nacionais. Como se argumentou na presente tese, estas divergências são fundamentadas pela ideologia do partido político e o pertencimento ou não à coalizão de governo.

Ao comparar os níveis de unidade partidária dos principais partidos políticos dos seis países da amostra em temas domésticos e internacionais constatamos graus de unidade muito semelhantes, geralmente bastante elevados, indicando que as decisões em plenário dos legisladores são frequentemente pautadas por diretrizes partidárias independentemente de o tema ser doméstico ou internacional. Pelas mesmas razões atribuídas à política doméstica, as lideranças partidárias são capazes de forjar um comportamento unificado nas

votações de política externa, sugerindo que estes temas também possuem relevância para a agenda política dos partidos políticos latino-americanos. O exame empírico das votações nominais enfraquece a percepção na literatura de desinteresse das lideranças partidárias nos temas internacionais, minimizando o impacto da distinção da natureza das políticas doméstica e internacional neste aspecto do comportamento legislativo.

Constatado um grau de unidade partidária elevado nas votações nominais de política externa e, portanto, a observação da lógica partidária imperar nas decisões dos votos dos legisladores, passamos a analisar os mapas espaciais dos pontos ideais dos legisladores latino-americanos justamente para compreender o grau de polarização entre os partidos políticos e as dimensões estruturadoras de seus posicionamentos em política externa. Quanto à dimensionalidade das votações, os resultados velam o predomínio da baixa dimensionalidade nas seis legislaturas analisadas, ainda que haja algumas variações entre os casos analisados. Este fator indica que há elementos estruturadores comuns nos distintos votos dos legisladores nos variados subtemas da política externa. Como mencionado anteriormente, destacamos o pertencimento ou não do partido do legislador à coalizão de governo e a ideologia do partido político do legislador enquanto as principais características explicativas dos votos dos mesmos. Não obstante, a unidade partidária estimada para os partidos políticos latino-americanos não é perfeita, ou seja, apesar de elevada, há votações em que a unidade possui índices de Rice menores, abrindo a possibilidade de fatores não partidários influenciarem o voto do legislador. Quando incluímos na análise das votações nominais de política comercial as características socioeconômicas dos distritos eleitorais dos legisladores, percebemos que as mesmas apresentaram em alguns países uma capacidade explicativa considerável. Embora as características partidárias explicitadas

acima apresentem uma capacidade explicativa mais relevante, os fatores distritais podem ser apontados como variáveis capazes de explicar aquelas votações que divergem da lógica partidária, complementando a compreensão dos votos dos legisladores latino-americanos em temas internacionais.

Para sintetizar os achados empíricos em termos comparados, apresentamos abaixo três quadros contendo a classificação dos países em função dos três principais eixos de análise: a unidade partidária, a polarização partidária e a dimensionalidade/fatores explicativos dos votos dos legisladores latino-americanos.

Quadro1. Síntese da Unidade Partidária dos Países por Tema da Votação

Tema da Votação	Intensidade da Unidade Partidária	
	Baixa	Alta
Doméstico	Paraguai (2003-2004)	Argentina (1993-1995) Brasil (2003-2008) Chile (1998-2000) México (2006-2009) Peru (2000-2001)
Internacional	Paraguai (2003-2008)	Argentina (2001-2010) Brasil (2003-2010) Chile (1998-2006) México (2006-2009) Peru (2001-2010)

Fonte: elaborado pelo autor e compilação de autores.

No quadro 1 acima visualizamos uma distribuição da intensidade da unidade partidária bastante estável nos temas doméstico e internacional nos países da amostra. Com exceção do Paraguai, os outros cinco países da região apresentam níveis de unidade partidária considerados altos em ambas as arenas. Como mencionado anteriormente, os votos em temas de política externa, assim como aqueles relacionados à política doméstica, são fortemente pautados em linhas partidárias. Dada a semelhança entre os níveis de unidade partidária nos votos de política externa e política doméstica, argumentamos no

decorrer do trabalho a razoabilidade em considerar as variáveis explicativas da unidade partidária, encontradas na literatura especializada para as políticas públicas em geral, aplicáveis ao caso dos votos em temas de política externa. Assim, fatores como o poder de agenda do presidente (casos chileno e brasileiro), o sistema eleitoral (casos argentino e chileno), a centralização de recursos na liderança do partido (caso mexicano) e a adoção da votação eletrônica (caso peruano) são os principais elementos explicativos da elevada unidade partidária. No caso paraguaio, a existência de facções no interior dos dois maiores partidos políticos do país explicaria níveis mais baixos de unidade partidária.

Concluimos, portanto, a não diferenciação entre os temas domésticos e internacionais no que diz respeito ao interesse e atuação das lideranças partidárias em plenário. O resultado sugere que a política externa figura entre as políticas públicas sujeitas à coordenação das direções partidárias. No quadro 2, a seguir, exibimos uma síntese dos resultados condizentes ao nível de polarização partidária das votações nominais em política externa e doméstica.

Quadro 2. Síntese dos Níveis de Polarização Partidária nas Política Externa e Doméstica

Tema da Votação	Nível de Polarização Partidária		
	Baixa	Média	Alta
Doméstico		Argentina (2001-2004)	Brasil (2003-2010) Chile (1998-2000) México (2006-2009) Paraguai (2003-2004) Peru (1999-2000)
Internacional	Peru (2001-2010)	Argentina (2001-2010) Brasil (2003-2010)	Chile (1998-2006) México (2006-2009) Paraguai (2003-2008)

Fonte: Elaborado pelo autor e compilação de autores.

No quadro 2, acima, classificamos os níveis de polarização partidária de acordo com três intensidades: baixa, média e alta. De uma maneira geral, a maior parte das legislaturas

analisadas apresentou um nível de polarização partidário elevado em ambas as arenas. Esse seria os casos do Chile, México e Paraguai. No caso argentino, em ambas as temáticas observou-se um nível de polarização partidária média. No Brasil, diferentemente, observamos um nível de polarização partidária maior na arena doméstica, ainda que haja uma polarização moderada na arena internacional. O Peru certamente representa um caso de mais difícil comparação entre as arenas doméstica e internacional, dado que os períodos distintos de estimação dos pontos ideais impacta de maneira significativa a configuração do sistema partidário peruano. Ainda assim, este é o caso de menor polarização partidária em temas de política externa da amostra.

Um aspecto comum a pelo menos cinco dos seis casos analisados é a observação de polarização partidária em torno de votações de política externa, geralmente semelhante à polarização no âmbito doméstico. Os partidos políticos latino-americanos analisados possuem posições divergentes a respeito da implementação e condução da política externa de seus países. A formulação da política externa não pode ser caracterizada como suprapartidária. Analogamente ao termo *bipartisanship* calcado no caso norte-americano, podemos afirmar que nos países latino-americanos estudados não há a ocorrência de um *multipartisanship*, ou seja, legislaturas multipartidárias cujas maiorias dos partidos políticos votam pela mesma alternativa política na condução da política externa especificamente. A presença de forte unidade partidária, diferentemente do caso norte-americano, resultaria em votações nominais de política externa unânimes nos legislativos latino-americanos. Ao contrário, verificamos nas votações de política externa sobreviventes ao critério de corte um nível de polarização que revela o caráter não consensual da decisão legislativa sobre o

tema. No quadro 3 a seguir exibimos a síntese dos resultados que identificam os elementos estruturadores da divergência constatada.

Quadro 3. Síntese dos principais fatores explicativos do voto dos legisladores em temas de política externa.

País	Fatores explicativos do voto
Argentina	Coalizão; Distritos*; Ideologia
Brasil	Coalizão; Distritos*
Chile	Coalizão; Ideologia
México	Coalizão; Ideologia
Paraguai	Coalizão; Ideologia
Peru	Ideologia; Distritos*

Fonte: elaborado pelo autor.

* Referente apenas à política comercial.

No quadro 3 visualizamos os principais fatores explicativos dos votos dos legisladores latino-americanos da amostra em temas de política externa. Com exceção do Peru, nos outros cinco países o pertencimento ou não do partido político do legislador à coalizão de governo explica boa parte dos votos dos mesmos nos temas de política externa. Nos casos de Argentina, Chile, México e Paraguai, o pertencimento do partido político do legislador à coalizão de governo está associado à ideologia do mesmo, incluindo esta última enquanto fator estruturador do voto na política externa da região.

Na análise da dimensionalidade do voto constatamos, como mencionado anteriormente, um baixo número de dimensões explicativas relevantes. Enquanto no Paraguai apenas uma dimensão explica os votos dos legisladores, no Chile são duas, Brasil, México e Peru três e Argentina quatro dimensões relevantes. Ainda que em todos os casos a primeira dimensão é capaz de explicar parte significativa das votações, é razoável supor que o voto do legislador possui uma multiplicidade de fatores que o influenciam⁴³. Quando analisamos as votações apenas da política comercial, notamos que na Argentina, Brasil e

⁴³ Um exemplo importante ausente em nossa análise pela dificuldade de obtenção de dados nos países da amostra é contribuição de campanha.

Peru variáveis socioeconômicas condizentes aos distritos eleitorais dos legisladores revelaram capacidade explicativa dos votos dos mesmos. Este achado indica que as demais dimensões do voto dos legisladores podem ser estruturadas por fatores locais, característicos dos distritos que os legisladores representam.

Assim como na arena doméstica, os votos dos legisladores da região em temas de política externa são fortemente pautados pela ideologia dos partidos políticos e seu pertencimento ou não à base de apoio ao presidente da república. A uniformidade desse resultado nos casos analisados sugere, ao menos referente ao voto, a sujeição da política externa à lógica do presidencialismo de coalizão, podendo a conformação das coalizões estar associada ou não à classificação ideológica dos partidos políticos. O processo de barganha política por apoio legislativo às iniciativas presidenciais não exclui a política externa, pautando a polarização entre os partidos políticos latino-americanos nas decisões de política externa.

A percepção de politização da política externa nos legislativos latino-americanos evidencia a importância de incorporação das preferências partidárias nos estudos da formulação da política externa na região. Dada a relevância das variáveis ideologia do partido político e pertencimento à coalizão de governo, podemos inferir que a depender da configuração partidária nos congressos latino-americanos, presidentes podem ter grande dificuldade na condução e implementação da política externa de seus países. Em situações de governo dividido e alta polarização ideológica é esperado que os legislativos latino-americanos atuem como importantes pontos de veto da política externa presidencial, assim como parece razoável supor a antecipação, por parte do Executivo, da preferência do legislador mediano dos congressos nacionais na formulação da política externa.

Desta forma, um importante componente no avanço desta agenda de pesquisa é justamente compreender os fatores que influenciam o nível de polarização entre os partidos políticos da região quando decisões de política externa são tomadas. Para tanto, seria necessário estabelecer o nível de polarização em plenário dos partidos políticos como variável dependente, incluindo na análise fatores institucionais e socioeconômicos de cada país. A principal dificuldade em executar uma pesquisa com este desenho seria coletar votações nominais de um número significativo de países a fim de captar variabilidades em torno de variáveis institucionais, incorporando países de distintas formas de governo, sistemas eleitorais, nível de desigualdade de renda, entre outros fatores.

Outro ponto da agenda de pesquisa focada na compreensão do comportamento legislativo em temas de política é diversificar a variável dependente, analisando manifestações do comportamento legislativo distintas ao voto, como por exemplo, iniciativas legislativas, pedidos de informação a ministros de Estado, capacidade propositiva do Legislativo e poder de agenda na formulação da política externa e a participação de legisladores em negociações internacionais.

O estudo aqui desenvolvido oferece uma contribuição empírica para o entendimento do comportamento legislativo em temas de política externa na América Latina, tema este de crescente interesse na literatura especializada no processo decisório da política externa nos países da região e ainda carente de estudos empíricos. O comportamento legislativo expresso pelo voto é um eficaz mecanismo de transparência política. Conhecer a maneira como votam os legisladores latino-americanos nos temas internacionais e os fatores que influenciam suas decisões é fundamental na avaliação e compreensão do funcionamento das democracias representativas da região.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÁNTARA, Manuel y RIVAS, Cristina. (2007), “Las dimensiones de la polarización partidista en América Latina”. *Política y Gobierno*, vol. XIV, No. 2, pp. 349-390.
- ALEMÁN, Eduardo. (2008), “Policy Positions in the Chilean Senate: An Analysis of Coauthorship and Roll Call Data”. *Brazilian Political Science Review*, vol. 2, No. 2, pp. 74-92.
- ALEMÁN, Eduardo and SAIEGH, Sebastián. (2007), “Legislative Preferences, Political Parties, and Coalition Unity in Chile”. *Comparative Politics*, vol. 39, No 3, pp. 253-272.
- ALEMÁN, Eduardo; CALVO, Ernesto; JONES, Mark and KAPLAN, Noah. (2009), “Comparing Cosponsorship and Roll-Call Ideal Points”. *Legislative Studies Quarterly*, vol. XXXIV, No. 1, pp. 87-116.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. (2000), “A política da política externa: os partidos políticos nas relações internacionais do Brasil, 1930-1990”. In: GUILHON ALBUQUERQUE, José Augusto (org.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. Volume IV, Prioridades, atores e políticas. São Paulo: Annablume, pp. 381-447.
- AMORIM NETO, Octavio. COX, Gary and McCUBBINS, Mathew. (2003), “Agenda Power in Brazil's Camara dos Deputados, 1989-98”. *World Politics*, Vol. 55, No. 4, pp. 550-578.
- ANINANT, Cristóbal; LONDREGAN, John; NAVIA, Patricio and VIAL, Joaquín. (2004), “Political Institutions, Policy making Process, and Policy Outcomes in Chile”. Manuscript.
- ARON, R. (1985), *Que é uma Teoria das Relações Internacionais?* In: *Estudos Políticos*. Brasília: Ed. UNB, pp. 375-396.
- AVA, Pablo e MERKE, Federico. (2011), “Opinión Pública y Política Exterior: La Argentina en Perspectiva Comparada”. *Diálogo Político*, vol. XXVIII, No. 3, pp. 203-227.
- BAER, W. e MALONEY, W. (1997), “Neoliberalismo e Distribuição de Renda na América Latina”. *Revista de Economia Política*, vol. 17, No. 3, pp. 39-62.
- BAILEY, Michael; GOLDSTEIN, Judith e WEINGAST, Barry. (1997), “The Institutional Roots of American Trade Policy: Politics, Coalition and International Trade”. *World Politics*, vol. 43, No 3, pp. 309-338.
- BALDWIN, Robert and MAGEE, Christopher. (2000), *Congressional Trade Votes: From NAFTA Approval to Fast-Track Defeat*. Washington, Institute for International Economics.

BJERELD, Ulf and DEMKER, Marie. (2000), "Foreign Policy as Battle Field: A study of National Interest and Parties Motives". *Scandinavian Political Studies*, vol. 23, No. 1, pp. 17-36.

BOWLER, Shaun, FARREL, David and KATZ, Richard, eds. (1999), *Party Discipline and Parliamentary Government*. Columbus, Ohio State University Press.

BUENO, de Mesquita. (2000), *Principles of International politics. People`s power, preferences and perceptions*. Whashington, DC.: CQ Press.

CANTÚ, Francisco and DESPOSATO, Scott. (2010), "The New federalism of Mexico`s Party System". *Working Paper*.

CAREY, John. (2000), "Party Unity and Legislative Voting". Artigo apresentado no Annual Metting of American Political Science Association (APSA).

CAREY, John. (2002), "Getting their Way, or Getting in their way? Presidents and Party Unity in Legislative Voting". Artigo apresentado no Annual Metting of American Political Science Association (APSA).

CAREY, J. M. (2002b), *Parties, Coalitions, and the Chilean Congress in the 1990's*. In *Legislative Politics in Latin America*, editado por MORGENSTERN and NACIF, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 222-253.

CAREY, John. (2003), "Discipline, Accountability, and Legislative Voting in Latin America". *Comparative Politics*, vol. 35, No. 2, pp. 191-211.

CAREY, John. (2003b), "Transparency Versus Collective Action: Fujimori's Legacy and the Peruvian Congress". *Comparative Political Studies*, vol. 36, No. 9, pp. 983-1006.

CAREY, John. (2007), "Competing Principals, Political Institutions, and Party Unity in Legislative Voting." *American Journal of Political Science*, vol. 51, pp. 92-107.

CAREY, John and SHUGART, Matthew. (1995), "Incentives to Cultivate a personal Vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas". *Electoral Studies*, vol. 14, No. 4, pp. 417-439.

CARROL, Royce.; LEWIS, Jeffrey.; LO, James; POOLE, Keith and ROSENTHAL, Howard. (2009), "Comparing NOMINATE and IDEAL. Points of Difference and Monte Carlo Tests". *Legislative Studies Quarterly*, vol. 34, No. 4, pp. 555-591.

CARRUBA, Clifford; GABEL, Matthew and HUG, Simon. (2008), "Legislative Voting Behavior, Seen and Unseen: A Theory of Roll Call Vote Selection". *Legislative Studies Quarterly*, vol. XXXIII, No. 4, pp. 543-571.

- CARSON, J.; CRESPI, M.; FICOCCHIARO, C. and ROHDE, David. (2007), "Redistricting and Party Polarization in the U.S. House of Representatives". *American Politics Research*, vol. 35, pp. 878-904.
- CHEIBUB, José Antonio, PRZEWORSKI, Adam and SAIEGH, Sebastian. (2004), "Government Coalitions and Legislative Success Under Presidentialism and Parliamentarism". *British Journal and Political Science*, vol. 34, pp. 565-587.
- CHEIBUB, J.A., FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. (2009), "Partidos Políticos e Governadores como Determinantes do Comportamento Legislativo na Câmara dos deputados". *Revista Dados*, vol. 52, No. 2, pp. 263 a 299.
- CLAUSEN, Aage. (1967), "The Measurement of Legislative Group Behavior", *Midwest Journal of Political Science*, vol. 11, No 2, pp. 212-24.
- CLINTON, Joshua; JACKMAN, Simon and RIVERS, Douglas. (2004), "The Statistical Analysis of Roll Call Voting: A Unified Approach." *American Political Science Review*, vol. 98, No. 2, pp. 355-370.
- COLLIE, Melissa. (1984), "Voting Behavior in Legislatures". *Legislative Studies Quarterly*, vol. 9, No 1, pp. 3-50.
- COLOMER, Josep y ESCATEL, Luis. (2005), "La dimensión izquierda y derecha en América Latina". *Desarrollo Económico*, vol. 44, No. 177, pp. 123-136.
- CONLEY, Richard. (1999), "Dealing Presidential Fast-Track Authority: The Impact of Constituency Pressures and Political Ideology on Trade Policy in Congress". *Political Research Quarterly*, vol. 52, No 4, pp. 785-799.
- COPPEDGE, Michael. (1998), "The Dynamic Diversity of Latin American Party Systems". *Party Politics*, vol. 4, pp. 547-568.
- COX, Gary. (2005), *The Organization of Democratic Legislature*. In: WEINGAST, BARRY and WITTMAN. *The Oxford Handbook of Political Economy*. Oxford: Oxford University Press.
- COX, Gary and McCUBBINS, Matthew. (1993), *Legislative Leviathan: party government in the House*. Londres: University of California Press.
- COX, Gary W. and MORGENSTERN, Scott. (2002), *Latin America's reactive assemblies and proactive presidents*. In: MORGENSTERN, S.; NACIF, B. *Legislative politics in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CRISP, Brian, JENSEN, Kathryn and SHOMER, Yael. (2007), "Magnitude and Voting seeking." *Electoral Studies*, vol. 26, pp. 727-734.

- DAVIS, Otto; HINICH, Melvin and ODERSHOOK, Peter. (1970), "An Expository Development of a Mathematical Model of the Electoral Process". *American Political Science Review*, vol. 64, No. 2, pp. 426-448.
- DESPOSATO, Scott. (2004), "The Impact of Federalism on National Party Cohesion in Brazil". *Legislative Studies Quarterly*, vol. 29, no 2, pp. 259-285.
- DESPOSATO, Scott. (2005), "Correcting for Small Group Inflation of Roll-Call Cohesion Scores". *British Journal of Political Science*, vol. 35, pp. 731-744.
- DINIZ, Simone e RIBEIRO, Cláudio. (2008), "The Role of the Brazilian Congress in Foreign Policy: An Empirical Contribution to the Debate". *Brazilian Political Science Review*, vol. 2, No. 2, pp. 10-38.
- DOW, Jay K. (1998), "A Spatial Analysis of Candidates in Dual Member Districts: The 1989 Chilean Senatorial Elections". *Public Choice*, vol. 97, pp. 119-142.
- DOWNS, Anthony. (1957), "An Economic Theory of Political Action in a Democracy." *The Journal of Political Economy*, Vol. 65, No. 2, pp. 135-150.
- EDWARDS, George. (1989), *At the Margins: Presidential Leadership of Congress*. New Haven, Yale University Press.
- EHRlich, Sean D. (2008), "The Tariff and the Lobbyist: Political Institutions, Interest Group Politics, and U.S. trade policy". *International Studies Quarterly*, vol.52, pp. 427-445.
- EPSTEIN, David and O'HALLORAN, Sharyn. (1996), "The Partisan Paradox and the U.S. Tariff, 1877-1934". *International Organization*, vol. 54, No. 2, pp. 301-324.
- FELIU, Pedro; GALDINO, Manoel e OLIVEIRA, Amâncio. (2007), "Política de Comércio Exterior, Ideologia Partidária e Interesses Locais: um estudo sobre o caso chileno". *Revista Cena Internacional*, vol.9, No 2, pp. 33-57.
- FELIU, Pedro. (2008), *Votações Nominais, Espectro Ideológico Político-Partidário e Política Externa: o caso chileno (1994-2006)*. Mestrado em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FELIU, Pedro; OLIVEIRA, Amâncio e GALDINO, Manoel. (2009), "A Política Externa Chilena e o Espectro Ideológico Político-Partidário: Um Estudo sobre a Câmara dos Deputados do Chile (2002-2006)". *Dados*, vol. 52, No 4, pp. 835-866.
- FELIÚ, Pedro; AMORIM, Camille. (2011), "Congresso Nacional e MERCOSUL: o caso da aprovação da entrada da Venezuela". *Meridiano 47 (UnB)*, Vol. 12, No. 125, p. 11-17.

FELIÚ, Pedro; MIRANDA, Rosana. (2011), "Congreso Nacional e Política externa. O caso do Envio de Tropas ao Haiti: Argentina, Brasil e Chile". *Revista Política Hoje* (UFPE), vol. 20, No. 1, pp. 340-371.

FERRARI, Diogo. (2011), "O Congresso Nacional e a Apreciação de Tratados Internacionais entre 1999 e 2006". In *O Papel do Congresso Nacional no Presidencialismo de Coalizão*, editado por José Alvarez Moisés, Rio de Janeiro, Konrad-Adenauer, pp. 75-90.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. (1999), *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

FIGUEIREDO, Argelina and LIMONGI, Fernando. (2000), "Presidential Power, Legislative Organization, and Party Behavior in Brazil." *Comparative Politics*, Vol. 32, No. 2, pp. 151-170.

FIORINA, Morris P. (1974), *Representatives, Roll Calls, and Constituencies*. Lexington, Mass., Heath.

FIORINA, Morris P. (1989), *Congress: Keystone of the Washington Establishment*. New Haven, Yale University Press.

FLEISHER, Richard, BOND, Jon, KRUTZ, Glen and HANNA, Stephen. (2000), "The demise of the two presidencies". *American Politics Quarterly*, vol. 28, No 1, pp. 3-25.

FOLLIETTI, Gilda. (2005), "La participación argentina en Haití: el papel del Congreso". *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, ano 19, n 1, pp. 37-56.

FORDHAM, Benjamin. (1998), "Economic Interests, Party and Ideology in Early Cold War Era U.S. Foreign Policy". *International Organization*, Vol. 52, No. 2, pp. 359-396.

FORDHAM, Benjamin and McKEOWN, Timothy. (2003), "Selection and Influence". *International Organization*, Vol. 57, pp. 519-549.

GABEL, Matthew; HIX, Simon and MALECKI, Micheal. (2008), "From Preferences to Behaviour: Comparing MEPs`Survey Responses and Roll-Call Voting Behavior". Prepared for the 66th Annual Meeting of the Midwest Political Science Association, Chicago, IL.

GERRISH, Sean and BIEL, David. (2011), "Predicting Legislative Roll Calls from Text". *International Conference on Machine Learning*, Bellevue, WA, USA.

GIBBS, Christine. (2009), "Presidential Success in Congress: Factors that Determine the President's Ability to Influence Congressional Voting". *Honors Projects*, Paper 35. Disponível em: http://digitalcommons.iwu.edu/polisci_honproj/35.

GODBOUT, Jean-François and HOYLAND, Bjørn. (2008), "Legislative Voting in the Canadian Parliament". Paper Presented at the Canadian Political Association Meeting, Vancouver, BC.

GODBOUT, Jean-François. (2010), "Parliamentary Politics and Legislative Behaviour". Paper Presented at the Canadian Political Association Meeting, Montréal.

GROSSMAN, Gene M. and HELPAN, Ethan. (1994), "Protection for Sale". *The American Economic Review*, vol. 84, No 4, pp. 833-850.

GUZMÁN, Eugenio. (1993), "Reflexiones sobre el sistema binominal". *Estudios Públicos*, no 51, pp. 303-325.

HAIR, JR. (2005), *Análise Multivariada de Dados*. Porto Alegre, Ed. Bookman, 5a edição.

HALL, Richard L. and DEARDOFF, Alan. (2006), "Lobbying as Legislative Subsidy". *American Political Science Review*, vol. 100, No 1, pp. 69-84.

HANKLA, Charles. (2006), "Party Strength and International Trade: A Cross National Analysis." *Comparative Political Studies*, vol. 39, No 9, pp. 1133-1156.

HECKMAN, J. And SNYDER, J. (1997), "Linear Probability Models of the Demand for Attributes with an Empirical Application to Estimating the Preferences of Legislators". *RAND Journal of Economics* 28, pp. 142-189.

HENISZ, Witold e MANSFIELD, Edward (2006), "Votes and Vetoes: the Political Determinants of Commercial Openness". *International Studies Quarterly*, vol. 50, pp. 189-211.

KING, Gary. (1986), "Political Parties and Foreign Policy: A Structuralist Approach". *Political Psychology*, Vol. 7, No. 1.

HISCOX, Michael. (2002), "Commerce, Coalitions, and Factor Mobility: Evidence from Congressional Votes on Trade Legislation". *American Political Science Review*, vol. 96, N° 3, pp. 593-608.

HIX, Simon. (2004), "Electoral Institutions and Legislative Behavior. Explaining Voting Defection in the European Parliament". *World Politics*, vol. 56, No.2, pp. 194-223.

HIX, Simon; NOURY, Abdul and ROLAND, Gérard. (2006), "Dimensions of Politics in the European Parliament". *American Journal of Political Science*, vol. 50, No. 2, pp. 494-511.

HIX, Simon; NOURY, Abdu. (2010), "Scaling the Commons: Using MPs' Left-Right Self-Placement and Voting Divisions to Map the British Parliament, 1997-2005". Artigo

preparado para apresentação no encontro anual da American Political Science Association, Washington.

HIX, Simon and NOURY, Abdul. (2011), "Government-Opposition or Left-Right? The Institutional Determinants of Voting in Legislatures". Working Paper.

HOLSTI, Ole. (1992), "Public Opinion and Foreign Policy: Challenges to the Almond-Lippmann Consensus Mershon Series: Research Programs and Debates". *International Studies Quarterly*, No. 36, pp. 439-466.

HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary and WILSON, Carole. (2002), "Does Left/Right Structure Party Position on European Integration?". *Comparative Political Studies*, vol. 35, No. 8, pp. 965-989.

HUDSON, Valerie. (2005), "Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations". *Foreign Policy Analysis*, vol. 1, No.1, pp. 1-21.

JACKMAN, Simon. (2009), *Bayesian Analysis for the Social Science*. West Sussex, Wiley Press.

JONES, Mark. (2002), "Explaining the High Level of Party Discipline in the Argentine Congress". In *Legislative Politics in Latin America*, editado por MORGENSTERN and NACIF, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 147-184.

KALANDRAKIS, Tasos. (2006), *Roll Call Data and Ideal Points*, Working Paper No. 42, University of Rochester.

KAROL, David. (2007), "Does Constituency Size Affect Elected Officials' Trade Policy Preferences?" *Journal of Politics*, vol. 69, No. 2, pp. 483-494.

KEGLEY, Charles e WITTKOPF, Eugene. (1995), *American Foreign Policy. Pattern and Process*. New York, St. Martin's Press.

KING, Gary. (1986), "Political Parties and Foreign Policy: A Structuralist Approach". *Political Psychology*, Vol. 7, No. 1, pp. 83-101.

KNECHT, T. and WEATHERFORD, M. S. (2006), "Public Opinion and Foreign Policy: The Stages of Presidential Decision Making". *International Studies Quarterly*, No. 50, pp. 705-727.

KREHBIEL, Keith. (1999), "Paradoxes of Parties in Congress". *Legislative Studies Quarterly*, vol. 24, No 1, pp. 31-64.

KREHBIEL, Keith. (2000), "Party Discipline and Measures of Partisanship". *American Journal of Political Science*, vol. 44, No 2, pp. 212-227.

LANDMAN, Todd. (2003), *Issues and Methods in Comparative Politics: An Introduction*. New York, Routledge.

LEMONS, Leany. (2010), "Brazilian Congress and Foreign Policy Affairs: Abdication or Delegation?" *Global Economic Governance Programme*, working Paper No. 58.

LIMA, Maria Regina Soares. (2000), "Instituições Democráticas e Política Exterior". *Contexto Internacional*, vol. 22, pp.265-303.

LIMA, Maria Regina Soares e SANTOS, Fabiano. (2001), "O Congresso e a Política Exterior". *Lua Nova*, nº52, pp. 121-150.

LIMONGI, Fernando e FIGUEIREDO, Argeilna. (1998), "Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão". *Revista Lua Nova*, No. 44, pp. 81-106.

LINDSAY, James and RIPLEY, Randall. (1992), "Foreign and Defense Policy in Congress: A Research Agenda for the 1990s". *Legislative Studies Quarterly*, vol. 17, Nº 3, pp. 417-449.

LINDSAY, James. (1994), *Congress and the Politics of US Foreign Policy*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

LINDSAY, James. (2003), "Deference and Defiance: The Shifting Rhythms of Executive – Legislative Relations in Foreign Policy". *Presidential Studies Quarterly*, vol. 33, no 3, pp. 530-546.

LEONI, Eduardo. (2002), "Ideologia, Democracia e Comportamento Parlamentar: A Câmara dos Deputados (1991-1998)". *DADOS*, Vol. 45, nº 3, pp. 361 a 386.

LONDREGAN, John. (2000), *Legislative Institutions and Ideology in Chile*. Cambridge, Cambridge University Press.

LOWI, Theodore J. (1964), "American Business, Public Policy, Case Studies, and Political Theory". *World Politics*, vol. 16, No 4, pp. 677-715.

MAIA, Clarita Costa e CESAR, Elizabeth Martins. (2004), "A Diplomacia Congressual: Análise Comparativa do Papel dos Legislativos Brasileiro e Norte-Americano na Formulação da Política Exterior". *Revista de Informação Legislativa*, vol. 41, n 163, pp. 363-388.

MAINWARING, Scott and PÉREZ-LIÑAN, Anibal. (1997), "Party Discipline in the Brazilian Constitutional Congress", *Legislative Studies Quarterly*, vol. XXII, No4, pp. 453-83.

MANSFIELD, E., MILNER, Helen e ROSENDORFF, P. (2000), "Free to trade: Democracies, Autocracies and International Trade". *American Political Science Review*, vol. 94, No 2.

MARKS, Gary; HOOGE, Liesbet; NELSON, Moira and EDWARDS, Erica. (2006), "Party Competition and Europeans Integration in the East and West: Different Structure, Same Causality". *Comparative Political Studies*, vol. 39, No. 2, pp. 155-175.

MARTIN, Lisa L. (2000), *Democratic Commitments: Legislatures and International Cooperation*. Princeton, Princeton University Press.

MARTINEZ-GALLARDO, Cecilia. (2005), "The Role of Latin American Cabinets in the Policy Making Process". Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC.

MARTÍNEZ, Júlio César. (2009), "Disciplina partidária em México: El caso de La Legislatura LX". *Acta Republica Politica y Sociedad*, Ano 8, No. 8, pp. 75-82.

MAUREIRA, Sergio Toro. (2007), "Conducta Legislativa ante las Iniciativas del Ejecutivo: Unidad de los Bloques Políticos en Chile". *Revista de Ciencia Política*, vol. 27, No 1, pp. 23-41.

MAYHEW, David R. (1974), *Congress: The Electoral Connection*. New Haven, Yale University Press.

McCARTHY, Nolan. (2010), "Measuring Legislative Preferences". Manuscrito.

McCARTHY, Nolan; POOLE, Keith and ROSENTHAL, Howard. (2001), "The Hunt for Party Discipline in Congress". *The American Political Science Review*, vol. 95, No. 3, pp. 673-687.

McCARTHY, Nolan; POOLE, Keith and ROSENTHAL, Howard. (2006), *Polarized America: The dance of Ideology and Unequal Riches*. Cambridge, MIT press.

McCORMICK, James and WITTKOPF, Eugene. (1990), "Bipartisanship, Partisanship, and Ideology in Congressional – Executive Foreign Policy Relations, 1947-1988". *The Journal of Politics*, vol. 52, No 4, pp. 1077-1100.

McCORMICK, James and WITTKOPF, Eugene. (1992), "At The Water's Edge. Effects of Party, Ideology, and Issues on Congressional Foreign Policy Voting, 1947-1988". *American Politics Quarterly*, vol. 20, No 1, pp.26-53.

McCORMICK, James, WITTKOPF, Eugene and DANNA, David. (1997), "Politics and Bipartisanship at the water's edge: A note on Bush and Clinton". *Polity*, vol. 30, pp. 132-49.

McGILLIVRAY, Fiona. (1997), "Party Discipline as a Determinant of the Endogenous Formation of Tariffs". *American Journal of Political Science*, vol. 41, No. 2, pp. 584-607.

MENA, Antonio Ortiz. (2004), “O processo de formulação da política de comércio nas Américas: lições da experiência Mexicana”. Trabalho apresentado para a 45ª Convenção Anual da ISA em Montreal, Canadá.

MEERNIK, James. (1993), “Presidential Support in Congress: Conflict and Consensus on Foreign and Defense Policy”. *The Journal of Politics*, vol. 55, No 3, pp. 569-587.

MILNER, Helen and JUDKINS, Benjamin. (2004), “Partisanship, Trade Policy, and Globalization: Is There a Left-Right Divide on Trade Policy?” *International Studies Quarterly*, vol. 48, pp. 95-119.

MILNER, Helen e KUBOTA, Keiko. (2005), “Why the Move to Free Trade? Democracy and Trade Policy in the Developing Countries”. *International Organization*, vol. 49, pp. 107-43.

MILNER, Helen and ROSENDORFF, Peter. (1997), “Democratic Politics and International Trade Negotiations: Elections and Divided Government as Constraints on Trade Liberalization”. *Journal of Conflict Resolution*, Vol. 41.

MOLINAS, José; PÉREZ-LIÑAN, Aníbal and SAIEGH, Sebastian. (2004), “Political Institutions, Policymaking Processes, and Policy Outcomes in Paraguay, 1954-2003”. *Revista de Ciencia Política de Santiago*, vol. 24, No. 2, pp. 67-93.

MOLLEDA, Jorge Valladares. (2009), *Unidad de los Grupos Parlamentarios en el Congreso de la República*. In: *Estudios sobre el Congreso Peruano: grupos parlamentarios, disciplina partidária y desempeño profesional*, editado por VALLADARES, Jorge, Lima, Biblioteca Nacional del Peru.

MORGENSTERN, Scott. (2001), “Organized Factions and Desorganized Parties: Electoral Incentives in Uruguay”. *Party Politics*, vol. 7, No. 2, pp. 235-256.

MORGENSTERN, Scott. (2004), *Patterns of Legislative Politics: Roll-Call Voting in Latin America and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press.

NEACK, Laura; HEY, Jeanne; HANEY Patrick (org.). (1995), *Foreign Policy Analysis: Continuity and Change in Its Second Generation*. New Jersey, Prentice Hall.

NEVES, J. A. Castro. (2003), “O Papel do Legislativo nas Negociações do Mercosul e da ALCA”. *Contexto Internacional*, vol.25, No 1, PP. 103-138.

NIELSON, Daniel. (2003), “Supplying Trade Reform: Political Institutions and Liberalization in Middle-Income Presidential Democracies”. *American Journal of Political Science*, vol. 47, No 3, pp. 470-491.

OLIVEIRA, Jorge Amâncio. (2003), *Legislativo e Política Externa: das inconveniências da abdicação*. Working Papers Caeni, nº3, São Paulo.

OLIVEIRA, Jorge Amâncio (org.). (2005), *Entraves e Possibilidades Institucionais e Políticos da Integração Regional Sul-Americana*. Relatório OPSA, Setembro de 2005.

OLIVEIRA, Amâncio e ONUKI, Janina. (2010), “Eleições, Partidos Políticos e Política Externa no Brasil”. *Revista Política Hoje*, vol. 19, No 1, pp. 144-185.

OLSON, Mancur (1982), *The Rise and Decline of Nations: Economic Growth, Stagflation and Social Rigidities*. New Haven, Yale University Press.

OWENS, John. (2003), “Explaining Party Cohesion and Discipline in Democratic Legislatures: Purposiveness and Contexts”. *The Journal of Legislative Studies*, vol. 9, No 4, pp. 12-40.

PAQUARELLI, Bruno. (2010), “Formación de Coaliciones y Apoyo Partidario em El Presidencialismo Brasileño y Chileno”. Trabalho apresentado no Congreso Internacional 1810-2010: 200 años de Iberoamérica.

PINHEIRO, Flávio Leão. (2008), “Poder Legislativo e Política Externa: Um Estudo sobre a influência do Congresso Nacional do Chile na formulação da política comercial durante a década de 90”. *Contexto Internacional*, vol. 30, n 1, pp. 89-139.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2005), *La Democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanos y ciudadanas*, Buenos Aires.

POOLE, Keith T. (2000), “Non-Parametric Unfolding of Binary Choice Data”. *Political Analysis*, vol. 8, No. 3, pp. 211-237.

POOLE, Keith T. (2005), *Spatial Models of Parliamentary Voting*. Cambridge, Cambridge University Press.

POOLE, Keith and DANIELS, Steven. (1985), “Ideology, Party and Voting in the US Congress, 1959-1980”. *American Political Science Review*, vol. 79, No. 2, pp. 373-399.

POOLE, Keith and ROSENTHAL, Howard. (1991), “Patterns of Congressional Voting”. *American Journal of Political Science*, vol. 35, pp. 228-278.

POOLE, Keith and ROSENTHAL, Howard. (1997), *Congress: A Political-Economic History of Roll Call Voting*. New York, Oxford University Press.

POOLE, Keith and ROSENTHAL, Howard. (2001), “D-NOMINATE After 10 Years: A Comparative Update to Congress: A Political-Economic History of Roll Call Voting”. *Legislative Studies Quarterly*. Vol. XXVI, n. 1, pp. 5-29.

PRINS, Brandon C. and MARSHALL, Bryan W. (2001), "Congressional Support of the President: A Comparison of Foreign, Defense, and Domestic Policy Decision Making during and after the Cold War". *Presidential Studies Quarterly*, vol. 31, No 4, pp. 660 – 678.

PROYECTO ELITES LATINO AMERICANAS – PELA. Universidad de Salamanca. Base de Dados disponível em: <http://americo.usal.es/oir/Elites/>.

RAY, E. J. (1981), "The Determinants of Tariff and Nontariff Trade Restriction in United States". *Journal of Political Economy*, vol. 89, pp. 105-121.

RICE, Stuart A. (1925), "The Behavior of Legislative Groups: A Method of Measurement." *Political Science Quarterly*, vol. 40, pp. 60–72.

RIPLEY, Randall and LINDSAY, James (ed.). (1993), *Congress resurgent: Foreign and Defense Policy on Capitol Hill*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.

ROBERTS, Jason. (2007), "The Statistical Analysis of Roll-Call Data: A Cautionary Tale." *Legislative Studies Quarterly*, vol. 32, No3, pp. 341-370.

RODRIGUÉZ, Leticia e MONTERO, Mercedes. (2002), "Coerência Partidária nas Elites Parlamentares Latino-americanas". *Opinião Pública*, vol. VIII, No 2, pp. 189-229.

ROGOWSKI, Ronald. (1987), "Trade and Variety of Democratic Institutions", *International Organization*, vol. 41, pp. 203-24.

ROGOWSKI, Ronald. (1989), *Commerce and Coalitions*. Princeton: Princeton University Press.

ROSENAU, J. (1967), *Democracy and Foreign Policy*. New York and London: Free Press and Collier-Macmillan.

ROSENTHAL, Howard and VOETEN, Erik. (2004), "Analysing Roll Calls with Perfect Spatial Voting: France 1946-1958". *American Journal of Political Science*, vol. 48, No. 3, pp. 620-632.

SAIEGH, Sebastian. (2005), "The Role of Legislatures in the Policy Making Process". Trabalho apresentado no *workshop* sobre State Reform, Public Policies and Policy Making Process, realizado dia 28 de fevereiro a 2 de Março, Washington, DC, Banco Interamericano de Desenvolvimento.

SAIEGH, Sebastian. (2009), "Recovering a basic Space with Elite surveys: Evidence from Latin America". *Legislative Studies Quarterly*, vol. 34, No. 1, pp. 117-145.

SAÍEZ, Manuel Alcantara. (2006), *Políticos y Política en America Latina*. Madrid: Ed. Siglo XXI.

SAÉZ, Manuel Alcantara and RIVAS, Cristina. (2006), "The Left-Righ Dimension in Latin America Party Politics". Trabalho apresentado no Annual Meeting of the American Political Science Association.

SAMUELS, David. (2000), "Concurrent Elections, Discordant Results: Presidentialism, Federalism, and Governance in Brazil." *Comparative Politics*, vol. 33, No. 1, pp. 1-20.

SANTOS, Fabiano. (2006), *Democracia, Legislativo e os Novos Desafios para o Capitalismo Brasileiro*. Análise de Conjuntura OPISA, n° 9, Setembro de 2006.

SHUGART, Matthew. (1998), "The Inverse Relationship Between Party Strength and Executive Strength: A Theory of Politicians' Constitutional Choices". *British Journal of Political Science*, vol. 28, No 1, pp. 1-29.

SIAVELIS, Peter. (2000), *The President and Congress in Postauthoritarian Chile*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.

SIAVELIS, Peter and MORGENSTERN, Scott. (2006), "Candidate Recruitment and Selection in Latin America: a Framework for analysis". *Latin America Politics and Society*, vol. 50, No 4, pp. 27-58.

SOROKA, Stuart. (2003), "Media, Public Opinion and Foreign Policy". *Press/Politics*, vol. 8, No. 1, pp. 27-48.

SPILLER, Pablo T. and TOMMASI, Mariano. (2001), "The institutional foundations of public policy: a transactions approach with application to Argentina." *Working Paper* 28.

STUHLREHER, Amalia. (2003), "Régimen Político y Política Exterior en Argentina: El caso del primer gobierno de Carlos Menem (1989-1995)". *Perfiles Latinoamericanos*, Junio, n° 22.

TAHK, Alexander. (2005), "A New Approach to Optimal Classification". Working Paper, Stanford University.

THÉRIEN, Jean-Philippe and NOEL, Alan. (2000), "Political Parties and Foreign Aid". *The American Political Science Review*, vol. 94, No 1. pp. 151-162.

TRABER, Denise; SCIARINI, Pascal and HUG, Simon. (2010), "Party Unity in the Swiss Parliament. The electoral connection." Artigo apresentado no ECPR graduate conference, Setembro de 2010, Dublin.

TSEBELIS, George. (1997), "Processo Decisório em Sistemas Políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, No. 34, pp. 89-118.

UGALDE, Luís Carlos. (2005), "Relación entre Partidos, Congreso y Poder Ejecutivo en México: el caso de la disciplina partidaria". In: *Después de La alternância: elecciones y nueva competitividad*, editado por ESPINOZA, Victor y RIONDA, Luis Miguel, Tijuana, Sociedad Mexicana de Estudios Electorales.

VÁSQUEZ, David. (2006), "El sistema electoral binominal y las elecciones parlamentarias 1989-2005". Santiago, Biblioteca del Congreso Nacional de Chile, serie estudios n° 1.

VELA, Juan Pablo Navarrete. (2008), "Sistema Político Mexicano: Desarrollo y Reacomodo del Poder". *Iberoforum*, vol.III, No. 6, pp. 131-148.

VOETEN, Erik. (2000), "Clashes in the Assembly". *International Organization*, vol. 54, pp. 185-215.

ZUCCO, Cesar and LAUDERDALE, Benjamin. (2011), "Distinguishing Between Influences on Brazilian Legislative Behavior." *Legislative Studies Quarterly*, vol.36, No. 3, pp.363-396.

WALTZ, K. (1979), *Theory of International Politics*. Reading, MA: Addison-Wesley.

WARBURG, Gerald F. (1989), *Conflict and consensus: The struggle between Congress and the President over foreign policymaking*. New York, Harper&Row.

WILDAVISKY, Aaron. (1969), *The two presidents*. In: *The Presidency*. Ed. Aaron Wilasky. Boston, Little Brown.

WHUS, Steven. (2006), "Democratization and the Dynamics of Candidate selection Rule Change in Mexico, 1991-2003". *Mexican studies/Estudios Mexicanos*, vol. 22, No 1, pp. 33-55.

XIE, Tao. (2004), "Congressional Roll Call Voting on China Trade Policy". *American Politics Research*, Vol. 32, No. 6, pp. 679-697.

ANEXO 1

A despeito da semelhança nos pressupostos teóricos envolvendo os métodos de estimação de pontos ideais NOMINATE e IDEAL, uma distinção importante entre os mesmos é a função utilidade que o legislador assume nos modelos, gaussiana (ou normal) no primeiro e quadrática no segundo.

A função utilidade quadrática aplicada pelo IDEAL pode ser expressa da seguinte maneira, onde se assume uma dimensão, X representa o ponto ideal do legislador e B a localização de uma proposta legislativa:

$$U_{Ideal}(X, B) = -(X - B)^2 + e_B$$

onde e é o choque randômico da utilidade (erro estocástico) associado a uma proposta legislativa. A utilidade quadrática implica diferenças lineares entre as utilidades alternativas do legislador, como pode ser expressa abaixo:

$$\Delta(X, S, B) = (S^2 - B^2) + 2(S - B)X + e_B - e_S$$

onde S é a localização do *status quo*. Por conta do pressuposto da distribuição normal dos erros estocásticos e considerando $\alpha_0 = (S^2 - B^2)$ podemos escrever a probabilidade de um legislador votar em determinada proposta legislativa:

$$\Pr_{Ideal}(Voto = B) = \Phi(\alpha_0 + \alpha_1 X),$$

onde Φ é a função distribuição acumulada normal com média zero e variância $\sigma^2 > 0$ (Carrol, Lewis, Lo, Poole and Rosenthal, 2009).

No modelo do NOMINATE a função utilidade possui um formato de sino (gaussiano), podendo ser expressa da seguinte maneira:

$$U_{Nominate} = \beta \exp(-\frac{1}{2}w(X - B)^2 + e_B)$$

onde β e w são constantes positivas. A diferença de funções utilidades pode ser descrita da seguinte maneira

$$\Pr_{\text{Nominate}}(X, S, B) = \beta \exp(-\frac{1}{2}w(X - B)^2) - \beta \exp(-\frac{1}{2}w(X - S)^2) + e_B - e_S$$

Assumindo a função logística, a probabilidade de um legislador votar em determinada política, dado o *status quo* é

$$\Pr_{\text{Nominate}}(\text{Voto} = B) = \Lambda(\beta \exp(-\frac{1}{2}w(X - B)^2) - \beta \exp(-\frac{1}{2}w(X - S)^2))$$

Onde Λ é a função distribuição acumulada logística (Carrol, Lewis, Lo, Poole and Rosenthal, 2009). A figura 2 abaixo, retirada do artigo de Carrol, Lewis, Lo, Poole and Rosenthal (2009), ilustra as funções utilidade espacial do NOMINATE e IDEAL, onde as plotagens abaixo das figuras representam pontos ideias de uma dimensão de 200 votações aleatoriamente selecionadas da 109th legislatura do Senado dos Estados Unidos. Como argumentam os autores, a principal diferença entre as funções utilidade expostas pode ser observada nas caudas das curvas. Mais precisamente, enquanto no NOMINATE a perda marginal na utilidade diminui, no IDEAL a perda marginal da utilidade aumenta em uma taxa crescente. Desta forma, no IDEAL, mantendo fixas as distâncias entre as propostas legislativas e o *status quo*, os legisladores estão mais dispostos a aceitarem alternativas próximas aos seus pontos ideias quanto maior a distância entre a proposta legislativa e o *status quo*. No NOMINATE, por sua vez, a função utilidade não é totalmente côncava. Quanto mais afastados estiverem o *status quo* e a proposta legislativa do ponto ideal do legislador, a diferença entre as utilidades da proposta legislativa e do *status quo* decresce (Carrol, Lewis, Lo, Poole and Rosenthal, 2009).

Figura 2. Funções Utilidades NOMINATE e IDEAL

Fonte: Carrol, Lewis, Lo, Poole and Rosenthal (2009).

Ainda que o NOMINATE e o IDEAL utilizem distintas funções utilidades, suas previsões são similares, residindo um grau de diferenciação maior nas votações em que a proposta legislativa e o *status quo* estão muito distantes do ponto ideal do legislador. Espera-se, portanto, uma diferença mais aguda entre os modelos nas estimações de pontos ideais localizados mais aos extremos da dimensão política, assim como propostas legislativas e *status quo* distantes do centro dos pontos ideais (Carrol, Lewis, Lo, Poole and Rosenthal, 2009).

Embora os modelos difiram quanto à escolha da distribuição dos erros estocásticos, logística no caso do NOMINATE e normal no caso do IDEAL, ambos pressupõem que alguns erros são mais prováveis que outros, independentes e igualmente distribuídos entre os legisladores e as políticas (Rosenthal and Voeten, 2004). Neste aspecto, quanto maior a distância entre as alternativas “sim” e “não”, menor a probabilidade de ocorrer erro na votação, isto é, um legislador votar por um resultado mesmo quando a outra proposta estiver localizada mais próxima ao seu ponto ideal (Godbout, 2010). Segundo Rosenthal

and Voeten (2004), em legislaturas onde há forte disciplina partidária e grande variabilidade no grau de fidelidade partidária entre os partidos políticos, os modelos paramétricos de estimação, como o NOMINATE e o IDEAL, podem violar o pressuposto da distribuição independente e igual dos erros.

O modelo de estimação de pontos ideais *Optimal Classification*, ao contrário do NOMINATE e IDEAL, não se baseia em pressupostos acerca da distribuição dos erros para compreender informações métricas advindas de dados binários (Poole, 2000). Esse método baseia-se em critérios de maximização dos números de classificações corretas ao invés de se basear em um modelo estatístico. Cada legislador é representado por um ponto ideal em uma dimensão espacial d . Cada votação é representada por um plano de corte na forma $d - 1$ em um hiperplano dimensional, assim como se inclui uma direção indicando qual lado do plano de corte corresponde à posição “sim” (Tahk, 2005). Os legisladores são classificados no voto “sim” caso estiverem no lado do plano de corte correspondente ao voto “sim”. Um voto é classificado corretamente caso coincida com a votação real do legislador. Assim como o NOMINATE, o algoritmo do *Optimal Classification* alterna-se entre o passo legislativo e o passo do plano de corte. No passo legislativo, o ponto ideal do legislador é sequencialmente movido ao longo de cada dimensão pra pontos que maximizam o número de classificações corretas, repetindo-se o procedimento até encontrar o ponto máximo onde a movimentação para qualquer dimensão não aumenta o número de classificações corretas (Tahk, 2005).

ANEXO 2.

Apresentaremos na tabela 27 abaixo as estatísticas de ajuste do modelo (*fit*). As medidas de ajuste do modelo mais simples fornecidas pelo NOMINATE são o Percentual Correto de Classificação (PCC), o APRE (Percentual de Redução do Erro Agregado) e o *Geometric Mean Probability* (GMP). O Percentual Correto de Classificação nada mais é do que A/T , em que A é o total de votações acertadas de acordo com a previsão do modelo e T , o total de votações da amostra. Em termos de regressão, seria algo como o R^2 do modelo.

Essa medida analisada de maneira isolada não é muito robusta, uma vez que tende a superestimar a capacidade preditiva do modelo quando as votações da maioria superam, em boa margem, os votos da minoria. Suponha uma votação com 100 legisladores, onde 80% votam sim. Sem teoria alguma ou modelo estatístico seria possível prever, de forma “simplória”, que 100% dos legisladores votarão a favor, acertando a previsão para um grande número de legisladores (80%). Para evitar esse problema, o NOMINATE fornece outras duas medidas de ajuste. O APRE, definido como $(M - E)/M$, em que M é a soma dos votos da minoria tal como previsto pelo modelo, e E são os erros do modelo em relação aos valores observados, indica como o modelo classifica corretamente os votos da minoria. De fato, no exemplo acima, a previsão “simplória” de quem, entre os 100 legisladores, seriam os 20 que votariam contra é mais difícil. Aplicando o APRE e supondo que o NOMINATE previsse 22 deputados votando contra e de fato 20 tivessem votado contra, então $M = 22$ e $E = 22 - 20 = 2$. Logo, $APRE = (22 - 2)/22 = 20/22$, indicando que o modelo prevê muito bem os votos da minoria, acertando aproximadamente 90% dos votos da minoria. Dessa forma, o APRE varia de 0 (o modelo não explica nada) e 1. Já o GMP é uma medida de

ajuste baseada na função *log-likelihood*, variando de 0.5 (o modelo não é melhor do que jogar uma moeda) e 1.

Tabela 27. Medidas de Ajuste do modelo NOMINATE

País	APRE	GMP	PCC
Argentina	0,605	0,827	0,94
Brasil	0,408	0,813	0,93
Chile	0,725	0,851	0,93
México	0,760	0,864	0,95
Paraguai	0,627	0,762	0,87
Peru	0,627	0,861	0,97

Fonte: Elaborada pelo autor.

De um modo geral, percebemos que o NOMINATE faz um bom trabalho na predição das escolhas individuais no plenário, variando entre 97% de votações corretamente previstas (PCC) no caso peruano e 87% no caso paraguaio. Para obter uma melhor visualização da qualidade das medidas de ajuste, podemos utilizar como referência as medidas de ajuste utilizadas por Poole e Rosenthal (1997) para a análise do Senado norte-americano (*90th Legislature*). Neste caso, os autores consideram que os valores de 0,476 (APRE) e 0,706 (GMP) refletem um bom ajuste do modelo. Notamos na tabela 27 que, com exceção do Brasil, todos os valores do APRE desta amostra estão acima de 0,476, variando entre 0,605 para o caso argentino e 0,760 no caso mexicano. Mesmo no caso brasileiro, cujo valor do APRE é 0,408, não há uma distância tão grande da medida estimada para o senado norte-americano. Ainda assim, esta medida de ajuste mais baixa do caso brasileiro corrobora com uma estratégia específica de estimação dos pontos ideais dos legisladores brasileiros (ver seção 3.3). No mesmo sentido, os valores do GMP apresentados na tabela acima são superiores a 0,706, variando de 0,762 no caso paraguaio a 0,861 no caso peruano. Assim, podemos constatar que as medidas de ajuste apresentam

resultados bastante satisfatórios, revelando que os modelos estimados estão bem ajustados aos nossos dados.

ANEXO 3

Neste anexo, descrevemos alguns aspectos básicos pertinentes à aplicação da técnica estatística de regressão logística. A regressão logística, assim como a linear, estuda relações entre variáveis, buscando aquelas que podem influenciar de alguma forma a variável resposta. A diferença central é que a regressão logística lhe oferece uma resposta em probabilidade de chances de ocorrer o evento estudado, fornecendo o resultado em logaritmo de chances (log-odds). No nosso caso, estima-se a probabilidade do legislador votar “sim” ou “não” dada a presença de algumas variáveis preditoras. Pode-se representar a equação da regressão logística da seguinte forma:

$$\log\left(\frac{p}{1-p}\right) = b_0 + b_1X_1 + b_2X_2 + \dots + b_nX_n + \varepsilon$$

Onde $\left(\frac{p}{1-p}\right)$ são as chances de o evento ocorrer, b_0 e b_l os coeficientes e ε o erro aleatório.

Por meio do modelo logístico calcula-se a probabilidade de Y ocorrer dado os valores de X , ajustando o resultado de log-odds em termos de probabilidade, apresentando-se da seguinte maneira:

$$P(Y) = \frac{1}{1 + e^{-(b_0 + b_1X_1 + b_2X_2 + \dots + b_nX_n)}}$$

Onde $P(Y)$ é a probabilidade de a variável dependente dicotômica ocorrer, e é a base do logaritmo natural. Os coeficientes da regressão logística são previstos por meio da estimação de máxima verossimilhança, selecionando aqueles coeficientes cujos valores observados são mais prováveis de ocorrer. Para acessar a adequação do modelo logístico,

utiliza-se o procedimento log-likelihood, conformado pela soma das probabilidades associadas com os resultados observados e previstos:

$$\text{log likelihood} = \sum_{i=1}^N [Y_i \ln(P(Y_i)) + (1 - Y_i) \ln(1 - P(Y_i))]$$

O log-likelihood pode ser interpretado como uma forma de mensurar a quantidade de informação sem explicação após o modelo ter sido “encaixado”, onde valores grandes revelam um ajuste pior do modelo, uma vez que quanto maior o número mais observações sem explicação existem. Outro aspecto relevante acerca da interpretação do modelo logístico são os valores da razão de chances (*odds ratio*), cuja função primordial é estimar as modificações nas chances de um evento ocorrer resultantes da mudança em uma unidade da variável explicativa.

Apresentamos abaixo algumas medidas de diagnóstico dos modelos logísticos estimados para cada país da amostra com a finalidade de checar a adequação do mesmo aos seus pressupostos teóricos que envolvem a utilização desta técnica estatística. Segue abaixo a tabela 28 onde os principais testes e medidas de ajuste dos modelos logísticos são apresentados.

Tabela 28. Diagnósticos dos modelos logísticos por país

Testes	ARG	BRA	CHI	MEX	PAR	PER
Cox & Snell R ²	.338	.005	.114	.214	.010	.147
Nagelkerk R ²	.464	.007	.159	.340	.014	.215
Homer and Lemershow	70.53***	35.27***	8.98	8.07	16.82**	6.00
VIF	1.50	1.03	1.09	1.18	1.02	2.33

** significativo a 0,05

*** significativo a 0,001

As duas primeiras medidas de ajuste gerais exibidas acima são as chamadas Cox & Snell R^2 e Nagelkerke R^2 . De acordo com Hair (2005), estas medidas de ajuste comparam as probabilidades estimadas e observadas, cujos valores mais altos denotam um ajuste melhor do modelo, tendo como valor mínimo zero e máximo um. Notamos que em geral os modelos apresentam um ajuste modesto, ainda que os casos brasileiro e paraguaio demonstrem um desempenho bastante ruim. O teste Homer and Lemershow mede a correspondência entre valores reais e os previstos da variável dependente. Mais especificamente, é verificado o pressuposto da linearidade entre o logaritmo natural da variável dependente e as variáveis contínuas, indicando um ajuste adequado quando o valor Qui-quadrado não for estatisticamente significativo. Notamos que nos casos paraguaio, argentino e brasileiro este pressuposto é violado, dada a significância estatística do teste. O teste VIF (*Variance Inflation Factor*) visa checar o pressuposto da não multicolinearidade, cujas consequências centrais de sua ocorrência são a falta de confiança nos coeficientes e a subestimação das variáveis independentes do modelo. De um modo geral, dentro de uma perspectiva rigorosa, valores do VIF acima de 5 passam a ser preocupantes. Na tabela 28 acima se percebe que em nenhum dos modelos foi detectado o problema da multicolinearidade⁴⁴.

⁴⁴ Acrescentamos que também utilizamos o *condition index* para checar o problema da multicolinearidade. Em nenhum dos modelos estimados esse valor ultrapassou 30, indicando bom ajuste.